



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Saúde Coletiva
Bacharelado em Saúde Coletiva**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO



BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA

SANTARÉM

2023

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	4
1.1 Mantenedora.....	4
1.2 Mantida.....	4
1.2.1 Identificação.....	4
1.2.2 Atos legais de constituição.....	4
1.2.3 Dirigente principal da mantida.....	5
1.2.4 Dirigentes atuais	5
1.2.5 Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	5
1.2.6 Missão institucional.....	8
1.2.7 Visão institucional.....	8
1.2.8 Princípios norteadores.....	8
1.2.9 Valores.....	9
1.2.10 Corpo docente e técnico administrativo da Ufopa.....	9
1.2.11 Estrutura acadêmica da Ufopa.....	10
2. INFORMAÇÕES DO CURSO.....	11
2.1 Dados gerais do curso.....	11
2.2 Justificativa e Pertinência.....	11
2.3 Base legal.....	15
2.4 Objetivos do curso.....	16
2.4.1 Objetivo geral.....	16
2.4.2 Objetivos específicos.....	16
2.5 Forma de ingresso no curso e progressão acadêmica.....	17
2.6 Perfil do egresso.....	18
2.7 Competências e habilidades.....	18
2.8 Componentes curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva.....	19
2.8.1 Ementários e bibliografias dos componentes curriculares do BSC.....	25
2.9 Atividades Complementares.....	64
2.10 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).....	64
2.11 Atividades práticas de ensino para área de saúde.....	65
2.12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	68
2.13 Estágio curricular obrigatório.....	69
3 TEC. DA INF. E DA COM. (TIC's) NO PROC. ENSINO-APRENDIZAGEM.....	69
4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	70
4.1 Avaliação docente.....	70
4.2 Avaliação do ensino-aprendizagem.....	71
4.3 Revisão de prova.....	71
4.4 Frequência.....	72
4.4.1 Exceções.....	72
4.5 Procedimento de acompanhamento e de aval. do proc. de ensino-aprendizagem.....	73
5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	74
5.1 Avaliação do curso.....	74
5.1.1 Avaliação semestral.....	75
5.1.2 Avaliação do corpo discente sobre o curso.....	76
5.1.3 Avaliação do corpo docente sobre o curso.....	76
5.1.4 Avaliação do corpo técnico-administrativo educacional.....	76
6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	78
6.1. Políticas de Pesquisa.....	78
6.1.1 Projetos de pesquisa cadastrado no Isco.....	79
6.2 Políticas de Extensão.....	81
6.2.1 Projetos de extensão cadastrados no Isco.....	82
6.3 Políticas de acessibilidade.....	82
6.3.1 Condições de acesso para pessoas com deficiência.....	82
6.4 Política de ações afirmativas.....	84

7. APOIO AO DISCENTE.....	85
8. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	86
8.1 Apoio à participação em atividades de iniciação científica.....	86
9. RECURSOS HUMANOS.....	86
9.1 Apoio técnico-pedagógico.....	86
9.1.1 Direção do Isco.....	86
9.1.2 Coordenação do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva.....	87
9.1.2.1 Atuação da coordenação do curso.....	87
9.1.2.2 Regime de trabalho da Coordenação do Curso.....	87
9.1.3 Técnico em Assuntos Educacionais.....	87
9.1.4 Secretaria executiva.....	88
9.2 Organização acadêmico-administrativa.....	88
9.2.1 Secretaria acadêmica do Isco.....	88
9.2.2 Secretaria administrativa do Isco.....	88
9.2.3 Secretaria técnica do Isco.....	89
9.2.3.1 Técnicos de laboratório.....	89
10. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	90
11. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	90
11.1 Conselho do Isco.....	90
11.2 Colegiado do Bacharelado em Saúde Coletiva.....	91
11.3 Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Saúde Coletiva.....	91
11.4 Comissão de monitoria do Isco.....	91
11.5 Comitê de mobilidade acadêmica externa do Isco.....	92
11.6 Núcleo de estágios do Isco.....	92
11.7 Bolsa de apoio administrativo.....	92
12 CORPO DOCENTE.....	92
12.1 Docentes do Isco por disciplina.....	94
13 INFRAESTRUTURA.....	95
13.1 Instalações administrativas e sala dos professores.....	95
13.2 Salas de aula.....	95
13.3 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.....	96
13.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso.....	96
13.5 Auditórios.....	96
13.6 Biblioteca.....	96
13.7 Laboratórios.....	97
13.7.1 Dados dos laboratórios.....	97
13.7.2 Normas de funcionamento dos laboratórios.....	97
14 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	100
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS	

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 Mantenedora

1.1.1 Identificação

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 4 Andar					Nº	s/n
Bairro:	Eixo Monumental	Cidade:	Brasília	CEP:	70.050-000	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7037 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2 Mantida

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Rua Vera Paz					Nº	s/n
Bairro:	Salé	Cidade	Santarém	CEP	68135-110	UF	Pará
Telefone:	(93) 2101-4911						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br/ gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2 Atos legais de constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3 Dirigente principal da mantida

Cargo	Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará
Nome:	Aldenize Ruela Xavier
Telefone:	(93) 21016502 / (93) 21016506
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br

1.2.4 Dirigentes atuais

Reitora: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitor: Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Presidente do Conselho Superior: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Honorly Kátia Mestre Correa

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitora de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Profa. Dra. Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Profa. Me. Fabriciana Vieira Guimaraes

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Me. Luamim Sales Tapajós

Direção do Instituto de Saúde Coletiva: Prof Dr Waldiney Pires Moraes

Vice-direção do Instituto de Saúde Coletiva: Profa. Dra. Rayanne Rocha Pereira

Coordenação do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva: Profa. Dra. Marina S C Meschede

Vice - Coordenação do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva: Profa. Dra. Juliana Gagno Lima

1.2.5 Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) localizada no interior da Amazônia brasileira, no Oeste paraense, considerada multicampi, com sede na cidade de Santarém e com os campi localizados nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, conforme Parecer CNE/CES nº 204/2010. Sua área de abrangência é composta por 20 municípios do estado do Pará,

cuja extensão territorial é de 512.616 km², o que corresponde a 41% do território do estado com uma população de 912.006 habitantes (Ufopa, 2015, p. 22). Foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, por desmembramento e integração dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) - Decreto nº 6.096/2007) – e objeto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a UFPA, instituição tutora da nova universidade.

A Ufopa foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, entre as quais estava o Programa de Apoio ao Reuni, que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis.

A criação da universidade instalada no interior da Amazônia foi motivada por vários fatores, entre eles a relevância do acesso ao ensino superior, a inclusão social e o aumento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovações. Fatores necessários para garantir a formação de recursos humanos de alto nível e profissionais qualificados e capazes de contribuir para a solução dos grandes desafios colocados ao país em relação à Amazônia, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais.

O primeiro processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu ainda em 2010, sob a responsabilidade da UFPA, e ofertou 340 vagas distribuídas em 8 (oito) cursos de graduação (Direito, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa, Física Ambiental, Matemática, Geografia e Sistemas de Informação) e mais 30 (trinta) vagas ofertadas pela Ufra no curso de Engenharia Florestal. Neste mesmo ano, a Ufopa adere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), ofertando cursos de licenciatura em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os campi da Ufopa e no município de Almeirim, que faz parte da área de abrangência da Instituição.

Em 2011, foi realizado o seu primeiro processo seletivo próprio para os cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Ufopa apresentava à sociedade uma proposta acadêmica estruturada em um sistema inovador pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, numa formação em ciclos.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Ufopa contava com 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro)

licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas financiadas pelo Parfor. Além desses, encontravam-se em funcionamento na instituição 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) de especialização e 2 (dois) de doutorado.

Em 2012, a Ufopa obteve a aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ofertar o primeiro curso de doutorado interdisciplinar da Instituição, na área de Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, e para realizar, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) um Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Educação, com a finalidade de qualificar 18 (dezoito) dos seus professores.

A Instituição promoveu a aula inaugural do seu primeiro curso de doutorado em 2013, quando também apresentou à comunidade o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016), aprovou no Conselho Universitário (Consun) o Estatuto Geral da Universidade, criou o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e realizou a primeira consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice-reitor.

A primeira reitoria foi escolhida pela comunidade universitária em 2014. Neste ano, foi realizada a reestruturação administrativa e didático-pedagógica da Universidade, que ajustou o percurso acadêmico dos estudantes, sem, no entanto, alterar o princípio pedagógico da interdisciplinaridade - o ingresso dos estudantes nos cursos de graduação passava a ser de forma direta no curso, e não mais sob a responsabilidade do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Nesse ano foi realizada eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores e para a direção dos institutos e foi iniciado o processo de credenciamento da Instituição.

Em 2015, foram ofertadas vagas para os cursos de graduação fora da sede, nos campi de Oriximiná e de Óbidos. Nos campi de Alenquer, Juruti, Itaituba e Monte Alegre, essa oferta de vagas nos cursos de graduação só ocorreu no fim de 2017.

Em 2016, a Instituição recebia a visita de uma comissão de avaliação externa do MEC como parte do seu processo de credenciamento. No dia 14 de outubro de 2016, foi publicado o relatório de avaliação com conceito 4 obtido na Avaliação de Credenciamento Institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 12 de julho de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 666/2018, que credenciava a Ufopa, por mais 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017. Essa avaliação foi um importante passo para o crescimento institucional e para serem pensadas as fragilidades que precisam de atenção especial, visando a um conceito ainda melhor nas avaliações subsequentes.

Em 2017 foi realizada a segunda consulta para os cargos dos atuais reitor e vice-reitora, eleitos em um processo democrático para cumprir o mandato de quatro anos (2018-2022).

Em 2018, a Ufopa elaborou seu calendário de obras com base no Plano Emergencial de

Infraestrutura (PEI). Tal plano visa construir infraestrutura própria tanto na sede Santarém quanto nos campi de Alenquer e Itaituba, descontinuando dessa forma, os contratos de aluguéis que giravam em torno de R\$ 6 milhões, colocando a Ufopa como uma das universidades que mais pagavam aluguéis entre as Ifes. Assim, foram retomadas as obras do Bloco Modular da Unidade Tapajós (BMT), destinado tanto para as atividades acadêmicas quanto para as administrativas, inaugurado em maio de 2019 e do RU, já inaugurado e em pleno funcionamento. Além da retomada dessas obras, outras obras de importância foram licitadas e iniciadas em Santarém, na Unidade Tapajós: o Núcleo de Salas de Aula (NSA), Núcleo Tecnológico de Laboratórios (NTL), a 2ª fase do Bloco Modular do Tapajós, assim como a construção dos modulares dos campi de Alenquer e de Itaituba e a conclusão do Campus de Juruti. Em 2020 a Universidade priorizou ações voltadas para controle/combate da pandemia Covid-19 na região, sendo que algumas atividades foram interrompidas.

Desde a sua criação, a Ufopa tem contribuído para a região Oeste do Pará e amazônica com inserção na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de pesquisas, na realização de atividades de extensão, no desenvolvimento tecnológico e na produção de inovações em diversos níveis. A busca pela consolidação de sua infraestrutura física tem produzido investimentos que contribuem para dinamizar a economia local. Além disso, seus processos seletivos têm possibilitado a inclusão de grupos populacionais tradicionalmente marginalizados, o que possibilita justiça social.

1.2.6 Missão Institucional

Socializar e produzir conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia (PDI 2019-2023).

1.2.7 Visão Institucional

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos. (PDI 2019-2023)

1.2.8 Princípios Norteadores

São princípios norteadores da formação na Ufopa:

- *Responsabilidade Social e Pública*: orientada pelos valores básicos da humanidade, como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade, deve a Ufopa formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos, que favoreçam o acesso de pessoas que tradicionalmente têm a universidade fora do seu alcance. Que as ações da Ufopa sejam fecundas pelo respeito aos valores humanos e pelo fortalecimento das populações amazônicas;
- *Pertinência*: comprometer-se com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral

da sociedade, além de buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a proporcionar o desenvolvimento sustentável da região, com o fortalecimento principalmente da capacidade local para inovações que propiciem o uso sustentável da biodiversidade amazônica;

- *Relevância Científica, Artística e Social*: por meio de uma ação holística através de programas, conferindo unidade às ações de ensino, pesquisa, extensão e diferentes manifestações artísticas, a Ufopa deverá comprometer-se a produzir e difundir conhecimento científico relevante, atendendo à universalidade do conhecimento, mais com a preocupação da pertinência local; Justiça e Equidade: os processos praticados nos programas da Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos pelas condições sociais e pelas distâncias amazônicas;
- *Inovação*: precisamos desenvolver uma nova relação com o conhecimento para ir além das explicações científicas, assumindo compromissos com a eficiência econômica da sociedade, compartilhando estes conhecimentos e proporcionando a qualificação produtiva da mesma. Nessa perspectiva, a Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas fundamentais da sociedade, em termos produtivos, priorizando aqueles que tenham maior relevância social e aumentando a interatividade com o mundo empresarial e do trabalho;
- *Internacionalização e Interatividade*: a Ufopa mantém colaboração permanente com outras instituições nacionais e internacionais, além de institutos de pesquisa. Este é um mecanismo fundamental para a consolidação da Universidade, dando uma dimensão internacional aos seus programas. Para isso, é fundamental a articulação institucional com agências nacionais e internacionais, especialmente no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras” do Governo brasileiro. (PDI 2019-2023)

1.2.9 Valores

- Democracia e pluralismo;
- Inclusão;
- Compromisso ambiental;
- Ética;
- Autonomia. (PDI 2019-2023)

1.2.10. Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará

De acordo o Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, no primeiro semestre de 2017, a UFOPA tinha em seu quadro de servidores, 418 professores, sendo 221

doutores, 171 mestres, 4 especialistas e 1 graduado. Já o número de técnicos correspondia a 551, sendo 3 doutores, 50 mestres, 247 especialistas, 147 graduados, 57 com ensino médio concluído e 15 com ensino fundamental completo, incompleto e alfabetizados. Conforme o Relatório Anual da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no ano de 2020, a UFOPA tinha em seu quadro de servidores 493 professores e 604 técnicos.

1.2.11. Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará

Coerente com o modelo acadêmico implantado na UFOPA, sua estrutura acadêmica está assim constituída:

1. Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII) - Unidade responsável pela oferta de componentes de formação interdisciplinar. Mantém o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

2. Instituto de Ciências de Educação (ICED) - Mantém os seguintes Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Informática Educacional, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras Português-Inglês e Licenciatura em Pedagogia (Regular e Parfor).

3. Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) - Mantém os Cursos de Bacharelado em Agronomia (Regular e pelo Programa do Forma Pará), Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Bacharelado Interdisciplinar em Biotecnologia, Bacharelado em Engenharia Ambiental e Bacharelado em Zootecnia.

4. Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) - Mantém os Cursos de Bacharelado em Antropologia, Bacharelado em Arqueologia, Bacharelado em Ciências Econômicas, Bacharelado em Direito e Bacharelado em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

5. Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) – Mantém os Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, Bacharelado em Geofísica, Bacharelado em Ciências Atmosféricas, Bacharelado em Geologia, Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Sistemas de Informação e Bacharelado em Engenharia Mecânica.

6. Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) – Mantém os cursos de Bacharelado em Farmácia, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e Bacharelado em Saúde Coletiva.

7. Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA) – Mantém os Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas; Bacharelado em Ciências Biológicas; Bacharelado em Engenharia de Pesca; Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental e Bacharelado em Gestão Ambiental.

Além dos Cursos distribuídos nas 07 unidades acadêmicas da sede, por sua natureza Multicampi e pela área de abrangência da Ufopa, há ainda os seguintes cursos nos Campis fora da sede:

1. **Campus de Alenquer (CALE)** – Bacharelado em Administração.
2. **Campus de Itaituba (CITB)** – Bacharelado em Engenharia Civil.
3. **Campus de Juruti (CJUR)** – Curso de Bacharelado em Agronomia e Curso de Bacharelado em Engenharia de Minas.
4. **Campus de Monte Alegre (CMAL)** – Bacharelado em Engenharia de Aquicultura.
5. **Campus de Óbidos (COBI)** – Licenciatura em Pedagogia.
6. **Campus de Oriximiná (CORI)** – Bacharelado em Ciências Biológicas e Bacharelado em Sistemas de Informação.

2. INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1 Dados gerais do curso

Endereço de oferta do curso	Av. Vera Paz S/Nº, Bairro: Salé				
Denominação do Curso	Bacharelado em Saúde Coletiva				
Turno de funcionamento/n. de vagas anuais	Integral	Noturno		Total	
	40	0		40	
Modalidade	Presencial				
Regime de matrícula	Semestral				
Duração do curso	Carga Horária	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
		Integral	Noturno	Integral	Noturno
	3.240h	8 sem.	*	12 sem.	*

2.2 Justificativa e pertinência

A região Oeste do Pará é atualmente foco de muitos interesses e ações de diferentes atores nas escalas local, regional, nacional e global. A região possui inúmeras características que a diferencia das demais regiões do país, tanto no que diz respeito a aspectos socioeconômicos e demográficos como ambientais e geográficos. Dentre essas particularidades destacam-se a baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população e da renda, hábitos de consumo e cultura diversificados, tudo associado a uma gigantesca biodiversidade (RODRIGUES *et al.*, 2007).

Vários são os problemas relacionados à região e envolvem diferentes setores que vão desde a dificuldade de circulação de pessoas e mercadorias devido as grandes distâncias e uma rede de

transporte deficiente até modificações ambientais que comprometem a saúde e a qualidade de vida da população amazônica.

A região passa por um avanço econômico e social que engloba grandes projetos desenvolvimentistas como a expansão da monocultura da soja, a construção de um complexo hidrelétrico e a corrida por territórios para a compensação ambiental, conhecida como economia verde. Não obstante a essa onda de crescimento econômico, a população local, continua sem vez e sem voz e os planos de desenvolvimento não atendem os anseios locais e comprometem questões cruciais de planejamento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas aos interesses coletivos, como a área da saúde.

Segundo Rodrigues (2007), as dificuldades no acesso aos serviços de saúde na região são dadas principalmente pela indisponibilidade local da oferta destes serviços e pelas grandes distâncias geográficas até os mesmos e acrescenta-se a isso o fato da região ter um baixo desenvolvimento socioeconômico, onde a maior parte da população vive em condições precárias de saneamento básico.

A Ufopa busca neste contexto, a necessidade de um espaço voltado para o enfrentamento das necessidades de saúde da população, permeado por alguns marcos conceituais importantes dentro da Saúde Coletiva, como o cruzamento entre os diferentes saberes e práticas da população, a ênfase na integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a superação do biologicismo e do modelo clínico hegemônico, assim como, a valorização social, a convivência e a formação de laços entre a população e os profissionais da saúde e o estabelecimento de uma atenção básica voltada para a lógica do cuidado e não da doença, contrariando a medicalização e o “mercado da cura”. Dentro dessa perspectiva, foi criado o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) com o objetivo de promover uma formação de recursos humanos qualificados para a área da saúde no interior da Amazônia mais precisamente no Oeste do Pará, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e regional.

Inicialmente a área de abrangência da Ufopa era composta por 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual nº 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do Município de Santarém, e com a posse de seu primeiro Prefeito em 1º de janeiro de 2013, a área da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 952.588 habitantes (IBGE, 2014) e corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), correspondendo a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 habitantes/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica com 12,87 habitantes/km².

Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa, os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos

Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa); os municípios do território da BR-163 (Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão); e o Município de Placas (pertencente a região da Transamazônica). A região Oeste do Pará possui um IDH médio de 0,7 e nela encontram-se aproximadamente 20 comunidades quilombolas e 32 terras indígenas, representando cerca de 42% da população habitando na área rural.

No Brasil, já há algum tempo, a formação de profissionais para atuar no setor da saúde, passa por uma série de discussões, que visam a redefinição das diretrizes curriculares que correspondam às necessidades da população, especialmente os menos privilegiados e que são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (FEUERWEKER, 2002). É comum os estudantes que são formados na área da saúde se sentirem despreparados para a vida profissional, insatisfeitos com o mundo do trabalho, sem contar que os serviços de saúde geralmente costumam não ter a aprovação da população, que por sua vez, tem uma enorme dificuldade de garantir sua saúde diante das condições de vida e trabalho. A formação discente está centrada principalmente no professor, no livro texto, nos estágios supervisionados, nos currículos disciplinares e conteudistas e que pouco favorece o pensar e agir em saúde, assim como, as histórias de vida da população, as diferentes racionalidades, a integralidade e a cultura (CAMPOS *et al.*, 2012).

Nessa perspectiva, as criações dos cursos de bacharelado em saúde coletiva fazem parte de um fortalecimento e amadurecimento da área e uma demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). A complexidade dos problemas de saúde demanda uma ampliação do olhar sobre o conceito de saúde, acompanhado da necessidade de um profissional que se ocupe de capacidades que transcendem os núcleos assistenciais na saúde (FERLA e ROCHA, 2013).

O estado do Pará não possui um curso de bacharelado em saúde coletiva, sendo os cursos da região Norte localizados apenas nos estados do Amazonas (UEA) e Acre (UFAC) e como tal, a Ufopa, com o curso de bacharelado interdisciplinar em saúde e farmácia, torna-se pioneiro nessa tarefa.

E nas definições do Parecer CNS/CES nº 1.133/2001, a formação na área da saúde deve ter como objetivo dotar os profissionais de condições para o desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. As competências e habilidades gerais para a atuação em saúde (ou seja, as condições de ser e estar em equipe, de maneira interdisciplinar e intersetorial) - que os cursos da saúde devem desenvolver - compõem o texto do Art. 4º da Resolução e estão definidas como:

I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada

de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais (Resolução CNE/CES nº 3/2001).

Vinculado ao ISCO, o Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, orienta-se pela concepção de formação de um profissional que atenda às demandas da região amazônica no âmbito da saúde

pública e coletiva que impulse seu desenvolvimento, com competência técnica, científica, humanística e social, comprometido principalmente com a recuperação, prevenção e promoção da saúde da população do Oeste do Pará. Para esta formação, tal concepção está associada ao conceito do campo da Saúde Coletiva e aceita como corrente de pensamento, o movimento social e prática teórica (NUNES, 1994); assim como, o campo dos saberes (científico) e âmbito de práticas (PAIM, 1998).

2.3 Base legal

O maior referencial para o ensino no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394, de 20/12/1996) e cabe aqui destacar o Artigo 43, o qual estabelece os elementos que apontam para uma formação apoiada no desenvolvimento cultural, espírito científico e pensamento reflexivo; o incentivo a curiosidade científica por meio de pesquisas e vivências extensionistas que promovam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura, promovendo um melhor entendimento do homem e do meio em que vive.

As diretrizes curriculares do curso de graduação em Saúde Coletiva, de construção recente, seguem o histórico de legislações mais gerais, como prevê o art. 81 da Lei 9.394/1996 – a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - mas correlacionado com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) dos cursos de graduação da área da saúde, conforme Edital da SESu/MEC nº 4, de 10/12/1997. Este Edital atende ao Parecer CNS/CES nº 583, de 04/04/2001 e aos determinantes da Constituição Federal de 1988 (Art. 200, 205, 208 e 214), Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990 (Art. 13, 14, 15 e 27) e Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996 (Art. 1º, 2º, 3º, 43 e 53). E mais recentemente, as DCN's de 2017, com parecer homologado em 2022.

Os documentos normativos consultados para subsidiar a proposta do Bacharelado em Saúde Coletiva são:

- **Parecer CNE/CES nº. 776, 3/12/1997.** Orientação para diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.
- **Parecer CNE/CES nº. 67, 11/3/2003.** Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.
- **Parecer CNE/CES nº. 108, 7/5/2003.** Duração de cursos presenciais de Bacharelado.
- **Parecer CNE/CES nº. 136, 4/6/2003.** Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

- **Parecer CNE/CES nº. 210, 8/7/2004.** Aprecia a Indicação CNE/CES 1/04, referente à adequação técnica e revisão dos pareceres e resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- **Parecer CNE/CES nº. 329, 11/11/2004.** Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- **Parecer CNE/CES nº. 184, 7/7/2006.** Retificação do Parecer CNE/CES nº. 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- **Resolução CNS Nº 544/2017** - Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Nonagésima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 9 e 10 de março de 2017, em sua Resolução Nº 544, de 10 de março de 2017, aprovar a Nota Técnica nº 003 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Saúde Coletiva.
- **Parecer do CNE/CES 242/2017** - E Conselho Nacional de Educação teve junto a CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR no processo (23001.000195/2016-59), sobre o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, parecer do CNE/CES 242/2017, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Saúde Coletiva, aprovação por unanimidade das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Saúde Coletiva. Sua aprovação ocorreu em 6/6/2017 e parecer homologado em diário oficial em 14/10/2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2017-pdf/72431-pces242-17-pdf/file>.

2.4 Objetivos do curso

São objetivos do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa:

2.4.1 Objetivo geral

- Formar Bacharel em Saúde Coletiva com excelência, orientados por uma concepção interdisciplinar, humanística, ética e técnico-científica habilitando-os para o enfrentamento das necessidades de saúde da população e no desenvolvimento do sistema de saúde.

2.4.2 Objetivos específicos

- Formar profissionais com competências e habilidades interdisciplinares necessárias para identificar e fortalecer as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na universalidade, equidade e integralidade, na descentralização da gestão com vistas a

regionalização, na democratização do processo decisório e participação popular nos sistemas e serviços de saúde;

- Analisar crítica e propositivamente as políticas de saúde, dentro dos princípios da ética, com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, a partir do contexto político-normativo do SUS;
- Exercer prática integrada e contínua junto às instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo capaz de desenvolver processos de gestão, atenção, educação e avaliação em saúde;
- Formar sanitaristas para atuarem, direta ou indiretamente, pela promoção, vigilância e educação da saúde, individual e coletiva, garantindo atenção integral à saúde da população;
- Integrar pesquisa e extensão ao currículo, com vistas a uma formação integral do futuro profissional da saúde.

2.5 Forma de ingresso no curso

O ingresso do discente no Bacharelado em Saúde Coletiva ocorrerá por meio de processo seletivo, anualmente e regulamentado em edital publicado pela Ufopa, de acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução No 55/2014 - Conselho Universitário, de 22 de julho de 2014. O ingresso no curso será por meio de processo seletivo que implica necessariamente ter havido prévia inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução No 55/2014-Conselho Universitário, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de Graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio). Atualmente, existem duas modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

a) Processo Seletivo Regular - PSR

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos, sendo que serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

b) Processo Seletivo Especial - PSE

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatas indígenas e quilombolas para admissão no semestre inicial intitulado Formação Interdisciplinar I, comum e obrigatório a todos os ingressantes em cursos de nível de graduação da Ufopa, sem prejuízo da previsão, no edital do Processo Seletivo Regular, do integral respeito aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012.

O Bacharelado em Saúde Coletiva se configura como um curso de graduação que compõe os cursos profissionalizantes (Bacharelados Profissionais). O 1º e o 2º semestre denominado Formação Interdisciplinar I e II, é comum e obrigatório a todos os ingressantes em nível de graduação na área da saúde.

2.6 Perfil do egresso

O egresso do Bacharelado em Saúde Coletiva terá uma formação interdisciplinar, crítica-reflexiva e ética, com capacidade para atuar no trabalho em diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção e proteção da saúde, bem como, na pesquisa e no desenvolvimento de serviços para a saúde com ênfase na realidade local do Oeste do estado do Pará, Amazônia.

2.7 Competências e habilidades

Para a formação do Bacharel em Saúde Coletiva, tendo em vista o futuro exercício profissional do sanitarista, o curso propõe-se a formar discentes com competências e habilidades pautadas nos núcleos de conhecimentos e práticas de Gestão em Saúde; Atenção em Saúde e Educação em Saúde, descritas a seguir:

- No núcleo de Gestão em Saúde será oferecido competências e habilidades para o desenvolvimento de atributos intelectuais e práticos para a atuação em políticas, planejamento e avaliação de sistemas e serviços de saúde. Serão desenvolvidas as capacidades de análise e atuação em políticas públicas e de saúde; planejamento, gestão e avaliação de sistemas e serviços de saúde, ativação de redes de gestão e de atenção à saúde, definidas como arranjos organizativos de gestão regionalizada e de ações e serviços de saúde em linhas de cuidado compostas por diferentes densidades tecnológicas, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e gerencial.
- No núcleo de Atenção à Saúde será oferecido dispositivos pedagógicos para o desenvolvimento de atributos intelectuais e práticos para a participação em ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais na produção e proteção da qualidade de vida e da integralidade em saúde. Serão trabalhadas as capacidades de atuação na organização das linhas de cuidado e redes de atenção, na vigilância em saúde, nas ações

coletivas para a promoção da saúde individual e coletiva, nas ações de saúde ambiental de proteção da saúde coletiva e ações populacionais de proteção sanitária.

- No núcleo de Educação em Saúde será oferecido dispositivos pedagógicos para o desenvolvimento de atributos intelectuais e práticos para a participação em ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais na proteção da qualidade de vida e na reinvenção permanente dos saberes em saúde. Serão desenvolvidas as capacidades para atuação em práticas pedagógicas, de desenvolvimento profissional, de participação popular e comunitária; para investigação e construção participativa de conhecimentos em saúde; para condução de programas formativos e de ensino em escolas de saúde ou centros e núcleos de educação permanente, assim como para prestar assessorias na área das ciências da saúde e ministrar aulas.

2.8 Componentes curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva

O curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC) insere-se na estrutura acadêmica da Ufopa e sua formação estará pautada no referencial teórico-conceitual do campo da saúde tendo como eixo epistemológico a região Oeste do Pará. De acordo com a DCN de 2017 do Bacharelado em Saúde Coletiva em seu Art. 32, a carga horária mínima do Curso de Graduação em Saúde Coletiva é de 3.200 (três mil e duzentas) horas e prazo mínimo de 4 (quatro) anos para sua integralização.

A Estrutura Curricular do Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa é composta por carga horária total de 3.270 horas dispostas ao longo de oito semestres. Os conteúdos curriculares fundamentais do Bacharelado em Saúde Coletiva tomam por referência as subáreas da Saúde Coletiva/Abrasco: Epidemiologia; Política, Planejamento e Gestão em Saúde; Ciências Sociais e Humanas na Saúde, além de eixos transversais como metodologia de pesquisa e educação em saúde. As disciplinas teóricas, portanto, estão distribuídas nesses eixos. Além disso, leva em consideração as características locorregionais da Amazônia, a inserção institucional do curso, a flexibilidade de estudos e as demandas e expectativas de desenvolvimento do campo de saberes e práticas da saúde coletiva. Para abordar os conteúdos curriculares fundamentais, o curso de Saúde Coletiva da Ufopa enfocou os estágios em 03 núcleos de formação, de acordo com as habilidades e competências esperadas do perfil do egresso. Os núcleos de formação vão de encontro os atributos intelectuais e práticos definidos como escopo pela DCN de cursos em Saúde Coletiva e serão apresentados na grade curricular como núcleo de Gestão em Saúde; Atenção em Saúde e Educação em Saúde.

A seguir serão detalhados os atributos dos núcleos de formação:

I. Gestão em Saúde

O núcleo de Gestão em Saúde se estrutura a partir de 05 (cinco) atributos:

1. Análise e atuação em políticas públicas relacionadas à saúde: inclui a análise dos atores implicados na produção da saúde; construção, negociação e implementação de políticas de saúde; articulação de segmentos e atores; monitoramento, avaliação e auditoria de políticas de saúde em contextos locais, de região de saúde, de geografia política, nacionais e internacional.
2. Planejamento, gestão, avaliação e auditoria em sistemas e serviços de saúde: inclui o desenvolvimento da competência de planejamento, gestão, avaliação e auditoria de planos, projetos, programas e ações de saúde; A avaliação, monitoramento e auditoria do desempenho e das respostas dos sistemas e serviços de saúde; os processos de tomada de decisão e a planificação e gestão em saúde.
3. Participação social em saúde: inclui o desenvolvimento da Participação Social em Saúde com metodologias participativas para o planejamento, o desenvolvimento e a fiscalização de ações em saúde.
4. Gestão do trabalho na saúde: inclui a análise de processos de trabalho em saúde; gestão da força de trabalho; organização e gerenciamento do trabalho em equipes; e Estabelecimento de abordagens comunicativas para mediar conflitos e conciliar possíveis visões divergentes entre os sujeitos do trabalho em saúde.
5. Regulação setorial e fiscalização em saúde: inclui a elaboração de normas e procedimentos para a fiscalização e auditoria das ações dos setores complementar e suplementar ao SUS e Monitoramento, avaliação e auditoria de ações, serviços, redes e sistemas do componente privado e suplementar ao SUS.

II. Atenção à Saúde

O núcleo de Atenção à Saúde se estrutura a partir de 03 (três) atributos:

1. Organização da atenção integral à saúde: inclui o planejamento e cogerenciamento de linhas de cuidado e o apoio matricial e institucional.
2. Vigilância em saúde e saúde ambiental: inclui a Análise de Situação de Saúde; Prevenção e controle de condicionantes e determinantes dos estados de saúde- doença-agravos, de riscos e danos à saúde das populações; Monitoramento da situação de saúde, mediante sistemas de informação e sistemas de vigilância epidemiológica, sanitária, em saúde do trabalhador e em saúde ambiental; Saúde ambiental; Sistemas de informação, divulgação e comunicação relativos à saúde em populações.

3. Promoção da saúde individual e coletiva e práticas coletivas de orientação e intervenção em saúde: inclui a identificação das necessidades de promoção da saúde junto aos usuários dos serviços sanitários ou outros educadores sociais, profissionais e ocupações de saúde em geral; Desenvolvimento de ações de promoção da saúde em diferentes serviços de saúde e outros cenários de atuação, com ênfase no compartilhamento de conhecimentos; desenvolvimento de estratégias interativas para a disseminação de práticas de proteção à saúde e elaboração compartilhada e interprofissional de projetos terapêuticos, estimulando o autocuidado e autonomia das pessoas, famílias, grupos e comunidades reconhecendo os usuários como protagonistas ativos de sua própria saúde.

III. Educação em Saúde

O núcleo de Educação em Saúde estrutura-se em 3 (três) atributos:

1. Educação permanente em saúde e práticas pedagógicas em serviços de saúde: inclui a aprendizagem cooperativa em ambientes de trabalho; levantamento de necessidades formativas nos serviços de saúde e mobilização e participação em equipes para pesquisa-intervenção, pesquisa-ação e estudo-ação.
2. Educação popular em saúde e ativismo comunitário: inclui implementar estratégias de educação popular em saúde, no estímulo à ação comunitária em projetos de vida e saúde, cultura e saúde, movimento social e saúde, luta por direitos e enfrentamento das desigualdades sociais e sanitárias; desenvolver estratégias e tecnologias sociais de ação em saúde; para a popularização da ciência; que promovam o empoderamento, a autonomia e o engajamento de pessoas, famílias e comunidades.
3. Investigação e docência na saúde: inclui aplicar métodos e procedimentos de pesquisa em saúde; produzir materiais técnico-científicos, educativos e organizar eventos de divulgação, comunicação e educação em saúde, planejar e realizar processos pedagógicos na saúde.

Os componentes curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa estão divididos em obrigatórios, optativos, atividades de extensão, atividades complementares, conforme distribuição de carga horária apresentada no quadro a seguir.

Distribuição da Carga Horária do BSC por Componentes Curriculares

Componentes curriculares	Carga horária (horas)	Percentual (%)
Disciplinas obrigatórias	1.940h	59,9%
Disciplinas optativas	240h	7,4%
Estágios obrigatórios	520h	16,0%
Atividades complementares	180h	5,6%
Atividades de Extensão	360h	11,1%
TOTAL	3.240h	100,0%

O estágio curricular obrigatório abrange os 03 núcleos de conhecimento (Gestão, Atenção e Educação) previstos nesse PPC para o desenvolvimento das suas atividades práticas, conforme Tabela abaixo. O estágio curricular obrigatório conta com uma carga horária de 520 horas, sendo que, 46,15% serão desenvolvidos no núcleo de Gestão em Saúde, conforme previsto na DCN dos cursos de Saúde Coletiva. Os estágios serão realizados em 03 níveis: na Atenção Primária, Secundária e na Terciária.

Distribuição da Carga Horária dos Estágios curriculares obrigatórios do BSC

Componentes dos Estágios	Carga Horária PARCIAL	Carga Horária TOTAL	Percentual (%)
Estágios de Gestão em Saúde			
Estágio Gestão em saúde I (prioritariamente atenção primária à saúde)	120 horas	240 horas	46,15%
Estágio Gestão em saúde II (prioritariamente atenção secundária à saúde e secretarias de saúde)	120 horas		
Estágios de Atenção em Saúde			
Estágio Atenção à Saúde I (prioritariamente atenção primária à saúde)	60 horas	120 horas	23,08%
Estágio Atenção à Saúde II (prioritariamente atenção secundária/terciária à saúde e secretarias de saúde)	60 horas		
Estágios de Educação em Saúde			
Estágio Educação em Saúde I (prioritariamente atenção primária à saúde)	80 horas	160 horas	30,77%
Estágio Educação em Saúde II (prioritariamente atenção secundária à saúde e escolas)	80 horas		
Total	520 horas	520 horas	100%

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório curricular e será desenvolvido durante a graduação. Há duas disciplinas obrigatórias de base para o TCC – Metodologia científica I (60h) e Metodologia científica II (60h). E no último semestre, o aluno deverá participar, sob orientação, da Escrita e defesa do TCC (20h).

Os componentes optativos, são componentes de livre escolha discente, dentro de qualquer área de conhecimento que venha a contribuir para a formação acadêmica. O Isco ofertará algumas opções de disciplinas optativas (listadas no quadro a seguir), entretanto, consideram-se relevante a mobilidade acadêmica e a escolha do aluno em cursar essas disciplinas em outros Institutos da Ufopa e, até mesmo, em outras Instituições de Ensino.

Grade de Disciplinas Optativas do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

Relação de Componentes Curriculares Optativos		
Optativas	Tópicos Especiais em Saúde Coletiva I	60

	Tópicos Especiais em Saúde Coletiva II	60
	Epidemiologia Ambiental	60
	Epidemiologia Molecular	60
	Toxicologia ocupacional e segurança no trabalho	60
	Psicologia aplicada à saúde	60
	Genética Médica para Atenção Primária à Saúde	60
	Libras	60
	Empreendedorismo e Inovação em saúde	60
	Doenças negligenciadas na Amazônia	60

As atividades de extensão universitária são uma ferramenta valiosa na formação de um profissional consciente da realidade local do discente, possibilitando a busca por soluções que se adequem e não agredam a história e a cultura local. As atividades de extensão propostas para o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva correspondem a 11,1% (360 horas) da carga horária obrigatória total (320 horas). Essas atividades são desenvolvidas pelos discentes a partir do primeiro semestre por meio dos componentes curriculares obrigatórios na modalidade I (180h) e modalidade II (180h)

A modalidade I de extensão chamada “práticas integradoras de extensão” trata-se de interação e vivência na comunidade, desenvolvido em cenários da comunidade de possível intervenção do sanitarista ao longo de sua graduação. Nessas disciplinas somadas à Interação na Base Real, os alunos são inseridos na comunidade, apresentam contato diferentes realidades socioculturais e ambientais. A expectativa é que possam compreender os problemas da comunidade nesses 3 momentos, realizar diagnósticos territoriais, planejar e executar ações de intervenção junto à comunidade. As práticas em redes de atenção à saúde são avaliadas e discutidas de forma intersetorial.

Já a modalidade II de extensão chamada “Atividades de extensão” serão executadas por meio dos projetos de extensão cadastrados do ISCO e de outros institutos da Universidade.

As atividades complementares serão de livre eleição pelos estudantes, contemplam os campos do ensino, pesquisa e extensão (conforme diretrizes no Anexo 1), além do ativismo comunitário ou estudantil, quando possível, e correspondem a pelo menos 180 horas.

2.8.1 Matriz Curricular do Curso Bacharelado em Saúde Coletiva

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
SUS e história da saúde no Brasil (60h)	Modelos de Atenção à Saúde (60h)	Bioestatística (60h)	Saúde Ambiental (60h)	Vigilância em saúde I (60h)	Vigilância em Saúde II (60h)	Administração dos serviços de saúde (60h)	Ferramentas de planejamento em saúde (60h)
Ciências sociais e humanas na saúde coletiva (60h)	Antropologia em Saúde (60h)	Ética e bioética em saúde (60h)	Direitos humanos e saúde coletiva (60h)	Saúde das populações indígenas e quilombolas (60h)	Determinação social e ambiental em saúde na Amazônia (60h)	Tópicos especiais em saúde coletiva I (60h)	Tópicos especiais em saúde coletiva II (60h)
Introdução à saúde coletiva (60h)	Sistemas e níveis de atenção à saúde (60h)	Atenção Primária à Saúde (60h)	Promoção da saúde (60h)	Metodologia científica II (60h)	Racionalidades e saberes não biomédicos (60h)	Optativa I (60h)	Optativa II (60h)
Práticas integradoras de extensão I (60h)	Práticas integradoras de extensão II (60h)	Práticas integradoras de extensão III (60h)	Políticas públicas de equidade em saúde (60h)	Funções Gestoras do SUS (60h)	Educação em saúde II (60h)		Escrita e Defesa do TCC (20h)
Estudo morfofuncional humano I (60h)	Estudo morfofuncional humano II (60h)	Ciclos de vida e programas de saúde (60h)	Dinâmica dos agentes infecto-parasitários na saúde coletiva (60h)	Epidemiologia II (60h)	-		Atividades de extensão (180h)
Educação em saúde I (60h)	Metodologia científica I (60h)	Educação e Comunicação em Saúde (60h)	Epidemiologia I (60h)	-	-	Estágio de Atenção à saúde II (60h)	
-	-	-	Estágio de Atenção à Saúde I (60h)	Estágio de Gestão em Saúde I (120h)	Estágio de Educação em saúde I (80h)	Estágio de Educação em saúde II (80h)	Estágio de Gestão em saúde II (120h)
-	-	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (60h)	-	
Total: 360h	Total: 360h	Total: 400h	Total: 460h	Total: 460h	Total: 380h	Total: 500h	Total: 320h
TOTAL: 3.240h							

Legenda

Eixo Ciências Humanas e Sociais	480h
Eixo Política, planejamento e gestão	540h
Eixo Epidemiologia	600h
Eixo Transversal	560h
Estágios	520h
Atividades complementares	180h
Atividades de extensão	360h
TOTAL	3240h

2.8.2 Ementário e bibliografias dos componentes curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva.

1º SEMESTRE
SUS e história da saúde no Brasil (60h)
Ciências sociais e humanas na saúde coletiva (60h)
Introdução à saúde coletiva (60h)
Práticas integradoras de extensão I (60h)
Estudo morfofuncional humano I (60h)
Educação em saúde I (60h)

Disciplina:	SUS e história da saúde no Brasil	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60

Ementa

Estudo da história da política de saúde no Brasil até a criação do SUS - institucionalização das práticas e da organização do sistema de saúde no Brasil; As políticas de saúde entre o final do império e a Primeira República. Saúde na era Vargas:saúde previdenciária;Principais movimentos organizadores e históricos do campo da saúde, com ênfase na Reforma Sanitária. O SUS e seus 30 anos de história: princípios, lógica organizativa e situação atual.

Bibliografia Básica

SCOREL,Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Imperio ao Desenvolvimentismo Populista. In: Lígia Giovanella; Sarah Scorel; Lenaura V.C Lobato; Antonio Ivo de Carvalho; José Noronha (Orgs.). Compêndio de Políticas e Sistema de Saúde no Brasil: Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p 115-155.

FLEURY, SONIA. Teoria da Reforma Sanitária: diálogos críticos/organizado por Sonia Fleury- Rio de Janeiro:Editora Fiocruz, 2018, 336p

GIOVANELLA, Ligia. SCOREL, Sarah. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. NORONHA, José Carvalho. CARVALHO, Antonio Ivo. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.

TEIXEIRA, L. A. et al. História da saúde no Brasil. Hucitec; 1ª edição 2018, 492 p.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, L. O. M.; BARRETO I. C. H. C. SUS Passo A Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007

HOCHMAN, GILBERTO. A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no brasil; São Paulo: Hucitec; 3ª edição, 254 p

CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2012. 871p.

PAIM, JANILSON. Sus - Sistema Único de Saúde: Tudo O Que Você Precisa. Atheneu; 2019. 404p.

PAIM, JS. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. 148 p. (Coleção Temas em Saúde).

Disciplina:	Ciências sociais e humanas na saúde coletiva	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
A aproximação entre as Ciências sociais e humanas à área da saúde: suas implicações teóricas e a abordagem prática do campo da saúde; Diversidade cultural; a dimensão social dos processos saúde/doença/cura; conceito de cultura e hábitos culturais e suas relações com os processos saúde/doença/cura;		
Bibliografia Básica		
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico / Roque de Barros Laraia. - 11.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.		
MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. <i>Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina</i> [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541-061-X. Available from SciELO Books < http://books.scielo.org >.		
PEREIRA, José Carlos. A explicação sociológica na medicina social / José Carlos de M. Pereira. - São Paulo: Ed. UNESP, 2005.		
Bibliografia Complementar		
SAINLLANT, Francine & GENEST, Serge (org). Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais; tradução Vera Lucia dos Reis. - Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia / Émile Durkheim. - 2. ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.		
CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.		
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 4. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.		
MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia / Marcel Mauss. - São Paulo: Cosac Naify, 2003.		

Disciplina:	Introdução à saúde coletiva	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática: 20	Total: 60
Ementa		
Breve histórico e introdução aos principais conceitos de saúde. Introdução ao que é Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios. Diferentes tipos de instituições que atendem ao conceito de saúde, níveis organizacionais e definição de quais tipos de práticas e profissionais que estão voltadas para o campo da saúde. Conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade na saúde e como se aplicam nas práticas de saúde.		
Bibliografia Básica		
ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p. ISBN: 9788527716192.		
COHN, Amélia. A saúde como direito e como serviço. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164p. ISBN: 9788524903137.		

LEÃO, Lidiane Nascimento. Direito à saúde e políticas públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 252p. ISBN: 9788551900390.
Bibliografia Complementar
FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis Mafort. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2007. 204p. ISBN: 9788522506163.
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.
MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 7. ed., 3. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 181 p. ISBN: 9788532634085.
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.
REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. xxii, 950p, 32p de estampas. ISBN: 8527708487.

Disciplina	Práticas integradoras de Extensão I	Extensão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
Contato e interação com a realidade local a partir da problematização e levantamento de dados primários e secundários. Princípios do Diagnóstico Territorial. Vínculo e escuta qualificada.		
Bibliografia Básica		
CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.		
GIOVANELLA, Lígia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
MERHY, Emerson Elias. Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 187 p. (Saúde em debate, 145) ISBN: 978852710584.		
Bibliografia Complementar		
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.		
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.		
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.		

MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalhado do antropólogo. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

Disciplina:	Estudo Morfofuncional Humano I	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 56	Prática: 04	Total: 60
Ementa		
Estudo da organização do corpo humano e das suas células a partir dos seus constituintes e dos processos moleculares, estruturais e fisiológicos envolvidos. Histologia dos tecidos. Processo de gametogênese; meiose e fecundação; desenvolvimento embrionário e fetal; introdução às anomalias congênitas.		
Bibliografia Básica		
ALBERTS, Bruce et al. Biologia molecular da célula. 5.ed. São Paulo: Artmed, 2010. 1268 p. ISBN: 9788536320663.		
ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. xx, 843 p. ISBN: 9788536324432.		
GARTNER, Leslie P. Atlas Colorido de Histologia. 6ª ed. Editora Guanabara Koogan S.A. 2014. 494p.		
Bibliografia Complementar		
CLEFFI, Norma Maria. Curso de biologia: biologia celular, genética e evolução. São Paulo: Harbra, 1986. 406 p. (Curso de biologia)		
DE ROBERTIS, Edward; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2006. xii, 418 p. ISBN: 9788527712033.		
KIERSZENBAUM, Abraham L; TRES, Laura L. Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. xvi, 699p. ISBN: 9788535247374.		
MOORE, Keith; PERSAUD, Vidhya. Embriologia Básica. 6. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. 2004, 481p.		
SADAVA, David et al. Vida: a ciência da biologia: célula e hereditariedade, v.1. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3v. ISBN: 9788536319216.		

Disciplina:	Educação em Saúde I	Eixo transversal
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática: 20	Total: 60
Ementa		
Constituição histórica da educação e saúde no Brasil e na América Latina; Técnicas e recursos utilizados pela educação em saúde - Cartilhas, folder, álbum seriado, panfletos, jogos educativos, vídeos, paródias, personagens, etc; Principais modelos educativos em saúde: Educação popular, educação permanente e educação em saúde; Panorama da educação no mundo: modelos, estratégias, resultados e avanços; Investigação e Docência na Saúde - métodos e procedimentos de pesquisa em saúde: coleta de dados, análise de resultados e organização de banco de dados - Práticas educativas em saúde: estruturação de plano de atividade, plano de disciplina, plano de eventos, plano de ensino, elaboração de aula, de cursos, eventos, entre outros; Gestão participativa nos serviços: Ferramentas para diagnóstico dos serviços de saúde.		
Bibliografia Básica		

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 136 p. ISBN: 9788524917127.
NARDI, Roberto (Org). Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2003. 143 p. (Educação para a ciência, 3) ISBN: 8586303925.
Complementar
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. 122 p. (Primeiros passos, v. 318).
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed., 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2012. 102 p. ISBN: 9788524916465.
GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ PÉREZ, Francisco (Orgs). Educação comunitária e economia popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Questões da nossa época, 25) ISBN: 852490500.
NÚÑEZ, Carlos. Educar para transformar para educar: comunicação e educação popular. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 201 p. ISBN: 8532608949.
PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. xii 385 p. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6) ISBN: 8585008989.
ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013. Pp 301-325; pp 327-352.

2º SEMESTRE
Modelos de Atenção à Saúde (60h)
Antropologia em Saúde (60h)
Sistemas e níveis de atenção à saúde (60h)
Práticas integradoras de extensão II (60h)
Estudo morfofuncional humano II (60h)
Metodologia científica I (60h)

Disciplina:	Modelos de Atenção à Saúde	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 56	Prática: 04	Total: 60
Ementa		
Análise dos principais modelos de atenção à saúde: contextualização histórica, aspectos conceituais e princípios básicos. A organização da atenção à saúde no SUS. Redes de Atenção em Saúde. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Política de Atenção à população do Campo, Floresta e das Águas. Modelos alternativos de atenção à saúde . Organização das práticas e dos serviços de saúde na atualidade.		
Bibliografia Básica		
CAMPOS, Gastão Wagner et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2012. 871p.		

CASTRO, C. G. J.; WESTPHAL, M. F. Modelo de atenção. in: WESTPHAL, M. F.; ALMEIDA, E. S. de (orgs.) Gestão de serviços de saúde: descentralização, municipalização do SUS. São Paulo: Edusp, 2001. cap 4, p. 92-111.

FARIA, Horácio Pereira et al. Modelo Assistencial e atenção básica à saúde. 2 Ed. Belo Horizonte: NESCON/UFMG, 2010.

PAIM, J.S. Modelos de Atenção à saúde no Brasil. In: Lígia (Org.) Política e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Cap.15, p. 547-573.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria N.2.436 de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PAIM, Jairson Santos. Modelos de atenção e vigilância da saúde. In: Rouquayrol, M.Z; Almeida Filho, N. Epidemiologia & Saúde.6. Ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2003.Cap.19, p 567-586.

PAIM, Jairson Santos. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. 148 p. (Coleção Temas em Saúde).

SARRIERA, Jorge Castellá. Saúde Comunitária:conhecimentos e experiências na América Latina. Porto Alegre: Sulina, 2011.

STARFIELD, Bárbara. Atenção Primária;equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília:Unesco, 2002.

Disciplina:	Antropologia em Saúde	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
A contribuição da antropologia às ciências da saúde. Estudo dos princípios da antropologia simbólica, social e cultural; Cultura e seus significados; A relação natureza e cultura, Estudo da relação entre tradição e modernidade; Produção social da identidade e diferença; Diversidade cultural e multiculturalismo na atualidade; Estudos das religiões no Brasil; Correntes da antropologia médica; Estudos sobre representações e práticas em saúde/doença; Religiosidade, ritual e cura; Saúde perfeita e gestão de riscos; Itinerários terapêuticos: cuidado, cura e assistência; Produção sócio- cultural do racismo e das relações de gênero e desigualdades em saúde.		
Bibliografia Básica		
GENEST, Serge; SAILLANT, Francine. Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 453 p. (Antropologia e saúde) ISBN: 9788575414132.		
MAUSS, Marcel. Ensaios de sociologia. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 499p. (Estudos, 47) ISBN: 9788527301930.		
BREILH, Jaime. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 317 p. ISBN: 8575410954.		
Bibliografia Complementar		
TROSTLE, James A. Epidemiologia e cultura. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 256 p. (Coleção Antropologia & Saúde) ISBN: 9788575414361.		

CANESQUI, Ana Maria. "Pressão alta" no cotidiano: representações e experiências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 305 p. (Coleção Antropologia e saúde) ISBN: 9788575414699.

CASTIEL, Luis David; VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto; SANZ-VALERO, Javier. Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 187 p. ISBN: 9788575412145.

MENEZES, Rachel Aisengart. Difíceis decisões: etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 107 p. (Antropologia e saúde) ISBN: 8575411004.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 425 p. ISBN: 9788592886394.

Disciplina:	Sistemas e Níveis de Atenção à Saúde	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Estudo da história da política de saúde no Brasil; institucionalização das práticas; história da organização do sistema de saúde no Brasil; reforma sanitária; comparação de sistemas de saúde; políticas e programas de saúde; organização do subsetor de saúde suplementar e suas estruturas de regulação. Estudo das concepções de saúde e modelos de determinação do processo-saúde-doença-cuidado.		
Bibliografia Básica		
CAMPOS, G. W. De S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. Hucitec, 2007. DEMO, Pedro. Política Social, educação e cidadania. Papyrus, 1995.		
MARCOVITCH, Jacques. A gestão da Amazônia ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: USP, 1ªed., 2011.		
Bibliografia Complementar		
ANDRADE, L. O. M.; BARRETO I. C. H. C. SUS Passo A Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.		
BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20. Disponível on line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.html .		
_____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31. Disponível on line em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142_281290.htm .		
CASTRO, Antonio Barros de. 7 [sete] ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1975-77.		
OLIVEIRA, José Arimatés. Gestão de pessoas no setor público seleção e admissão. Florianópolis: UFSC, 2011.		

Disciplina:	Práticas Integradoras de Extensão II	Extensão
		Obrigatória
Carga Horária		

Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
Princípios do diagnóstico local e coleta de dados. Dados primários e dados secundários. Apresentação dos dados.		
Bibliografia Básica		
CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.		
GIOVANELLA, Lígia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
MERHY, Emerson Elias. Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 187 p. (Saúde em debate, 145) ISBN: 978852710584.		
Bibliografia Complementar		
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.		
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.		
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.		
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.		
TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 203p. ISBN: 9788532631930.		

Disciplina:	Estudo Morfofuncional II	Núcleo Atenção
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática: 20	Total: 60
Ementa		
Estudo dos diferentes sistemas do corpo humano para o entendimento dos meios propedêuticos necessários para o desenvolvimento de competências do bacharel em Saúde Coletiva. Desenvolvimento do conhecimento estrutural e morfo-funcional dos sistemas que compreendem o corpo humano.		
Bibliografia Básica		
DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana: sistêmica e segmentar. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011. 184 p.		
SOBOTTA, Johannes; PAULSEN, F; WASCHKE, J. Atlas de anatomia humana. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 3v. ISBN: 98785277193841, 97885277193842, 97885277193843, 9788527719384.		
GUYTON, Arthur C. Fisiologia humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 564 p. ISBN: 9788527714129.		
Bibliografia Complementar		
ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro de; SCHNETZLER, Roseli Pacheco; CERRI, Yara L. Nogueira S (org). Modelos de ensino: corpo humano, célula, reações de combustão. Piracicaba, SP: UNIMEP/CAPES/PROIN, 2000. 235 p. ISBN: 9788587120045.		

NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 1v. ISBN: 9788535276796.

PALASTANGA, Nigel. Anatomia e movimento humano: estrutura e função. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000. 765 p.

SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 957 p.

WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 5. ed., v. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 2v.

Disciplina:	Metodologia científica I	Eixo transversal
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Fundamentos da metodologia científica. Pesquisa científica: Fundamentos da pesquisa qualitativa e quantitativa. Elementos constitutivos da pesquisa qualitativa e quantitativa e fases da pesquisa. Aspectos éticos da pesquisa. Elaboração de Documentos de Pesquisa.		
Bibliografia Básica		
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN: 9788522458561.		
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN: 9788522457588.		
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 112 p. ISBN: 9788532605863.		
Bibliografia Complementar		
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.		
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN: 9788522448784.		
NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xiii, 149 p. ISBN: 9788522111619.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de Processos: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2006. xv, 291 p.		
PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: EDUSP, 2004. 156 p.		

Bioestatística (60h)
Ética e bioética em saúde (60h)
Atenção Primária à Saúde (60h)
Práticas Integradoras de Extensão III (60h)
Ciclos de vida e programas de saúde (60h)
Educação e Comunicação em Saúde (60h)
Atividades complementares (40h)

Disciplina:	Bioestatística	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Dados e variáveis; População e amostra; Técnicas de amostragem; Erro de amostragem; Instrumentos de coleta de dados; Estatística descritiva; Distribuição de frequência; Frequência relativa e acumulativa; Tabelas e gráficos; Taxa, razão, índice; Medidas de tendência central; Medidas de variabilidade ou dispersão; Estrutura das seções “coleta de dados” e “análise de dados” em uma pesquisa quantitativa descritiva. Apresentação de resultados de uma pesquisa quantitativa descritiva.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. São Paulo: LTC, 2011. xxv, 555 p. ISBN: 9788521617907.</p>		
<p>VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2008. xi, 345 p. ISBN: 9788535229851.</p>		
<p>VIEIRA, Sonia. Fundamentos de estatística. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-019308.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>AYRES, Manuel; AYRES JÚNIOR, Manuel. Bioestat 2.0: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2000. xii, 272 p. ISBN: 8585924071.</p>		
<p>BALDI, Brigitte; MOORE, David S. A prática da estatística nas ciências da vida. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. xxv, 676 p. ISBN: 9788521625339.</p>		
<p>FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320p. ISBN: 97885224714710.</p>		
<p>LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 760 p. ISBN: 9788521630678.</p>		
<p>VIEIRA, Sonia; HASSNE, William Saad. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 192p. ISBN: 8535208844.</p>		

Disciplina:	Ética e Bioética em Saúde	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		

História dos conceitos de ética e bioética. A ética enquanto campo filosófico e suas implicações sócio-históricas: ética, moral, valores. Conceitos da bioética e sua aplicação para a tomada de decisão nos processos tecnológicos em saúde. O diálogo entre diferentes concepções do bom viver e da boa morte. A ética aplicada às pesquisas em seres humanos. Bioética como instrumento de problematização do modelo hospitalocêntrico de saúde e para tomada de decisão. Bioética, humanização, cuidados paliativos, eutanásia, não-adesão ao tratamento e objeção de consciência.
Bibliografia Básica
BRAUNER, Maria Claudia Crepo. Direitos humanos, saúde e medicina: uma perspectiva internacional. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2013. 203p. ISBN: 9788575662830.
DINIZ, Debora. Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres: Ed. da Unb, 2008. 403 p.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética de Platão a Foucault. 1.ed., 8 reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 143 p. ISBN: 9788571109674.
Bibliografia Complementar
BRASIL. Resolução 466/2013- Aprova as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm .
BRASIL. Resolução 510/2016-dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm .
DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. O que é bioética. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. 112p. (Coleção Primeiros Passos 315) ISBN: 9788511000740.
MOREIRA, Sebastião Rogério Góis. Introdução à Bioética aplicada a pesquisas envolvendo seres humanos. Curitiba: CRV, 2014. 62 p. ISBN: 9788544400074.
MOSER, Antônio. Biotecnologia e bioética: para onde vamos? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 453p. ISBN: 9788532630117.

Disciplina:	Atenção Primária à Saúde	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Atributos da Atenção Primária; Política Nacional de Atenção Básica; Processo de trabalho na Atenção Básica: equipe multiprofissional, núcleos de apoio à saúde da família (NASF), consultas, programas de acompanhamento de saúde, visita domiciliar, busca ativa, grupos de educação em saúde, reunião de equipe, acolhimento, demanda espontânea/demanda programada; Sistema de informação da Atenção Básica (SISAB e estratégia e-SUS APS); Programas da Atenção Básica; Gestão da Atenção Básica (ênfase em financiamento – Previne Brasil e avaliação); avaliação da Atenção Básica; avanços e desafios da Atenção Básica;		
Bibliografia Básica		
STARFIELD, Bárbara. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. UNESCO, 2002.		
GIOVANELLA, Ligia. Mendonça, Maria Helena. Atenção Primária à Saúde. In: Giovanella, Ligia, et al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.		
BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. (PNAB, 2017) Acesso em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html		

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.

GARCIA, IFS. Teixeira, CP. Visita domiciliar: um instrumento e intervenção. Sociedade em Debate, Pelotas, 15(1): 165-178, jan.-jun./2009.

PAIM, Jairnilson Silva. Desafios para a saúde coletiva no século XXI. Salvador: EdUFBA, 2006. 154 p. ISBN: 8523203958.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev Saúde Pública 2001;35(1):103-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n1/4144.pdf>.

BRASIL. Manual do Gestor do SUS, 2019. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2019/07/manual_do_gestor_F02_tela.pdf

Disciplina:	Práticas Integradoras de Extensão III	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 0	Prática: 60	Total: 60

Ementa

Princípios do diagnóstico local e coleta de dados. Dados primários e dados secundários. Apresentação dos dados. Planejamentos e gestão pública em saúde.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880.

GIOVANELLA, Lígia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

MERHY, Emerson Elias. Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 187 p. (Saúde em debate, 145) ISBN: 978852710584.

Bibliografia Complementar

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN: 9788532652027.

FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 140 p. ISBN: 9788532606082.

HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.

MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde.. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 203p. ISBN: 9788532631930.

Disciplina:	Ciclos de vida e Programas de Saúde	Núcleo Atenção
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60

Ementa

Compreensão sobre as necessidades de saúde individuais e coletivas do RN, criança, adolescente, saúde da mulher, adultos e do idoso. Identificação dos problemas de saúde que acometem os diferentes ciclos de vida, discussão de planos de cuidados e intervenções nas dimensões biológica, psicológica e sociocultural, no

contexto da atenção primária à saúde. Reconhecer aspectos iniciais e básicos da organização dos programas de saúde com enfoque no contexto da atenção primária à saúde.
Bibliografia Básica
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA FILHO, Naomar. O que é Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 156 p. (Temas em saúde) ISBN: 9788575412206.
CAPOZZOLO, Angela Aparecida; CASSETTO, Sidnei José; HENS, Alexandre de Oliveira (Org). Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013. 309 p. ISBN: 9788564806559.
COHN, Amélia. A saúde como direito e como serviço. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164p. ISBN: 9788524903137.
FLEURY, Sonia; OUVÉRY, Assis Mafort. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2007. 204p. ISBN: 9788522506163.
REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. xxii, 950p, [32]p de estampas. ISBN: 8527708487.

Disciplina:	Educação e Comunicação em saúde	Eixo Transversal
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
Discussão dos modelos conceituais de Comunicação e Educação. Análise das práticas institucionais de Comunicação e Educação em Saúde para a promoção da saúde, considerando o contexto social e o processo político-institucional em que se desenvolvem bem como sua adequação às necessidades de saúde da população.		
Bibliografia Básica		
BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. xxxiv, 476 p. (Biblioteca universal)		
CAMPOS, Gastão Wagner. Tratado de saúde coletiva. São Paulo–Rio de Janeiro: Hucitec - Fiocruz, 2006.		
NÚÑEZ, Carlos. Educar para transformar para educar: comunicação e educação popular. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 201 p. ISBN: 8532608949.		
Bibliografia Complementar		
BEZERRA, Aída Couto Dinucci et al. A questão política da Educação popular. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 198 p.		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. 122 p. (Primeiros passos, v. 318).		
SOUSA, Maria Fátima de; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Saúde, cultura e sociedade: reflexões sobre informação, educação e comunicação para promoção da saúde. Brasília: Ed. UnB, 2015. 181 p. ISBN: 9788523011628.		

VALLA, Victor Vicent. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. Cadernos de Saúde Pública. V. 15, Supl.2.1999.

VIGOTSKI, Lev. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Disciplina:	Atividades Complementares	Atividades complementares
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática:	Total: 40
Ementa		
Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas às Ciências da saúde e Ciências Farmacêuticas, que contribuam para uma formação profissional mais ampla do discente, tais como disciplinas ou módulos cursados em outro instituto ou em outras IES, Estágio não obrigatório, excursões científicas, iniciação à Pesquisa e/ou Extensão, monitoria, participação em conselhos/colegiados/comissões acadêmicas. Participação em eventos na área da saúde, participação em Programas de Educação Tutorial (PET), vivência profissional nas áreas que compõe o curso de Farmácia.		
Bibliografia Básica		
BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.		
DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 131 p. ISBN: 9788522451739.		
MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005		
Bibliografia Complementar		
ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 374p. ISBN: 9788532640833.		
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 112 p. ISBN: 9788532605863.		
KOSCIANSKI, André; SOARES, Michel dos Santos. Qualidade de software: aprenda as metodologias e técnicas mais modernas para o desenvolvimento de software. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2007. 395p.		
SAMPAIO, Antonio Carlos Freire; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo (Orgs). Para ensinar e aprender cartografia: contribuições teórico-metodológicas para a formação docente. Uberaba: Edvitoria, 2011. 151 p.		
SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p. ISBN: 9788575164280.		

4º SEMESTRE

Saúde Ambiental (60h)

Direitos humanos e saúde coletiva (60h)

Promoção da saúde (60h)

Políticas públicas de equidade em saúde (60h)

Dinâmica dos agentes infecto-parasitários na saúde coletiva (60h)

Epidemiologia I (60h)

Estágio de Atenção à Saúde I (60h)

Atividades complementares (40h)
--

Disciplina:	Saúde Ambiental	Núcleo Atensão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Estudo das competências do Bacharel em Saúde Coletiva na área da Saúde Ambiental. Contribuir para a compreensão das relações entre saúde humana e ambiente num contexto sanitário, político, econômico e cultural.		
Bibliografia Básica		
PEREIRA NETO, João Tinôco. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. 129 p. ISBN: 9788572693189.		
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005. 842 p. (Ambiental, 2) ISBN: 8520421881.		
TUNDISI, José Galízia; BRAGA, Benedito; REBOUÇAS, Aldo C (Orgs). Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2006. 748 p. ISBN: 8586303410		
Bibliografia Complementar		
KABAT, Geoffrey C. Riscos ambientais à saúde: mitos e verdades. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2010. xxiv, 275 p. ISBN: 9788527716055.		
PEREIRA, José Almir Rodrigues; SOARES, Jaqueline Maria. Rede coletora de esgoto sanitário: projeto, construção e operação. Belém: EDUFPA, 2006. 296p.		
RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Edgard Blucher, 2011. 333 p. ISBN: 9788521204985.		
SILVA, Cássio Roberto da (ed). Geologia médica no Brasil: efeitos dos materiais e fatores geológicos na saúde humana e meio ambiente. Rio de Janeiro: CPRM, 2006. vii, 211 p. ISBN: 9788574990156.		
SPERLING, Marcos Von. Princípios básicos do tratamento de esgotos. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 211 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, 2) ISBN: 8585266058.		

Disciplina:	Direitos humanos e saúde coletiva	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Políticas públicas no Brasil e sua organização a partir da Constituição Federal de 1988. Fundamentação filosófica, jurídica, política e organizacional do SUS. Princípios do Sistema Único de Saúde. Papel do controle social. Dinâmica do conselho municipal e estadual de saúde. Ética, moral e cidadania. Noções de bioética.		
Bibliografia Básica		
ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz FGV Ed, 2012. 232p. ISBN: 9788522512317, 9788575412985.		
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo Duarte. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. 397p. ISBN: 9788575411247.		
LIMA, Nísia Verônica Trindade. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 502 p. ISBN: 857541058.		

Bibliografia Complementar

NUNES, Tânia Celeste Matos. Democracia no ensino e nas instituições: a face pedagógica do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 178 p. ISBN: 9788575411476.

GONTIJO, José Geraldo Leandro; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 412 p. ISBN: 9788575414774.

CUETO, Marcos; LAMARÃO, Sérgio. Medicina e saúde pública na América Latina: uma história. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. 364P. (História e Saúde) ISBN: 9788575414866.

CÔRTEZ, Soraya Vargas (org). Participação e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 208 p. ISBN: 9788575411766.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 319 p. ISBN: 9788575411384.

Disciplina:	Promoção da saúde	Eixo Política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60

Ementa

Histórico e conceito de Promoção da Saúde. Debate e conceitos da Política Nacional de Promoção à Saúde e suas aplicabilidades no contexto Amazônico. Conceitos de Segurança alimentar e nutricional. O controle social na segurança alimentar e nutricional. Debate sobre os conceitos de alimentação e segurança alimentar na promoção à saúde. Guia Nacional de Alimentação Saudável. Aleitamento materno e promoção da saúde. Merenda escolar e segurança alimentar/nutricional. Agrotóxicos nos alimentos. Alimentos transgênicos. Vigilância sanitária alimentar. Pirâmide alimentar brasileira. Orgânicos. Informações dos rótulos alimentares. Deficiências alimentares e nutricionais com enfoque no contexto amazônico.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.

GONÇALVES, Édira Castello Branco de Andrade. Análise de alimentos: uma visão química da nutrição. São Paulo: Livraria Varela, 2015. 339p. ISBN: 9788577590230.

RABELLO, Lucíola Santos. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. São Paulo: Hucitec, 2014. 477 p. ISBN: 97885754119647.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p. ISBN: 9788527716192.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO BRASIL. Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. 1.ed. Brasília: Conab, 2008. 386 p. ISBN: 8562223006.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA ARNAIZ, Mabel. Alimentação, sociedade e cultura. 1. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 495 p. ISBN: 9788575412190.

RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Edgard Blucher, 2011. 333 p. ISBN: 9788521204985.

SALINAS, Rolando D. Alimentos e nutrição: introdução à bromatologia. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. xii, 278 p. ISBN: 9788573079913.

Disciplina:	Políticas Públicas de equidade em saúde	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>Conceitos de políticas públicas. Políticas de Estado Versus Políticas de Governo. As Políticas Públicas de Saúde enquanto base para a proteção social. Tipos de políticas públicas, seus atores, as fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública. As políticas públicas para populações Vulneráveis: Saúde Integral da População Negra; Populações do Campo, Floresta e das Águas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT), Política Nacional de Saúde integral da mulher, Política nacional de saúde integral do homem, política nacional de saúde integral da população idosa, Estatuto da criança e do adolescente. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.</p>		
Bibliografia Básica		
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.		
GIOVANELLA, Lígia [et al.]. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.		
MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de F (Org). Políticas de Saúde no Brasil: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.		
Bibliografia Complementar		
BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: UNB, 1997.		
LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia e implementação de políticas de saúde: os agentes comunitários na estratégia saúde da família. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.		
PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.		
PINELL, Patrice. Análise sociológica das políticas de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.		
WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.		

Disciplina:	Dinâmica dos agentes infecto-parasitários na saúde coletiva	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática: 0	Total: 60
Ementa		
<p>Compreensão sobre os mecanismos de patogenia dos agentes infecto-parasitários de importância para a saúde coletiva (bactérias, fungos, protozoários, helmintos e vírus). Reconhecer de forma básica os aspectos epidemiológicos e de prevenção das doenças infecto-parasitárias.</p>		
Bibliografia Básica		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.		
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.		
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p.		

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, Naomar. O que é Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 156 p. (Temas em saúde) ISBN: 9788575412206.

CAPOZZOLO, Angela Aparecida; CASSETTO, Sidnei José; HENS, Alexandre de Oliveira (Org). Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013. 309 p. ISBN: 9788564806559.

COHN, Amélia. A saúde como direito e como serviço. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164p. ISBN: 9788524903137.

FLEURY, Sonia; OUVENERY, Assis Mafort. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2007. 204p. ISBN: 9788522506163.

REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. xxii, 950p, [32]p de estampas. ISBN: 8527708487.

Disciplina:	Epidemiologia I	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 45	Prática: 15	Total: 60
Ementa		
<p>Conceitos básicos de Epidemiologia. História natural das doenças e níveis de prevenção. Processo saúde doença. Indicadores de saúde: prevalência, incidência, mortalidade e letalidade. Epidemiologia Descritiva; Variáveis relacionadas às pessoas, tempo e lugar; Distribuição dos agravos relacionados à saúde; Diagnóstico situacional de saúde; Investigação etiológica; Planejamento e avaliação de serviços de saúde; Pesquisa epidemiológica; Validade e Confiabilidade; Viés metodológico. Análise crítica de artigos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p. ISBN: 9788527716192.</p>		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015. il. ISBN: 9788527711876.</p>		
<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p.</p>		
<p>VIEIRA, Sonia; HASSNE, William Saad. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 192p. ISBN: 8535208844.</p>		
<p>CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-1144-9.</p>		
<p>SILVA, Luis Felipe. Epidemiologia ambiental: fundamentos para engenharia. 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. ISBN 978-85-352-2991-2.</p>		
<p>LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 760 p. ISBN: 9788521630678.</p>		

Disciplina:	Estágio de Atenção à Saúde I	Estágios
-------------	------------------------------	----------

		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica:	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas com foco na organização da atenção integral à saúde em serviços de Atenção Primária à Saúde.		
Bibliografia Básica		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		
Bibliografia Complementar		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		

Disciplina:	Atividades Complementares	Atividades complementares
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática:0	Total: 40
Ementa		
Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas às Ciências da saúde, que contribuam para uma formação profissional mais ampla do discente, tais como disciplinas ou módulos cursados em outro instituto ou em outras IES, Estágio não obrigatório, excursões científicas, iniciação à Pesquisa e/ou Extensão, monitoria, participação em conselhos/colegiados/comissões acadêmicas.		
Bibliografia Básica		
BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.		
CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.		
MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005		
Bibliografia Complementar		
CERVO, A.L. BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.		
OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.		
ROBSON, C. Real world research: a resource for social scientists and practitioner. Oxford: Blackwell, 1993.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. versão. São Paulo: Cortez, 2002.		
UFPR. Normas para Apresentação de Documentos Científicos. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.		

5º SEMESTRE
Vigilância em saúde I (60h)
Saúde das populações indígenas e quilombolas (60h)
Metodologia científica II (60h)
Funções Gestoras do SUS (60h)
Epidemiologia II (60h)
Estágio de Gestão em Saúde I (120h)

Atividades complementares (40h)
--

Disciplina:	Vigilância em Saúde I	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>Vigilância em Saúde como Papel do Estado na proteção da saúde da população. Sistema Nacional de vigilância em saúde. A vigilância epidemiológica: critérios para definição, competências dos diferentes níveis do sistema. Investigação epidemiológica: investigação de surtos e epidemias. Processamento e análise de dados do sistema de vigilância epidemiológica: monitoramento, detecção de surtos e epidemias, avaliação de programas e intervenções de saúde.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>CAMPOS, Gastão Wagner (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.</p> <p>ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia & Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 736p.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO. Saúde. coletiva: teoria e prática / organizadores. Jairnilson Silva Paim, Naomar de Almeida-Filho. - Rio de Janeiro: Medbook, 2014. 695 p.: il.; 29cm.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações / Naomar Almeida Filho, Maurício L. Barreto; colaboradores Albert Iksang Ko.[et al.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p.</p> <p>ALMEIDA FILHO, Naomar; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13)</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.</p>		

Disciplina:	Saúde das populações indígenas e quilombolas	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>Aspectos históricos população negra e indígena no Brasil. Estudo do papel do Estado, enquanto impulsionador de políticas de Promoção da igualdade racial e a implementação da política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Aspectos que envolvem sobre equidade e as diferentes maneiras de nascer, viver e morrer destes grupos populacionais, correlacionando este processo com o contexto do oeste</p>		

paraense. Reflexões sobre racismo institucional que acaba por interferir no processo de cuidado deste grupo social.
Bibliografia Básica
BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – uma política do SUS. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010. (Série Textos Básicos de Saúde).
GARNELO, Luiza (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. / Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.). - Brasília: MEC-SECADI, 2012. 280 p. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf
TEIXEIRA, Carla Costa; GARNELO, Luiza. Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. 261 p.
Bibliografia Complementar
FERREIRA, Luciane Ouriques. Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 202 p. (Saúde dos povos indígenas).
WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2. ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro: Pallas Criola, 2006. 256 p.
CUNHA, Estela Maria García de Pinto da. Mortalidade Infantil por raça/cor. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (orgs.). <i>Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo</i> , Instituto de Saúde, São Paulo, 2005.
PAIXÃO, J. P. M. et al. Contando vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e grandes regiões. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. <i>Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade</i> . Brasília: Funasa, 2005.
FAUSTINO, D. M.; SPIASSI, A. L. Movimento negro, vulnerabilidade e saúde. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. (Portal de Revistas – SES. Disponível em: < http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 18 maio 2012).

Disciplina:	Metodologia Científica II	Eixo transversal
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Normas institucionais para elaboração do trabalho de conclusão de curso. Fundamentos das pesquisas: qualitativa, quantitativa e pesquisa ação. Plágio acadêmico. Análise de dados de pesquisa qualitativa. Aspectos éticos da pesquisa.		
Bibliografia Básica		
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 112 p. ISBN: 9788532605863.		
CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Papirus, 1994. 175 p. ISBN: 8530800710.		
MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica. 8. ed. – Barueri [SP] : Atlas, 2022.		
Bibliografia Complementar		
ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Delineamentos de metodologia científica. São Paulo: Loyola, c1992. 174 p. ISBN: 8515006286.		

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 182 p. ISBN: 9788532618047.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. Fundamentos e prática de metodologia científica. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 124 p. ISBN: 9788532637529.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo Rio de Janeiro: Hucitec ABRASCO, 1994. 269 p. (Saúde em debate, 46) ISBN: 8527101815.

SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979. 294 p.

Disciplina:	Funções Gestoras do SUS	Eixo política, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Compreensão sobre a gestão tripartite e participativa do SUS, nos aspectos de quem são os atores envolvidos nessa gestão e quais as responsabilidades destes em quatro grandes grupos de funções: formulação de políticas/planejamento; financiamento; coordenação, regulação, controle e avaliação (do sistema/ redes e dos prestadores públicos ou privados); e prestação direta de serviços de saúde.		
Bibliografia Básica		
MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (org.). Caderno de funções gestoras e seus instrumentos. / Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENSP-FIOCRUZ, 2009. 80 p.		
CEPESC. Manual do(a) Gestor(a) Municipal do SUS: “Diálogos no Cotidiano”. CONASEMS, COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ – Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, 2016. 324p. Disponível em: http://www.conasems.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/manual_do_gestor_AF01_tela-1.pdf		
ARTMANN. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multissetorial. 2008. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf		
Bibliografia Complementar		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.		
MACHADO, CV. LIMA, LD. BAPTISTA, TW. Princípios organizativos e instâncias de gestão do SUS. In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 47-74		
GIOVANELLA, Ligia. ESCOREL, Sarah. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. NORONHA, José Carvalho. CARVALHO, Antonio Ivo. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.		
MACHADO, Cristiani Vieira. BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. LIMA, Luciana Dias. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.		
FAVERET, A.C.S.C. BENEVIDES, R.P.S. Gestão orçamentária e financeira do SUS. In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 381-398.		
Disciplina:	Epidemiologia II	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		

Fundamentos da pesquisa epidemiológica. Delineamento de estudos epidemiológicos. Estudo Transversal. Estudo Caso-Controlle. Estudo de Coorte. Estudos Ecológicos. Estudo de intervenção. Medidas de associação. Fator de Confusão. Causalidade. Análise de dados epidemiológicos. Validade e confiabilidade. Revisão sistemática.
Bibliografia Básica
ALMEIDA Filho N, Rouquayrol MZ. Introdução à Epidemiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2002.
MEDRONHO RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2009; p. 03-30; 153-168.
ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
Bibliografia Complementar
AGUIAR, A. F. A.; XAVIER, A. F. S.; RODRIGUES, J. E. M. Cálculo para Ciências Médicas e Biológicas. São Paulo: Harbra, 1988.
BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.
CALLEGARI-JACQUES S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2008.
LUZ, M.T.; BARROS, N.F. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: uma análise sócia histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al. (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.
ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2013.

Disciplina:	Estágio de Gestão em Saúde I	Eixo Estágios
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica:	Prática: 120h	Total: 120h
Ementa		
A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária) com foco na análise e atuação em políticas públicas e de saúde, planejamento e na gestão e avaliação de serviços de saúde. Planejamento de atividades e elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos campos de estágio.		
Bibliografia Básica		
UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica – Modalidade a Distância. Gestão e avaliação na atenção básica [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; Maria Cristina Marino Calvo; Flávio Ricardo Liberali Magajewski; Selma Regina de Andrade. 3. ed. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.		
RIVERA, F.J.U., and ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. In: RIVERA, F.J.U. Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 17-35. ISBN: 978-85-7541-303-6. https://doi.org/10.7476/9788575413036.0002 .		
BRASIL. Decreto nº 7508, de 28 de Junho de 2011. Regulamenta a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.		
Bibliografia Complementar		

COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ – Rio de Janeiro : CEPESC/IMS/UERJ, organizadores. – 2.ed. revisada, ampliada. – Rio de Janeiro: CEPESQ, 2019.424p.

ESTÁGIO supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Cengage Learning, 2016. ISBN: 9788522103614.

Manual do Gerente: desafios da média gerência na saúde / organizado por Luisa Regina Pessôa, Eduardo Henrique de Arruda Santos e Kellem Raquel Brandão de Oliveira Torres / autores Camilla Maia Franco, Simone Agadir Santos e Monica Ferzola Salgado – Rio de Janeiro, Ensp, 2011. 208 p.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. 128 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico) ISBN: 9788530801595.

Disciplina:	Atividades Complementares	Atividades complementares
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 40	Prática:	Total: 40
Ementa		
Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas às Ciências da saúde e Ciências Farmacêuticas, que contribuam para uma formação profissional mais ampla do discente, tais como disciplinas ou módulos cursados em outro instituto ou em outras IES, Estágio não obrigatório, excursões científicas, iniciação à Pesquisa e/ou Extensão, monitoria, participação em conselhos/colegiados/comissões acadêmicas. Participação em eventos na área da saúde, participação em Programas de Educação Tutorial (PET), vivência profissional nas áreas que compõe o curso de Farmácia.		
Bibliografia Básica		
BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.		
CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.		
MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005		
Bibliografia Complementar		
CERVO, A.L. BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.		
OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.		
ROBSON, C. Real world research: a resource for social scientists and practitioner. Oxford: Blackwell, 1993.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. versão. São Paulo: Cortez, 2002.		
UFPR. Normas para Apresentação de Documentos Científicos. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.		

6º SEMESTRE

Vigilância em saúde II (60h)

Determinação social e ambiental em saúde na Amazônia (60h)

Racionalidades e saberes não biomédicos (60h)

Educação em Saúde I (60h)

Estágio de Educação em Saúde I (80h)

Atividades complementares (60h)

Disciplina:	Vigilância em Saúde II	Eixo Epidemiologia
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>Norteada nos fundamentos teóricos da Vigilância em Saúde Pública, suas atribuições e métodos, de acordo com os marcos teóricos e suas especificidades, com intuito da apreensão da noção de vigilância em saúde, como prática estratégica de estado, dos sistemas de vigilância de âmbito local, regional, estadual e federal (público e privado), e dos principais Sistemas de Informação em Saúde relevantes à gestão local de saúde.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.</p> <p>ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia & Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 736p.</p> <p>ALMEIDA FILHO, Naomar. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações / Naomar Almeida Filho, Maurício L. Barreto; colaboradores Albert Iksang Ko.[et al.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 699 p.: il.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a epidemiologia. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13)</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO. Saúde. coletiva: teoria e prática / organizadores. Jairnilson Silva Paim, Naomar de Almeida-Filho. - Rio de Janeiro: Medbook, 2014. 695 p.: il.; 29cm.</p>		

Disciplina:	Determinação social e ambiental em saúde na Amazônia	Eixo Ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>O olhar histórico da sociologia da saúde com vistas à análise dos processos de saúde e adoecimento das populações tradicionais da Amazônia, seus determinantes ambientais e sociais e as políticas para o enfrentamento das iniquidades em saúde, no contexto das transformações econômicas, ambientais, sociais e demográficas nacionais.</p>		
Bibliografia Básica		

ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. São Paulo Rio de Janeiro: FAPESP Revan, c2000. 302p. ISBN: 8571061947.
BUSS, Paulo; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis [online]. 2007, vol.17, n.1, pp. 77-93. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf .
COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As Causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
Bibliografia Complementar
RODRIGUES, A. S. L. et al. Boom-and-bust development patterns across the amazon deforestation frontier. Science, New York, v. 12, p. 1435-1437, 2009.
SILVA, Lígia Maria, ALMEIDA FILHO, Naomar. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2:s217-s226. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/5pkCJ3ww8K6YP4nrZrZJHvk/#
BARATA, Rita. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p.
GALVÃO, Luiz Augusto; FINKELMAN, Jacobo.; HENAO, Samuel. (org) Determinantes ambientais e sociais da saúde. 1ª edição. Washington/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 601p.
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org). Rouquayrol epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. xxi, 709 p..

Disciplina:	Racionalidades e saberes não biomédicos	Eixo ciências humanas e sociais
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
O debate contemporâneo sobre sistemas de cuidado em saúde; Sistemas médicos no ocidente e no oriente: limites e perspectivas; Estudo de racionalidades em saúde e sistemas terapêuticos alternativos. Análise de práticas de saúde realizadas em espaços não convencionais, bem como práticas institucionais e técnicas complementares e integrativas em desenvolvimento em instituições médicas ou não médicas. Principais racionalidades médicas, bem como, práticas alternativas e complementares não biomédicas na prevenção, tratamento e cura de doenças utilizadas ao longo dos anos e no Sistema Único de Saúde (SUS).		
Bibliografia Básica		
BARRETO, João Paulo Lima. Bahserikowi - Centro de Medicina Indígena da Amazônia: concepções e práticas de saúde. Amazonica - Revista de Antropologia , [S.l.], v. 9, n. 2, p. 594-612, abr. 2018. ISSN 2176-0675. Disponível em: < https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5665 >. Acesso em: 19 jul. 2023. doi: http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i2.5665 .		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.96 p. Disponível on line em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf .		
LUZ, M.T.; Barros, N.F. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde: uma análise sócia histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al. (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.		
Bibliografia Complementar		
LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde Estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS, 2012.		

PUTTINI, R. Curandeirismo e o campo da saúde no Brasil. Interface Comunicação, Saúde e Educação, v. 12, n 24, p.87-106, jan/mar, 2008.

VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: Vasconcelos EM (organizador). A espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006, p.13-160.

TESSER, C.D.; Luz, M.T. Racionalidades médicas e integralidade. Rev C S Col, 2008; 13(1):195-206. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/23.pdf>

TESSER, C. D. A Biomedicina e a Crise da Atenção à Saúde: um ensaio sobre a desmedicalização. Campinas: DMPS/FCM/UNICAMP, 1999 (Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva). Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000199171>.

Disciplina:	Educação em Saúde II	Eixo transversal
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Educação em saúde voltada à promoção da saúde, estruturada para os diversos ciclos de vida: Crianças, Adolescentes, idosos, Grávidas, Mulheres, Homens, considerando a variedade de ambientes, como: escolas, comunidades, casa de idosos, centros de acolhimentos, serviços de saúde, entre outros; Articulação entre educação e saúde, reconhecendo a atuação de diferentes setores, atores e estratégias, como: Programa Saúde na Escola, Conselhos de Saúde, atuação dos Agente de Combates as Endemias, Agentes Comunitários de Saúde, etc; Metodologias educacionais aplicáveis a programas de saúde: Metodologias ativas; A autonomia do sujeito como modelo de educação em saúde: A prática educativa como ferramenta libertadora através de experiências exitosas de educação em saúde.		
Bibliografia Básica		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org). Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 384 p.		
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 136 p. ISBN: 9788524917127.		
NARDI, Roberto (Org). Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2003. 143 p. (Educação para a ciência, 3) ISBN: 8586303925.		
Bibliografia Complementar		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. 122 p. (Primeiros passos, v. 318).		
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed., 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2012. 102 p. ISBN: 9788524916465.		
GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ PÉREZ, Francisco (Orgs). Educação comunitária e economia popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Questões da nossa época, 25) ISBN: 852490500.		
NÚÑEZ, Carlos. Educar para transformar para educar: comunicação e educação popular. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 201 p. ISBN: 8532608949.		
PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. xii 385 p. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6) ISBN: 8585008989.		

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013. Pp 301-325; pp 327-352.

Disciplina:	Estágio de Educação em Saúde II	Eixo Estágios
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações no campo da docência; Planejamento e desenvolvimento de atividades de ensino na área da saúde, em escolas, faculdade, universidades, cursos técnicos e profissionalizantes, entre outros, por meio de monitorias, cursos e eventos, utilizando diversos instrumentos - plano de atividade, plano de disciplina, plano de eventos, plano de ensino e estruturação de aulas, entre outros; Elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos estágios – cruzamento de informações práticas, com protocolos, manuais e banco de dados, com devolutiva para os campos de estágio.		
Bibliografia Básica		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		
Bibliografia Complementar		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		

Disciplina:	Atividades Complementares	Núcleo atividades complementares
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas às Ciências da saúde e Ciências Farmacêuticas, que contribuam para uma formação profissional mais ampla do discente, tais como disciplinas ou módulos cursados em outro instituto ou em outras IES, Estágio não obrigatório, excursões científicas, iniciação à Pesquisa e/ou Extensão, monitoria, participação em conselhos/colegiados/comissões acadêmicas. Participação em eventos na área da saúde, participação em Programas de Educação Tutorial (PET), vivência profissional nas áreas que compõe o curso de Farmácia.		
Bibliografia Básica		
BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.		
CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.		
MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia. 2005		
Bibliografia Complementar		
CERVO, A.L. BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.		
OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.		
ROBSON, C. Real world research: a resource for social scientists and practitioner. Oxford: Blackwell, 1993.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. versão. São Paulo: Cortez, 2002.		
UFPR. Normas para Apresentação de Documentos Científicos. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.		

7º SEMESTRE
Administração dos serviços de saúde (60h)
Tópicos especiais em saúde coletiva I (60h)
Optativa I (60h)
Estágio de Atenção à saúde II (60h)
Estágio de Educação em saúde II (80h)

Disciplina:	Administração dos serviços de saúde	Eixo Políticas, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
<p>Administração em saúde: estudo da história, dos fundamentos e as perspectivas do pensamento administrativo em saúde. Bases teóricas da administração científica. Dinâmica da estrutura organizacional do serviço de saúde, abordagem de gerenciamento de recursos materiais e gestão de pessoas. Perfis de gerentes-líderes com perspectiva humanista, social, integralista e interdisciplinar. Processo administrativo e instrumentos: planejamento, organização, direção e controle.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração. 8 Ed, São Paulo: EPU, 2005.</p> <p>URIBE RIVIERA, F. J.; Artmann, E. Planejamento e gestão em saúde: conceitos, história e propostas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 162 p.</p> <p>TEIXEIRA, C. F. Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiência. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2010</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – 1. ed. 1. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>GIOVANELLA, L. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mario Testa. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.6, n.2, p.129-153, jun, 2004.</p> <p>KESTELMAN, H. N.; MOYSÉS FILHO, J.; BECKER JUNIOR, L. C.; TORRES, M. C. S. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>TEIXEIRA, C.F. Enfoques teórico-metodológicos do planejamento em saúde. In: Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Carmen Fontes Teixeira (Organizadora). Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p.</p>		

Disciplina:	Tópicos Especiais em Saúde coletiva I	
		Obrigatória

Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Temas de relevância social nacional e global dentro do campo da saúde coletiva, que podem ser escolhidos pelos alunos e o coordenador do curso e aprovado pelo Colegiado de curso semestralmente, podendo ser ministrado por professores da Ufopa ou convidados.		
Bibliografia Básica		
CAMPOS, G W; MINAYO M C et AL. Tratado de saúde coletiva. Editora HUCITEC, 2012.		
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 119 p. (Educar, v. 13) ISBN: 9788515005253.		
GIOVANELLA L., ESCOREL S., LOBATO L.V.C., NORONHA J.C., CARVALHO A.I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.		
Bibliografia Complementar		
HORTALE, Virginia Alonso. Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 238 p. ISBN: 9788575412008.		
MERHY, Emerson Elias. Saúde: cartografia do trabalho vivo em ato. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 187 p. (Saúde em debate, 145) ISBN: 978852710584.		
MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 272p. ISBN: 9788575411599.		
TROSTLE, James A. Epidemiologia e cultura. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 256 p. (Coleção Antropologia & Saúde) ISBN: 9788575414361.		
RABELLO, Lucíola Santos. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva Comparada. São Paulo: Hucitec, 2014. 477 p. ISBN: 97885754119647.		

Disciplina:	Estágio de Atenção à Saúde II	Eixo Estágios
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica:	Prática: 60	Total: 60
Ementa		
A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas foco na vigilância da saúde e na promoção, prevenção e reabilitação individual e coletiva, bem como, as práticas coletivas de orientação de intervenções em saúde em serviços secundários, terciários e secretarias de saúde.		
Bibliografia Básica		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		
Bibliografia Complementar		
Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio		

Disciplina:	Estágio Educação em Saúde II	Eixo Estágios
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 80	Prática:	Total: 80
Ementa		

A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações no campo da docência; Planejamento e desenvolvimento de atividades de ensino na área da saúde, em escolas, faculdade, universidades, cursos técnicos e profissionalizantes, entre outros, por meio de monitorias, cursos e eventos, utilizando diversos instrumentos - plano de atividade, plano de disciplina, plano de eventos, plano de ensino e estruturação de aulas, entre outros; Elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos estágios – cruzamento de informações práticas, com protocolos, manuais e banco de dados, com devolutiva para os campos de estágio.

Bibliografia Básica

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio

Bibliografia Complementar

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio

8º SEMESTRE

Ferramentas de planejamento em saúde (60h)

Tópicos especiais em saúde coletiva II (60h)

Optativa II (60h)

Escrita e Defesa do TCC (20h)

Estágio Gestão em saúde II (120h)

Disciplina:	Ferramentas de planejamento em saúde	Eixo Políticas, planejamento e gestão
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Fundamentos teórico-filosóficos da gestão/administração e aplicação na organização na saúde coletiva. A gestão no contexto do SUS e no setor privado. O planejamento, a organização, a liderança e a avaliação em saúde coletiva. Instrumentos da gestão em saúde: mapas da saúde, planos de saúde, indicadores, metas, relatórios de gestão, dentre outras.		
Bibliografia Básica		
Brasil. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.		
Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA. Gestão pública em saúde: o plano de saúde como ferramenta de gestão/Paola Trindade Garcia; Regimarina Soares Reis. - São Luís, 2016.		
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva: orientações gerais para elaboração de instrumentos de planejamento: Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão: estrutura e conteúdo / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.		

<p>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva: instrumentos básicos / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Asis - Análise de Situação de Saúde / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Goiás. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.</p>
Bibliografia Complementar
<p>Financiamento e organização da Atenção Primária à Saúde no Brasil: mudanças e tendências nas regras federais do SUS / organizado por Adelyne Maria Mendes Pereira... [et al.] -- Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, ENSP, 2022.</p> <p>COSEMS. manual do (a) gestor (a) Municipal do sus - diálogos no cotidiano 2.a edição digital - revisada e ampliada – 2021 440 p.</p>

Disciplina:	Tópicos Especiais em Saúde coletiva II	
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 60	Prática:	Total: 60
Ementa		
Temas de relevância social de forma local e regional, no contexto Amazônico, dentro do campo da saúde coletiva, que podem ser escolhidos pelos alunos e o coordenador do curso e aprovado pelo Colegiado de curso semestralmente, podendo ser ministrado por professores da Ufopa ou convidados.		
Bibliografia Básica		
BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168 p. ISBN: 9788576170426.		
CAMPOS, G W; MINAYO M C et AL. Tratado de saúde coletiva. Editora HUCITEC, 2012.		
LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p. ISBN: 9788586848117.		
Bibliografia Complementar		
BECKER, Bertha K. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 168 p.		
CAMPOS G.W, MINAYO M.C et Al. Tratado de saúde coletiva. Editora HUCITEC, 2012.		
CARVALHO, Marília Sá. Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. 141 p. ISBN: 9788575414880		
GIOVANELLA L., ESCOREL S., LOBATO L.V.C., NORONHA J.C., CARVALHO A.I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.		
MOURA, José Mauro Sousa de; PELEJA, José Reinaldo Pacheco (Orgs). Estudos Integrativos da Amazônia - EIA. São Paulo: Acquerello, 2012. 320 p. (Diálogos Interdisciplinares, 1) ISBN: 9788564714021.		

Disciplina:	Escrita e Defesa do TCC	
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica: 20	Prática:	Total: 20
Ementa		

Elaboração da redação científica final do TCC e finalização do seu conteúdo sob orientação docente. Divulgação dos resultados e discussão em meios científicos. Apresentação do trabalho desenvolvido a banca examinadora. Editoração e adequação às normas exigidas.
Bibliografia Básica
ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo. 2. ed. rev. e atual., 3. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p. ISBN: 9788535222128.
BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 160 p. ISBN: 9788522436972.
SANTOS, Clóvis Roberto dos; NORONHA, Rogeria Toller da Silva de. Monografias científicas: TCC, dissertação, tese. 2.ed.rev. São Paulo: Avercamp, 2010. 144p. ISBN: 9788589311571.
Bibliografia Complementar
FARIA, Ana Cristina de; CUNHA, Ivan da; FELIPE, Yone Xavier. Manual prático para elaboração de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 87p. ISBN: 9788532634849.
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, c2005. 142 p. ISBN: 9788589311281.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 182 p. ISBN: 9788532618047.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN: 9788522448784.
MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 118 p.

Disciplina:	Estágio Gestão em Saúde II	Eixo estágios
		Obrigatória
Carga Horária		
Teórica:	Prática: 120	Total: 120
Ementa		
A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária) com foco na gestão do trabalho em saúde, participação popular e fortalecimento dos sistemas de regulação e fiscalização em saúde pública. Planejamento de atividades e elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos campos de estágio.		
Bibliografia Básica		
Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica – Modalidade a Distância. Gestão e avaliação na atenção básica [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; Maria Cristina Marino Calvo; Flávio Ricardo Liberali Magajewski; Selma Regina de Andrade. 3. ed. – Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.		
RIVERA, F.J.U., and ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. In: RIVERA, F.J.U. Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 17-35. ISBN: 978-85-7541-303-6. https://doi.org/10.7476/9788575413036.0002 .		

BRASIL. Decreto nº 7508, de 28 de Junho de 2011. Regulamenta a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
Complementar
COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ – Rio de Janeiro : CEPESC/IMS/UERJ, organizadores. – 2.ed. revisada, ampliada. – Rio de Janeiro: CEPESQ, 2019.424p.
Manual do Gerente: desafios da média gerência na saúde / organizado por Luisa Regina Pessôa, Eduardo Henrique de Arruda Santos e Kellem Raquel Brandão de Oliveira Torres / autores Camilla Maia Franco, Simone Agadir Santos e Monica Ferzola Salgado – Rio de Janeiro, Ensp, 2011. 208 p.

Disciplinas optativas ou tópicos especiais em saúde coletiva (60h)

Tópicos Especiais em Saúde Coletiva I
Tópicos Especiais em Saúde Coletiva II
Epidemiologia Ambiental
Epidemiologia Molecular
Toxicologia ocupacional e segurança no trabalho
Psicologia aplicada à saúde
Genética Médica para Atenção Primária à Saúde
Libras
Empreendedorismo e Inovação em saúde
Doenças negligenciadas na Amazônia

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SAÚDE COLETIVA I (60H)

Descrição na página 52;

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SAÚDE COLETIVA II (60H)

Descrição na página 64;

DISCIPLINA: EPIDEMIOLOGIA AMBIENTAL (60H)

Ementa: Ambiente e Saúde; Tipos de Poluição Ambiental e efeitos para a saúde; Bioindicadores de poluição ambiental; Indicadores de saúde; Estudos Epidemiológicos; Avaliação de risco; e Vigilância epidemiológica em saúde ambiental.

Bibliografia básica:

FILHO, Naomar de A.; BARRETO, Mauricio L. **Epidemiologia & Saúde - Fundamentos, Métodos e Aplicações**. Grupo GEN, 2011. *E-book*. ISBN 978-85-277-2119-6.

Silva, Luiz F. *Epidemiologia Ambiental*. Grupo GEN, 2016.

BARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P.; VIANA, Viviane J. **Poluição Ambiental e Saúde Pública**. Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788536521695.

FRANCO, Laércio J.; PASSOS, Afonso Dinis C. **Fundamentos de epidemiologia**. Editora Manole, 2022. *E-book*. ISBN 9786555767711.

Bibliografia complementar:

MILLER, G T.; SPOOLMAN, Scott E. **Ciência ambiental**. Cengage Learning Brasil, 2021. *E-book*. ISBN 9786555583922.

AQUINO, Afonso Rodrigues de; PALETTA, Francisco C.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Risco ambiental**. Editora Blucher, 2017. *E-book*. ISBN 9788580392401.

ROUQUAYROL, Maria Z.; GURGEL, Marcelo. **Rouquayrol - Epidemiologia e saúde**. MedBook Editora, 2017. *E-book*. ISBN 9786557830000.

DISCIPLINA: EPIDEMIOLOGIA MOLECULAR (60H)

Ementa: Conceitos básicos de genética humana; Conceitos básicos de biologia molecular; Tipos de marcadores moleculares; Estudos de associação e identificação de genes candidatos associados à ocorrência de diferentes doenças e sua interação com fatores ambientais; Nutrigenética e Nutrigenômica; Vigilância genômica e epidemiológica.

Bibliografia básica:

FILHO, Naomar de A.; BARRETO, Mauricio L. **Epidemiologia & Saúde - Fundamentos, Métodos e Aplicações**. Grupo GEN, 2011. *E-book*. ISBN 978-85-277-2119-6.

PIERCE, Benjamin A. **Genética - Um Enfoque Conceitual, 5ª edição**. GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788527729338.

MENCK, Carlos F M.; SLUYS, Marie-Anne V. **Genética molecular básica: dos genes aos genomas**. Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788527732208.

LIPAY, Monica V N.; BIANCO, Bianca. **Biologia Molecular - Métodos e Interpretação**. Grupo GEN, 2015. *E-book*. ISBN 978-85-277-2768-6.

SIMINO, Laís Angélica de P. **Nutrigenômica**. Editora Saraiva, 2021. *E-book*. ISBN 9786589965466.

Bibliografia complementar:

FRANCO, Laércio J.; PASSOS, Afonso Dinis C. **Fundamentos de epidemiologia**. Editora Manole, 2022. *E-book*. ISBN 9786555767711.

ROUQUAYROL, Maria Z.; GURGEL, Marcelo. **Rouquayrol - Epidemiologia e saúde**. MedBook Editora, 2017. *E-book*. ISBN 9786557830000

VIEIRA, Taiane; GIUGLIANI, Roberto. **Manual de genética médica para atenção primária à saúde**. Grupo A, 2013. *E-book*. ISBN 9788565852890.

COZZOLINO, Silvia Maria F. **Biodisponibilidade de nutrientes 6a ed.**. Editora Manole, 2020. *E-book*. ISBN 9786555761115.

DISCIPLINA: TOXICOLOGIA OCUPACIONAL E SEGURANÇA NO TRABALHO (60 H)

Ementa:

Conceitos básicos da toxicologia. Toxicocinética e toxicodinâmica das substâncias tóxicas. Diagnóstico em toxicologia, manejo dos primeiros socorros das intoxicações. Características químicas, usos, toxicidade, diagnóstico, lesões características, tratamento e prevenção de intoxicação. Estudo dos principais toxicantes causadores de acidentes toxicológicos. Normatização e legislação em segurança do trabalho.

Bibliografia Básica:

BRASIL. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia ocupacional**. Rio de Janeiro: Revinter, c2000. 302p. ISBN: 8573094567.

OGA, S. Fundamentos de Toxicologia. 4ª ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

Bibliografia Complementar

MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; SIQUEIRA, Maria Elisa Pereira Bastos de. Toxicologia analítica: Regina Lúcia de Moraes, Maria Elisa Pereira Bastos de Siqueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 332p. (Ciências farmacêuticas).

OLSON, Kent R. Manual de toxicologia clínica: escrito pelos profissionais do California Poison Control System. Porto Alegre: AMGH, 2014. 813 p. ISBN: 9788580552652.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE (60H)

Ementa: Processo histórico da saúde mental. Políticas públicas em saúde mental. Mecanismos de defesa. Pesar e perda. Doença mental e deficiência mental. Transtornos Psiquiátricos. Comportamento suicida. Modalidades terapêuticas. Comunicação terapêutica. Abordagem familiar do portador de sofrimento psíquico. Saúde mental em populações do Baixo Amazonas.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176p.: (Cadernos de Atenção Básica, n.34).

KAPLAN, H. & SADOCK, B. Compêndio de Psiquiatria - ciências comportamentais e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

MELO, A.M.C. Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. Cadernos Brasileiros de Saúde mental ISSN 1984- 2147, Florianópolis, v.8, n.9, p.84 – 95, 2012.

Bibliografia complementar:

LOBOSQUE, A.M. Saúde mental: os desafios da informação. Belo Horizonte (MG): Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, 2010.

LOBOSQUE, A.M.; SILVA, C.R. Saúde mental: marcos conceituais e campos de prática. Belo Horizonte: CRP-4, 2013.

CHIAVERINI, D.H. et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.

DISCIPLINA: GENÉTICA MÉDICA PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (60H)

Ementa: Herança autossômica dominante e recessiva. Herança ligada ao sexo. Herança mitocondrial. Herança Multifatorial. Imprinting. Anomalias cromossômicas. Doenças mendelianas. Mapeamento gênico. Identificação de genes candidatos. Genética do desenvolvimento. Genética do Câncer. Erros metabólicos hereditários. Aconselhamento genético. Diagnóstico pré-natal das doenças genéticas.

Bibliografia Básica:

BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S. R.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M.; SUZUKI, D.T.; MILLER, J.H. Introdução à Genética. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 743p. 2006.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. Fundamentos de genética. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed., 922p. 2008.

Bibliografia complementar:

GARDNER, E.J. & SNUSTAD, D.P. Genética. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 497p. 1986.

PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual. Rio de Janeiro. Editora Guanabara - Koogan, 1ª ed. 758p. 2004.

RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, A.B.P. Genética na Agropecuária. UFLA, 472p. 2001.

WATSON J.D.; MYERS R.M.; CAUDY A.A.; WITKOWSKI J. A. DNA Recombinante - Genes e Genomas. 1ª ed. 474P. 2008.

WESSLER, S.R. Introdução à Genética. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

DISCIPLINA: LIBRAS (60H)

Ementa: Discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

_____. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol.1.

Bibliografia Complementar:

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 3.

LOPES, Maura Corcini. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Ementa: A relevância da cultura empreendedora na formação acadêmica e científica. Como funciona o processo empreendedor. Mentalidade empreendedora, motivações e comportamentos. Empreender na academia através de atividades que oportunizem a transformação de projetos de pesquisa em um *pitch* de sucesso. Conceitos fundamentais e abordagens sobre empreendedorismo, processo de inovação tecnológica, políticas de inovação e lei de propriedade intelectual.

Bibliografia básica:

DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

MARTENS, C. D. P., FREITAS, H. Influência do ensino de empreendedorismo nas intenções de direcionamento profissional dos estudantes. Estudo & Debate, Lajeado, v. 15, p. 71-95, 2008.

EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE; JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO. As especificidades do sistema de inovação do setor saúde. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 4 (88), pp. 701-719, 2002.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento. Microeconomia / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

AVENI A. Sistemas de Saúde e Economia da Saúde –Impactos Causados pela COVID-19 Health Systems and Health Economy – Impacts Caused by COVID-19. Cadernos de Prospecção – Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 477-493, abril, 2020.

DISCIPLINA: DOENÇAS NEGLIGENCIADAS NA AMAZÔNIA

Ementa: Esta disciplina está embasada nos desafios de quebra de paradigma que há temática das doenças negligenciadas na Amazônia brasileira e que não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade, já que representam forte entrave ao desenvolvimento da Amazônia. Para a elaboração das aulas serão consideradas 10 doenças em condições de negligência indicadas pelo Ministério da Saúde do Brasil. São elas: Doenças Diarreicas Agudas (provenientes de microrganismos infecciosos); Hanseníase; Tuberculose; Malária; Leishmaniose Visceral; Leishmaniose Tegumentar Americana; Esquistossomose; Geohelmintos (helmintos provenientes de contato com solo); Dengue e Doença de Chagas.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação - Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único. 3a. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 740 p.

MARTINS-MELO, F. R.; CARNEIRO, M.; RAMOS, A. N. JR.; HEUKELBACH, J.; RIBEIRO, A. L. P.; WERNECK, G. L. The burden of Neglected Tropical Diseases in Brazil, 1990-2016: A subnational analysis from the Global Burden of Disease Study 2016. PLoS Negl Trop Dis. v. 12, n. 6, p. e0006559, 3 2018.

BARRETO, M. L.; TEIXEIRA, M.; BASTOS, F. I.; XIMENES, R. A. A.; BARATA, R. B.; RODRIGUES, L. C. Successes and failures in the control of infectious diseases in Brazil: social and environmental context, policies, interventions, and research needs. The Lancet, London, v. 377, p. 1877– 89, 2011.

Bibliografia complementar

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Accelerating progress on HIV, tuberculosis, malaria, hepatitis and neglected tropical diseases. A new agenda for 2016 - 2030. 2015. 64p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 183, p. 68-76, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia Política Nacional de Atenção Básica-Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 68p.

2.9 Atividades Complementares

As atividades complementares no curso do Bacharelado em Saúde Coletiva serão desenvolvidas com acompanhamento do coordenador/docentes, com apoio técnico da coordenação acadêmica do Isco, que orientará o encaminhamento das comprovações das atividades nos períodos curriculares. Além disso, as atividades deverão seguir a Resolução de atividades complementares conforme ANEXO I e quando necessário, ter aprovação do colegiado do curso que incluirá procedimentos de avaliação do rendimento do estudante.

Assim, as atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, projetos de iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo Ministério da Educação. Salienta-se que estas atividades complementares se constituem de componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o estágio supervisionado. O conjunto de atividades acadêmicas curriculares deve ser constituído para que o estudante possa eleger a escolha daquelas que possibilitem a complementação de sua formação específica do curso, propiciando-lhe aquisição de especificidades de área afins à opção da formação básica.

Para a integralização curricular do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, o estudante deverá realizar ao longo do curso, 180 horas de atividades acadêmicas complementares, distribuídas nos seguintes campos:

- Monitorias e Estágios;
- Programas de Iniciação Científica;
- Programas de Extensão;
- Estudos Complementares;
- Cursos e palestras realizados em outras áreas afins;
- Participação em eventos científicos: congressos, simpósios, seminários, fóruns, workshops, cursos, palestras, entre outros;
- Participação em eventos de extensão: feiras, exposições, entre outros;
- Apresentação de trabalho em eventos científicos e/ou de extensão;
- Organização de eventos científicos e/ou de extensão;
- Participação em Grupos de Estudo/Pesquisa/Extensão;
- Publicação de artigo científico;
- Monitoria e Estágio extracurricular com supervisão;
- Cursos de Aperfeiçoamento;

- Gestão de órgãos de representação estudantil;
- Participação em atividades esportivas devidamente registradas em confederações;
- Cursos em EaD;
- Atividades culturais.

As Atividades Complementares são atividades educacionais e culturais realizadas pelos estudantes durante o curso, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios e optativos do Bacharelado em Saúde Coletiva. As atividades complementares deverão seguir o regulamento em anexo, para tal atividade.

2.10 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)

As atividades do curso são integradas em ações de ensino, pesquisa e extensão supervisionadas por docentes do curso e asseguradas pelos convênios da Ufopa com outros órgãos ou entidades (relação em anexo).

As atividades de pesquisa do curso que ocorrerem nos serviços do SUS e que diretamente ou indiretamente envolvem seres humanos, deverão ser submetidas a apreciação ética, por meio da Plataforma Brasil, via sistema CEP e CONEP. Para a submissão na Plataforma Brasil, o pesquisador e o discente deverão verificar as recomendações normativas do sistema CEP e CONEP que poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: <https://www.ufopa.edu.br/cep/>. Vale destacar, que para a inserção dos dados na Plataforma Brasil, o pesquisador deverá, também, anexar anuência do gestor responsável pelo serviço de saúde autorizando a realização da pesquisa.

2.11 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

As atividades práticas de ensino para as áreas de saúde ocorrerão nos laboratórios dos cursos da área da saúde vinculados ao Instituto de Saúde Coletiva abaixo descritos.

1. Laboratório de educação em saúde

O contexto educacional contemporâneo exige para o aprendizado a capacidade de desenvolver experiências pedagógicas diversificadas e alinhadas com a sociedade na qual estão inseridos. Nessa perspectiva, os materiais de ensino, e, sobretudo os materiais educativos, têm papel relevante para uma aprendizagem, requerendo que os conhecimentos adquiram significado para o sujeito (SOUZA; MORAIS; OLIVEIRA, 2015).

As ações educativas e de prevenção devem contemplar uma perspectiva integradora e participativa, buscando contribuir para que os sujeitos se reconheçam como agentes do processo, devendo ser incorporadas por diferentes níveis da sociedade, buscando-se uma articulação

interdisciplinar (LOURO, 1999). Se o conteúdo a ser aprendido se relacionar com a vida do aprendiz de maneira que faça sentido para ele, estimulando o contato com intervenções voltadas para a necessidade específica de cada grupo, apoiado em materiais educativos apropriados e com propostas de ensino que reconheça o estudante com suas particularidades locais, sociais e culturais, existe a maior possibilidade de eficiência no processo de ensino-aprendizagem (CARNEIRO et al., 2015).

Assim, o objetivo principal do Laboratório de Educação em Saúde é possibilitar aos alunos dos cursos de graduação e/ou pós-graduação do Isco e de outros cursos da Universidade, o desenvolvimento de materiais educativos para serem usados nas comunidades, em serviços de saúde dos diferentes níveis de atenção, em escolas, faculdades, associações, igrejas, entre outros. Transformando conteúdos técnicos em informações claras, acessíveis e sintéticas, apropriadas ao público através de uma linguagem adequada e recursos visuais apropriados, que favoreçam a geração de identidade, proporcionando que a informação se adeque a escolaridade do público, se aproximando da rotina profissional e do desenvolvimento de estratégias para diversas necessidades, com agilidade, conhecimento científico, embasado na resolução crítica e reflexiva.

Esse laboratório já está em funcionamento na sala 224 do BMT I, campus Tapajós, desde 2023, com parte dos equipamentos solicitados.

Coordenadora: Profa. Dra. Elaine Cristiny Evangelista dos Reis

2. Laboratório de situação em saúde

O objetivo principal do Laboratório de Situação de saúde é treinar os alunos dos cursos de graduação e/ou pós-graduação do ISCO a enfrentarem situações estruturadas pela metodologia da problematização a se aproximarem da rotina profissional e do desenvolvimento de estratégias para diversas necessidades, com agilidade, conhecimento científico, embasado na resolução crítica e reflexiva.

De forma participativa o Laboratório de Situação em Saúde vislumbra a coleta e elaboração de indicadores, diagnósticos dinâmicos e atualizados, planos compatíveis com as necessidades detectadas, melhoria dos sistemas de informações em saúde e visualização de resultados positivos já alcançados e áreas de maior fragilidade. O laboratório é útil para análise da situação em saúde, destaca as dificuldades e qualidades dos processos de trabalho e permite visualizar a situação de saúde de um estado, microrregião, município, distrito ou UBS.

Por outro lado, o Laboratório de Situação em Saúde busca fomentar estratégias que facilitem o acesso à informação científica e ao conhecimento, na busca pela equidade e pela superação das desigualdades.

Para o Laboratório de Situação em Saúde para superação das desigualdades as Informações epidemiológicas, financeiras, orçamentárias, legais, normativas, socioeconômicas, demográficas e sobre recursos físicos e humanos, oriundas de dados de qualidade são capazes de revelar a realidade dos serviços e das ações de saúde, bem como a situação de saúde da população, evidenciando vantagens e problemas de prioridades e de investimentos definidos.

O espaço físico para esse laboratório está localizado na sala 222 do BMT I, em funcionamento desde outubro de 2023. Hoje, o laboratório possui: 2 computadores, 4 armários, 1 TV (com extensão e cabo HDMI), 5 mesas e 12 carteiras. No momento atual, encontra-se aguardando layout pela SINFRA e aguardando recurso para compra de equipamentos.

O planejamento para o laboratório abarca a demanda de 41 Computadores; 02 Notebook; 02 Drone Phantom 4 pro; 10 Telas de 40 polegadas; 02 Aparelhos de projeção; 20 Tablets; 04 Filmadoras. Todos os Softwares serão destinados aos computadores: IBM SPSS Statistics; STATA; TABLEAU Desktop; SigmaPlot Software - Scientific Data Analysis and Graphing Software; Microsoft Access; webQDA – Software de Análise Qualitativa de Dados; ArcGis Pro; Instalação de Pontos de Rede; Acesso à Internet; Hospedagem do Sistema. A previsão desses equipamentos é 2026, a depender de recurso externo.

Coordenadora: Profa. Dra. Juliana Gagno Lima

3. Laboratório de Ensino e pesquisa em Saúde Ambiental (LEPSAM)

O seu objetivo principal é propiciar o debate e a problematização de aspectos que envolvem a epidemiologia, o meio ambiente e a saúde humana. O Laboratório de ensino e pesquisa em saúde ambiental visa estimular e a desenvolver a produção teórica e prática dos discentes, por meio de apoio instrumental e criação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Laboratório é local de debate e possibilidade de desenvolvimento analítico de atividades de ensino e pesquisa como a problemáticas voltadas para a interação saúde humana e meio ambiente, dentre elas, a exposição mercurial na região Amazônica, qualidade da água de consumo humano, exposição ambiental aos agrotóxicos e ao material particulado atmosférico, etc.

Atualmente, três áreas dividem o espaço da sala nº 301 do bloco NTL para o desenvolvimento das atividades do LEPSAM, com demanda para que o Lepimol seja desmembrado.

Coordenadora: Profa. Dra. Heloisa do Nascimento de Moura Meneses

4. Laboratório de Epidemiologia Molecular (LEpiMol)

O LEpiMol está localizado no Núcleo Tecnológico de Laboratórios (NTL) e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atende alunos de graduação dos cursos do ISCO e de

outros institutos como IBEF e ICED. Está vinculado aos programas de pós-graduação em Ciências da Saúde (PPGCSA) e em Biodiversidade e Biotecnologia (Rede Bionorte). O LEpiMol desenvolve projetos de pesquisa com financiamento externo do CNPq, CAPES, TNC Brasil e em parceria com a USP, UNIFESP, FIOCRUZ, UNIRIO e UFF. Faz parte do INCT Expossoma. Está vinculado ao grupo de pesquisa em exposição mercurial no Baixo Amazonas. Possui diferentes tipos de equipamentos, incluindo aqueles necessários para as práticas de biologia molecular e para dosagem dos níveis de mercúrio (DMA-80 mercury analyzer), assim como computadores que possuem softwares (STATA e SPSS) para realização de análises estatísticas. Tem capacidade para realizar atividades práticas, cursos/treinamentos e seminários. Atualmente tem espaço compartilhado o LEPSAM.

Coordenadora: Profa. Dra. Heloisa do Nascimento de Moura Meneses

2.12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório. Sua defesa ocorrerá no 8º período do curso, com suporte nas disciplinas de Metodologia I (2º período), Metodologia II (5º período), centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa. Os trabalhos oriundos do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa têm por objetivos:

- Proporcionar ao estudante um treinamento em pesquisa e metodologia científica;
- Despertar ou desenvolver no estudante a aptidão para pesquisa;
- Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- Estimular a construção do conhecimento coletivo;
- Formar um profissional com melhor visão científica dos problemas da saúde pública, o que determinará o comportamento científico no encaminhamento das respectivas soluções.

O discente deve apresentar o trabalho inédito que evidencie o aprofundamento do conhecimento numa área de interesse do aluno no campo da saúde, na forma oral e escrita, no formato de monografia ou artigo científico na disciplina de TCC, sendo esta de defesa pública e parte obrigatória para a obtenção dos títulos de Bacharel em Saúde Coletiva. O TCC pode ser realizado em grupo de até 02 (dois) alunos, sendo que a carga horária destinada será no total de 300 horas, dividido em TCC I e TCC II, ressaltando-se que o aluno ao longo dos semestres deverá construir e elaborar uma problemática de pesquisa que o subsidiará na construção do trabalho final.

A normatização sobre a sistemática, validação, procedimentos, orientação e avaliação do TCC são de responsabilidade do Colegiado do Curso e deverão seguir a Resolução nº 02/2017 Isco/Ufopa em anexo.

2.13 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório, conta com 520 horas, ocorrerá desde o 4º semestre até o último semestre do curso, cujas atividades de campo pressupõem o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe, crítico à organização dos serviços e afirmativo para os processos cuidadores amplos, para a produção das ações de saúde em uma lógica mais integral, mais humana.

O estágio supervisionado acontecerá nos seguintes espaços, com base nos eixos temáticos (Gestão em Saúde; Atenção à Saúde e Educação em Saúde):

- Serviços de saúde (nos diferentes níveis de complexidade, públicos e privados: Estratégia Saúde da Família, unidade básicas, serviços especializados, serviços de apoio e diagnóstico, hospitais, etc.).
- Setores organizativos da gestão do sistema de saúde (regulação, controle e avaliação, auditoria, planejamento, programas de saúde, políticas de saúde, comunicação, vigilância, gestão do trabalho e educação, operadoras de planos de saúde, etc.).
- Espaços de participação social (conselhos de saúde, conferências de saúde, polos de educação permanente em saúde, associações comunitárias, comissão intergestores, ouvidorias, Ministério Público, etc.).
- Espaço de pesquisa e produção de conhecimento (laboratórios, institutos de pesquisas, universidades, ONGs, hospitais de ensino, etc.).

O detalhamento do Estágio Curricular Obrigatório é normatizado pela Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020.

3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As profundas modificações ocasionadas pelo advento da Tecnologia à nível mundial, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), do qual as Instituições de Ensino Superior, não podem abrir mão.

Com o intuito de buscar uma melhor qualidade nos cursos de graduação, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. Com a difusão e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas

educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, docentes, tutores, discentes, Institutos e Universidade tenham mais interatividade. A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas tecnologias tais como: Portal, áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, redes sociais, chats, fóruns entre outros.

Para as aulas ministradas pelos docentes do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa, são disponibilizados pelo Isco, sob gerenciamento da coordenação acadêmica, equipamentos como datashow, notebooks e equipamentos de áudio, para auxílio no desenvolvimento das atividades em sala de aula e eventos do curso.

A comunidade acadêmica possui acesso à rede cabeada e *Wi-Fi* em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo (com confirmação de login e senha) dos estudantes (WUfopa-Acadêmico). Dentro das dependências da Ufopa, todos os discentes têm acesso livre a uma rede sem fio específica para alunos, com acesso ao Portal de Periódicos Capes.

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o discente pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas ofertadas, comprovante de matrícula, mapas de notas e frequências, rendimento acadêmico, entre outros.

O docente por sua vez, também pode utilizar o SIGAA como suporte pedagógico, posto que ele pode interagir com os alunos inserindo seu plano de curso, materiais, artigos, criar comunidades de discussão através de fóruns ou chat's ou até ministrando aula para uma clientela específica através do modo tutorial.

4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

4.1 Avaliação docente

A avaliação de desempenho dar-se-á em relação a sua capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, comunicação com os discentes, cumprimento do conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para planejamento, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações, projetos de extensão, produção científica, participação nas comissões e órgãos colegiados entre outros. Para ajudar neste processo serão consultados via questionário ou questionário on-line, os estudantes, os técnicos administrativos e a coordenação do curso. Essa avaliação será semestral e servirá também como subsídio auxiliando no processo de avaliação do curso.

4.2 Avaliação do ensino-aprendizagem

O processo de avaliação do curso de Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva, está legalmente fundamentado no Regimento de Graduação, resolução 331 de 28 de setembro de 2020. Entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos alunos, objetivando acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem far-se-á por período letivo, organizado semestralmente, compreendendo a apuração das frequências às aulas, atividades e aos trabalhos acadêmicos, e a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais, por meio de atividades acadêmicas. Para fins de registro do aproveitamento acadêmico do discente no histórico escolar será considerada a média final e a frequência em cada componente curricular.

Os componentes curriculares, a cada período de estudos, serão apreciados através de pelo menos três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Pelo menos uma das avaliações deverá ser individual. As notas serão expressas em valores numéricos de zero a dez. A nota final do discente será computada como a média simples ou ponderada entre o valor obtido em cada uma das três avaliações do período, podendo uma das três avaliações ser permutada pela avaliação substitutiva.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde ou motivo de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 72 h.

4.3 Revisão de Prova

Caso o acadêmico não aceite sua nota, deve, em primeiro lugar, consultar o professor, se, ainda assim não ficar satisfeito, deverá solicitar revisão de prova à Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de dois dias úteis após a divulgação oficial dos resultados (art. 150 do Regimento de Graduação).

A solicitação deverá ser efetivada por meio de requerimento formalizado pelo discente junto à secretaria de sua unidade acadêmica endereçado ao colegiado do curso.

Após isso será constituída pelo Colegiado do Curso uma Comissão de Revisão de Prova, composta de três professores entre os quais não estará presente o professor responsável pela disciplina em questão.

Inicialmente esta Comissão chamará o professor para tratar do problema em questão. Após isso se ainda persistir a questão geradora da solicitação, a Comissão ouvirá o docente e o discente em

questão, além de outros que julgarem necessário para emitir parecer conclusivo a ser analisado e homologado pelo Colegiado do Curso.

A Comissão de Revisão de Prova emitirá parecer conclusivo em até cinco dias úteis após sua constituição.

4.4 Frequência

A frequência às atividades curriculares será obrigatória e a aprovação em qualquer disciplina será condicionada à frequência mínima de 75% de aulas ministradas (Art. 140 do Regimento de Graduação).

Importante: Os sábados também são reservados a aulas ou à reposição de aulas não ministradas, mediante acerto professor/turma.

4.4.1 Exceções

Embora os índices de frequência estejam condicionados ao que se dispõe no Regimento de graduação, existem casos específicos amparados por leis maiores, a saber:

Decreto-Lei Nº 715/69

Situação de Reservistas, quando de sua apresentação obrigatória, e dos alunos matriculados nos órgãos de formação de reservistas, quando em serviço.

Decreto-Lei Nº 1.440/69

Portadores de determinadas afecções orgânicas, podem ter sua frequência substituída por trabalhos a serem feitos em casa desde que, ao exame médico, se considere que a capacidade de aprendizagem não esteja prejudicada. Deve-se observar:

- ▶ A transitoriedade do problema patológico;
- ▶ A conservação ou permanência da capacidade de aprender;
- ▶ Acompanhamento através de trabalhos, o que implica em uma concessão a priori do privilégio, caracterizando-se, antes, como uma situação especial de frequência e, não, como simples justificativas de faltas, assim mesmo só enquanto persistir o problema.

O artigo 3º diz que: “Dependerá o regime de exceção neste decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado pela autoridade oficial do sistema educacional”.

Parecer 672/86

Diz o parecer que não há “dificuldade de enquadrar os casos apontados na lei”, por exemplo, o de acidentes graves ou outras moléstias que exijam internação hospitalar ou impeçam a sua locomoção por período de uma semana ou mais”.

Decreto 69.053/71

Regulamentado pela Portaria 283-BSB/72, autoriza, em seu artigo 2º, o direito de frequentar “em regime especial as provas e as aulas das disciplinas, a alunos que faltarem durante o cumprimento da missão”, fazendo parte de representação oficial em congressos, conclaves ou competições artísticas e desportivas.

Lei Federal Nº 6.202/75

Concede um regime especial para aluna gestante, pelo qual ela fica liberada, durante quatro meses, de frequência às aulas. Para isso compete à aluna, no 8º mês de gravidez, apresentar atestado médico, requerendo seu direito.

4.5 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

Em conformidade com o Regimento de Graduação da Ufopa, resolução 331 de 28 de setembro de 2020:

- Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade.

- Entende-se por rendimento acadêmico o somatório da participação do discente nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular.

- Os registros do rendimento acadêmico são realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

- Entende-se por assiduidade do discente a frequência às aulas e demais atividades presenciais exigidas em cada componente curricular.

- A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco) exigida na avaliação da assiduidade.

O sistema de avaliação do curso do processo ensino-aprendizagem do curso de Farmácia da Ufopa, busca uma efetiva mensuração da capacidade do aluno de integrar conhecimentos e de mobilizá-los para a tomada de decisões.

O sistema permite ainda acompanhar a evolução do discente ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que o docente adote medidas corretivas que aumentem a eficácia do aprendizado.

Na elaboração das avaliações, que é de responsabilidade do professor, recomenda-se, entretanto, a observação de certos princípios didáticos:

- Abrangência – de acordo com o conteúdo desenvolvido;
- Número de questões – mantendo equilíbrio em relação à abrangência e ao tempo disponível para a sua resolução;
- Tipo de questão – utilizar questões variadas, sempre que possível, procurando desenvolver as diferentes habilidades mentais;
- Elaboração das questões – clara, objetiva e correta, de modo a proporcionar ao aluno imediata compreensão do que está sendo solicitado;
- Critérios de avaliação – claros e definidos.

Para além das avaliações, em consonância com o PDI da Ufopa, o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva buscará atrelar o processo de ensino aprendizagem aos princípios das metodologias ativas. Dessa forma, os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa estão na condição de sujeitos ativos nesse processo, construindo conhecimentos de forma relevante pela aproximação com metodologias de ensino voltadas ao desenvolvimento de competências ligadas à reflexão crítica da aprendizagem, bem como construindo observações e resoluções de problemas que se desenvolvem na análise crítica do estudante.

Nesse contexto, o papel do professor é de mediador e provocador, permitindo espaços que proporcionem a participação ativa dos estudantes nas aulas teóricas e práticas, buscando promover processo de aprendizado mais eficaz, estimulando a troca de experiências e de informações entre docentes e discentes, a criatividade e habilidade de resolver as problemáticas que são apresentadas.

Entre as metodologias ativas de ensino-aprendizagem que podem ser utilizadas, dentre outras, destacam-se as seguintes: dinâmicas de grupo, fichamentos, seminários, exposições, visitas técnicas, aulas práticas, grupos de pesquisa, resolução de problemas, desenvolvimento de projetos, aulas em laboratórios, pesquisas bibliográficas e de campo, iniciação científica, mesas-redondas, simpósios, utilização de recursos multimídias e equipamentos de informática. É importante destacar que em todas as metodologias citadas a resolução de problemas é estimulada pela busca de formar profissionais críticos e principalmente ativos em sua formação.

5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O projeto do curso é avaliado de forma permanente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por docentes vinculados ao curso e pelo colegiado do curso que conta com representação de todas as categorias: docentes, discentes e técnicos.

5.1 Avaliação do curso

De acordo com o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (Nota Técnica DAES/INEP 2017), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente. Neste sentido é necessário criar mecanismos para rever periodicamente os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situação que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores da qualidade que se deseja para a graduação.

As metodologias e os critérios de avaliação institucional permitirão diagnosticar se as metas e os objetivos do Curso estão sendo alcançados, servindo de elemento para formular e planejar possíveis mudanças que se mostrarem necessárias. Para tanto, serão promovidos seminários anuais para avaliação do andamento do Projeto Pedagógico assim como proposições a serem adotadas.

A avaliação do projeto deve considerar os objetivos, habilidades, e competências previstas a partir de um diagnóstico preliminar, que será elaborada pela Comissão de Avaliação Institucional do Programa, devendo levar em conta o processo estabelecido para implementação do Projeto. Esse processo de avaliação será feito por meio de seminários para tomada de decisões com relação ao desenvolvimento do Projeto de Curso.

Neste sentido, as questões administrativas serão orientadas para que o aspecto acadêmico seja sempre o elemento norteador do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a gestão será participativa, ressaltando-se o papel do NDE na definição de políticas, diretrizes e ações, bem como da avaliação, entendida como um processo contínuo que garante a articulação entre os conteúdos e as práticas pedagógicas.

O projeto pedagógico não tem seu valor condicionado à ideia de que possa ser encarado como verdade irrefutável ou imutável. Seu valor depende da capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação e, por isso, deve ser passível de modificações, superando limitações e incorporando novas perspectivas configuradas pelo processo de mudança da realidade. De acordo com Abramowicz (1994, p. 156) as avaliações são auxiliares legítimas da construção do conhecimento em aspecto amplo, não apenas dos conteúdos trabalhados, mas também de posturas e atitudes. Por isso, é necessária a realização de avaliações capazes de proporcionar melhorias naquilo que se está ensinando, já que fornece subsídios para o aperfeiçoamento do ensino que é uma das mais importantes funções da avaliação.

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de alunos, professores e funcionários.

Seguindo essas premissas, o Instituto de Saúde Coletiva efetivará seu processo avaliativo de maneira integrada considerando as diferentes categorias que o compõe:

5.1.1 Avaliação semestral

Ao final de cada semestre letivo será efetivada com o objetivo de verificar pontos a melhorar na estrutura e qualidade do curso, assim como na elevação do aproveitamento no processo ensino-aprendizagem. Como as disciplinas do curso têm a periodicidade semestral, é preciso uma avaliação que propicie a correção de falhas que por ventura ocorram no decorrer dos semestres letivos. Para se fazer essa avaliação, será necessário a constituição de uma Comissão de Avaliação composta por integrantes das categorias dos discentes, docentes, técnico-administrativo e da coordenação do curso.

5.1.2 Avaliação do corpo discente sobre o curso

Neste processo levar-se-á em consideração a utilização dos espaços educativos (tais como laboratórios, salas de aulas e estrutura e acervo das bibliotecas, etc.), atuação dos docentes (recursos didáticos, aulas práticas, visitas técnicas e atualização dos conteúdos e bibliografias, etc.), a estrutura curricular, a estrutura física ofertada para o curso, a atuação e a comunicação com a coordenação do curso. Esta avaliação deverá se consolidar após a conclusão de cada período letivo, com aplicação de questionários individuais.

5.1.3 Avaliação do corpo docente sobre o curso

Este processo terá o enfoque na estrutura curricular, assim como o procedimento de uma autoavaliação, avaliar também a estrutura física e a comunicação com a coordenação do curso na resolução de problemas que vir a ocorrer.

5.1.4 Avaliação do corpo técnico-administrativo educacional

Esta avaliação objetiva pontuar a atuação tanto de docentes quanto de discentes, perpassando pela coordenação do curso e estrutura física e sua relação com o corpo técnico-administrativo para o bom desempenho do curso.

Além disso, também haverá uma avaliação interna do curso onde serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, produção científica, os convênios e projetos integrados de ensino, assim como os recursos e estágios remunerados em outras empresas, a estrutura e acervo da biblioteca, o desenho curricular, etc. Esta terá a periodicidade de dois em dois anos. Ela terá como parâmetro os indicadores estatísticos oriundos do curso.

Em termos operacionais, o processo de avaliação do Curso se dará em três dimensões:

- **Avaliação interna**

A avaliação interna será realizada por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa, extensão e administração do Curso, utilizando-se dos instrumentos propostos por uma Comissão Institucional de Avaliação do Curso, nomeada pelo Diretor do Instituto, sendo que os professores que integrarão esta comissão deverão ser indicados pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva. Os técnicos-administrativos educacionais e os discentes deverão ser indicados por suas respectivas categorias.

A Comissão será constituída por, no mínimo, dois docentes, dois discentes e dois técnicos-administrativos em educação do Instituto ao qual o curso está vinculado (Isco). Na comissão de avaliação do Curso se concentrará a liderança do processo de avaliação. Cabe a ela avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir o Relatório de Avaliação Interna e acompanhar a avaliação externa.

Os relatórios e pareceres elaborados pela Comissão deverão ser discutidos com toda a comunidade envolvida, através de seminários. Esta avaliação interna permitirá ao Curso aperfeiçoar o seu projeto político pedagógico.

Na perspectiva avaliadora, o parâmetro considerado é o próprio Curso em sua evolução histórica, os objetivos que ele próprio traçou para si e a realização destes objetivos em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, além do currículo do curso.

- **Avaliação externa**

Esta avaliação será composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil, dos quais são exemplos o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e a avaliação efetuada pelos especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no processo de avaliação interna e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

- **Reavaliação**

Esta etapa propõe a consolidação dos resultados da avaliação interna (autoavaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final, que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso.

A reavaliação será executada nos diversos níveis hierárquicos do Curso, com a participação do coordenador, professores e alunos, através de reuniões que deverão permitir a cada professor

perceber o papel do conteúdo sob sua responsabilidade na formação do aluno e de proporcionar aos alunos a compreensão de seu processo de formação como um todo, trazendo suas contribuições e participando ativamente do processo.

A comissão responsável pela avaliação do Curso deverá elaborar um relatório final integrando todos os resultados da avaliação interna e externa, indicando as deficiências acadêmicas ou de infraestrutura identificadas e propondo medidas de correção. Para fins de construção deste relatório final, os resultados da avaliação interna e externa deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica visando rever e, ou, aperfeiçoar seu projeto pedagógico, suas metas e a elaboração de propostas para o seu desenvolvimento.

6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

6.1. Políticas de pesquisa

A pesquisa na Ufopa, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

A iniciação à pesquisa é etapa fundamental nos Cursos vinculados ao Isco e constitui a base em que o aluno constrói sua formação numa perspectiva integrada e conectada com os contextos sociais em que se insere e nos quais atuará após a conclusão do curso. Essa etapa, porém, não se efetua em períodos rigorosamente delimitados, mas em atividades continuadas de pesquisa.

Durante a Formação Graduada, oferta-se aos alunos a possibilidade de integração e participação continuada em projetos de pesquisa sob orientação de seus professores, bem como oportunidades de experimentação de diferentes linhas de investigação científica no âmbito de disciplinas práticas e atividades em laboratórios.

Além daquelas decorrentes dos projetos individuais de pesquisadores, outras bolsas de Iniciação Científica podem ser concedidas aos alunos envolvidos com recursos próprios da Ufopa e externos. Entre elas, CNPq e Fapespa, entre outras fontes de financiamento contínuo ou eventual. Bolsas de Monitoria ofertadas pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Ufopa também oferecem aos alunos o contato com atividades de Ensino e Pesquisa.

As pesquisas do campo da saúde que envolverão diretamente ou indiretamente a participação de seres humanos (comum nos projetos desenvolvidos pelos docentes e discentes do Isco) deverão passar por apreciação ética. Hoje, a Ufopa conta com um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em seres humanos que está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (MS). O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses do

sujeito da pesquisa, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Os projetos de pesquisa deverão ser incluídos na Plataforma Brasil e são preferencialmente avaliados no CEP (instância local), entretanto, quando necessário poderão ser avaliados pela CONEP (instância nacional).

6.1.1 Projetos de pesquisa cadastrados no Isco

1. A construção do pensamento social e humano em saúde na região amazônica.

Coordenador: Teógenes Luiz da Costa

2. Aceitabilidade da autocoleta cervicovaginal na determinação da prevalência de Papiloma vírus humano (HPV) e de outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em mulheres portadoras o não do Vírus da Imunodeficiência Humana 1 (HIV-1) vivendo na região do Tapajós, Amazônia, Brasil.

Coordenadora: Luana Lorena Silva Rodrigues

3. Assistência Farmacêutica na saúde mental em Santarém.

Coordenadores: Tânia Mara Pires Moraes, Wilson Sabino e Waldiney Pires Moraes

4. Atenção Primária à Saúde em territórios rurais e remotos no Brasil.

Coordenadora: Juliana Gagno Lima

5. Avaliação de atividade hipoglicemiante de plantas.

Coordenadores: Tânia Mara Pires Moraes, Waldiney Pires Moraes e Luciana Silva de Araújo.

6. Avaliação de risco à saúde humana a partir de um monitoramento ecotoxicológico e microbiológico de águas subterrâneas de consumo humano em Santarém e áreas periurbanas, Pará.

Coordenadora: Marina Smidt Celere Meschede

7. Avaliação do impacto do Programa Criança Feliz no Pará.

Coordenador: Hernane Guimarães dos Santos Junior.

8. Biotransformação de produtos naturais por *Streptomyces cinereus* para obtenção de compostos bioativos.

Coordenadores: Gabriela Bianchi dos Santos e Silvia Katrine Rabelo da Silva.

9. Caracterização fitoquímica, farmacognóstica e da atividade biológica de produtos naturais de uso medicinal provenientes de ecossistemas da mesorregião do Baixo Amazonas.

Coordenadores: Bruno Alexandre da Silva e Jose Guilherme Soares Maia.

10. Conhecimento, atitude e práticas de estudantes adolescentes de Santarém sobre Infecção Sexualmente Transmissíveis IST/AIDS.

Coordenadora: Elaine Cristiny Evangelista dos Reis

11. Conhecimentos, itinerários terapêuticos, medicalização e institucionalização da saúde indígena no Oeste do Pará.

Coordenador: Rui Massato Harayama

12. Desenvolvimento de Bioprodutos da Amazônia - região Baixo Amazônico.

Coordenadora: Rosa Helena Veras Mourão.

13. Desenvolvimento de método analítico para determinação de metemoglobina como biomarcador de exposição a agentes metemoglobinizantes.

Coordenadora: Flávia Garcez da Silva

14: Desenvolvimento de sistemas mucoadesivos baseados em manteigas amazônicas com gelificação *in situ* para liberação sustentada de fármacos intravaginal.

Coordenadora: Kariane Mendes Nunes

15: Efeito de polimorfismos em genes da via metabólica do ácido fólico sobre os níveis de Hg em uma população ambientalmente exposto ao mercúrio.

Coordenadora: Heloísa do Nascimento de Moura Meneses

16: Estudo do perfil da Assistência Farmacêutica no Oeste do Pará: descrição da estrutura, processos e resultados relacionados à gestão técnica da assistência farmacêutica e à gestão clínica de medicamentos.

Coordenador: Wilson Sabino

17. Estudo químico e farmacológico de plantas da Amazônia.

Coordenador: Alcicley da Silva Abreu.

18. Isolamento de actinobactérias produtoras da enzima L-glutaminase isoladas de sedimento de água doce do aquífero Alter-do-chão, Santarém-Pará.

Coordenadores: Sílvia Katrine Rabelo da Silva e Alexandre Escher Boger.

19. Lesão renal aguda em pacientes internados sob exposição de antimicrobianos em um hospital do oeste do Pará.

Coordenadores: Waldiney Pires Moraes e Tânia Mara Pires Moraes.

20. O paciente, o terapeuta e o Estado: as relações entre democracia e saúde na contemporaneidade.

Coordenador: Teógenes Luiz da Costa.

21. Tecendo relações entre a sociedade e academia: estudo sobre as práticas não acadêmicas na promoção da saúde e no combate às doenças infecciosas e parasitárias no município de Santarém-PA.

Coordenador: Teógenes Luiz Silva da Costa.

22. Desenvolvimento de nanoemulsões de grau alimentício a partir de óleos vegetais amazônicos

Coordenadora: Rayanne Rocha Pereira

6.2 Políticas de extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, regulamentada pela Resolução Consepe N° 401, de 07 de março de 2023, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, as ações acadêmicas são integradas em unidades denominadas Programas. Por isso, não se distinguem as atividades de extensão de outras atividades acadêmicas. A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade.

Tendo em vista a multiplicidade de aspectos e saberes envolvidos, os programas e projetos de extensão realizados pelo BSC, em parceria ou não com outros cursos da Ufopa, devem estimular e

buscar propiciar aos alunos a participação em ações conjuntas com instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e movimentos sociais.

As atividades de extensão devem ser sempre orientadas por um docente e podem ser apoiadas pela Ufopa, conforme regras específicas da universidade para esse fim, ou por fontes financiadoras externas, desde que previamente aprovadas pelo Conselho do Isco.

Seguindo orientações da Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), as ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

6.2.1 Projetos de Extensão Cadastrados no Isco

1. Vigilância popular em saúde em populações do campo, da água e da floresta afetadas negativamente pelo agronegócio de grãos no Oeste do Pará

Coordenadora: Annelise Rosenthal Figueiredo

2. Ações de extensão visando garantir informações às gestantes e profissionais da saúde em tempos de pandemia Covid-19

Coordenadora: Marina Smidt Celere Meschede.

3. Promoção da saúde através de ações educativas voltadas para a prevenção dos efeitos tóxicos da exposição mercurial em comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós.

Coordenadores: Heloísa do Nascimento de Moura Meneses e Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.

4. Ações extensionistas na prevenção e proteção à saúde de caminhoneiros que trafegam na BR 163 – Rodovia Cuiabá-Santarém

Coordenadores: Flavia Garcez da Silva

6.3. Política de acessibilidade

6.3.1 Condições de acesso para pessoas com deficiência

Os cursos vinculados ao Instituto de Saúde Coletiva da Ufopa, funcionam na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro Salé, prédio próprio.

Na Unidade Tapajós o prédio foi construído seguindo as normas gerais e critérios básicos da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR 9050:2004) de acordo com a Associação Brasileira de

Normas Técnicas (ABNT), para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na estrutura atual o prédio conta com duas plataformas para deficientes físicos, com acesso a todos os setores do prédio, como salas de aula, biblioteca, área de lazer, praça de alimentação, auditórios e banheiros, sendo estes adaptados, seguindo o padrão legal exigido.

Importante salientar, que no ano de 2013, a Ufopa enviou representantes para o Seminário Incluir em Brasília, que socializaram as informações no âmbito da Instituição e desta forma foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa. Assim, em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, sendo que sua composição conta com a participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Instituição.

Tal núcleo, foi instituído pela Portaria nº 1.376 de 18 de junho de 2014. Esta ação atende as determinações da Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Com base nessas orientações de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais especiais, cabe descrever o planejamento de ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).

Como valor instituído, a inclusão é também uma das diretrizes institucionais da Ufopa, que, para sua implementação, tem se dedicado a seguir as orientações normativas advindas do MEC no que tange às estratégias didático-pedagógicas inclusivas para PCDs. Para este fim, tem buscado garantir estrutura física e tecnológica que assegure acessibilidade não apenas a estudantes e servidores, mas também a toda a comunidade. Assim, tem dado atenção especial aos projetos arquitetônicos e ao acesso às principais informações institucionais, como os editais de ingresso que são traduzidos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Destaca-se ainda que o site institucional está equipado com recursos de acessibilidade, como o V-libras para pessoas surdas e o alto contraste para pessoas de baixa visão.

Atividades em Libras alcançam hoje na Instituição fatia substancial nos currículos dos cursos de graduação, tendo sido criado grupo de educação digital para estimular o desenvolvimento e o uso de aplicativos nas salas de aulas. Em todas as ações de melhoria de infraestrutura física e de TI têm-se priorizado os principais mecanismos de acessibilidade. A Ufopa preconiza a expansão da acessibilidade pela integração da pesquisa ao ensino e à extensão, ao possibilitar apoio de recursos originários do Pnaes para a aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e adequadas para

cada realidade, em todas as suas unidades. O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa tem sido equipado com escâneres, lupas e impressora em Braille para o atendimento e a produção de materiais didáticos para os alunos cegos. Um importante atendimento realizado destinou-se a alunos que necessitam de atenção psicológica resultante das pressões diversas relativas ao isolamento do seio familiar, subnutrição, fragilidade socioeconômica, entre outras.

Atendendo o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o PPC do Bacharelado em Saúde Coletiva, oferta a disciplina Libras em sua matriz curricular, estando disposta no banco de disciplinas optativas. Além disso, o Instituto de Saúde Coletiva adotará como ações que favorecem a inclusão social:

- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), com ações como incentivo ao corpo Docente para se qualificar, cada vez mais, nas questões da inserção do aluno com necessidades especiais, bem como orientações aos docentes para encaminhamento à Pro-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), dos discentes que indiquem um provável transtorno, a fim de que se possa fazer um diagnóstico preciso pelos setores competentes e assim encaminhar as ações e orientações necessárias à garantia do atendimento aos direitos deste discente na Universidade.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso.

- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso.

6.4 Políticas de ações afirmativas

A Política de Ações Afirmativas e promoção da igualdade étnico-racial da Ufopa, foi instituída pela resolução nº 200 de 08 de junho de 2017. Tal política tem por finalidade a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos da pessoa com necessidades específicas, bem como a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito.

Destina-se prioritariamente, aos grupos historicamente excluídos: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBT, com ênfase nas pessoas ingressantes através de políticas de equidade de direitos, tais como o sistema de cotas sociais, o processo seletivo especial e as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

7 APOIO AO DISCENTE

Sob coordenação e gerenciamento da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), a Política de Assistência Estudantil se configura como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso, seguindo os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), explicitados pelo Decreto nº 7.234/2010, do Ministério da Educação.

Com o intuito de se colocar em prática tais políticas, a Ufopa implantou a Proges a partir de 14 de abril de 2014, que passou a ser o setor responsável pela gestão da política de assistência estudantil da instituição. Entre as ações, procurou-se de início reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da universidade. Entre outras ações como acompanhamento psicopedagógico, destacam-se:

- Programa de Permanência Estudantil, que consiste na liberação de auxílios financeiros aos discentes em situação de vulnerabilidade social, que não possuam condições de arcar com o custeio de suas despesas com alimentação, moradia, aquisição de material didático e transporte.

- Os Jogos Internos da Ufopa (JIUfopa) ocorrem anualmente, e objetivam promover a integração da comunidade acadêmica, incentivando a prática esportiva no meio universitário.

- A partir de 2020 também foi inaugurado o Restaurante Universitário, que oferece suporte de alimentação mais viável à comunidade acadêmica. Outro serviço oferecido de grande importância e com bastante utilização pelos discentes é o transporte universitário, conhecido como Intercampus, com horários estabelecidos durante todo o horário de funcionamento da Ufopa.

A Proges é responsável ainda pelo Programa de acompanhamento da aprendizagem, iniciado em 2014, que tem como objetivo oferecer apoio pedagógico aos discentes que apresentam até duas reprovações no semestre e àqueles que encontram dificuldades de aprendizado.

A Ufopa oferece ainda aos discentes, o serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo.

8 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

8.1 Apoio à participação em atividades de iniciação científica

O Programa de Iniciação Científica (PIC) do Instituto de Saúde Coletiva, consistirá num “Projeto de Formação de Pesquisadores” e visará oferecer aos acadêmicos do BSC, bases e instrumentos necessários para a atuação como pesquisador iniciante.

A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. É um estímulo à formação da mentalidade científica na prática concreta, mediante a participação no desenvolvimento de uma investigação que tem início, meio e fim, e cujos resultados são atingidos pelo aluno em função da execução de um plano de trabalho.

O PIC será visto como um guia que permitirá ao acadêmico dar um salto na própria formação pessoal. A partir do momento que se oferece métodos para um aproveitamento efetivo da pesquisa e da produção acadêmica, regras a serem seguidas, e professores com disponibilidade para atender e orientar os novos pesquisadores, os alunos estarão encontrando as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção acadêmica com excelência.

Envolvendo diretamente o acadêmico de graduação na pesquisa, a iniciação científica apresentar-se-á como uma verdadeira escola, que necessitará ser mantida e ampliada. Será um importante elemento na estruturação de recursos humanos, pois se colocará como ponto de partida para a formação de futuros cientistas (mestres e doutores) e, principalmente, estimulará a produção de novos conhecimentos.

A atividade de pesquisa permitirá a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

9. RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal do Instituto de Saúde Coletiva que oferta além do Bacharelado em Saúde Coletiva, os cursos de Farmácia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva, oferece suporte nas mais distintas áreas, e hoje se encontra estruturado da seguinte forma:

9.1 Apoio técnico-pedagógico

9.1.1 Direção do Isco

Atualmente o Instituto de Saúde Coletiva está sob direção dos Professores Waldiney Pires Moraes e Rayanne Rocha Pereira, eleitos em um pleito aberto a toda a comunidade acadêmica, devidamente vinculada ao Instituto. A Direção é assessorada pelas Coordenações Administrativa, Técnica e Acadêmica, Coordenações de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes, sendo que estes respondem pelos projetos pedagógicos.

- **Diretor**
Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes
- **Vice-diretora**
Prof^a Dra. Rayanne Rocha Pereira

9.1.2 Coordenação do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

A coordenação do BSC da Ufopa, é responsável pelas funções de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação em relação ao curso em questão. Através de Portaria expedida pela Reitoria, a coordenação tem um prazo de mandato estipulado de dois anos, ficando a cargo da Unidade Acadêmica definir, conforme necessidade, mudança na gestão do curso.

9.1.2.1 Atuação da coordenação do curso

Entre as atribuições da coordenação, estão entre outras, a responsabilidade de coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, viabilizar a avaliação institucional, supervisionar o cumprimento do regime didático para ele previsto e a ação docente, discente e técnico-administrativa desenvolvidas, fazendo isso num clima de trabalho alimentado por excelentes relações interpessoais. O Coordenador do Curso, além de sua atuação nos colegiados do curso, tem sua participação efetiva nos órgãos superiores da Instituição.

9.1.2.2 Regime de trabalho da coordenação do curso

O regime de trabalho do coordenador do curso é de vinte horas semanais, estipulando tempo para atendimento às demandas diferentes: discentes, docentes, coordenações administrativas e gestão da Unidade.

- Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva
Prof^a Dra. Marina Smidt Celere Meschede

9.1.3 Técnico em Assuntos Educacionais

O curso recebe o apoio de um Técnico em Assuntos Educacionais, alocado na Coordenação Acadêmica da Unidade, que tem como regime de trabalho quarenta horas semanais, estando disponível oito horas por dia para atendimento das demandas de docentes e discentes vinculados ao curso.

- **Técnico em Assuntos Educacionais**

Jean Adriano Sena Pantoja

9.1.4 Secretaria Executiva

Na secretaria executiva da unidade, estão alocadas duas secretárias executivas, onde uma está disponível para atendimento de demandas administrativas da coordenação do curso de graduação. A secretaria funciona aberta ao público de 8h às 18h, com intervalo entre 12h às 14h, de segunda a sexta-feira.

- **Secretaria Executiva**

Jerdriana Pereira da Silva

9.2 Organização acadêmico-administrativa

9.2.1 Secretaria acadêmica do Isco

À coordenação acadêmica compete prestar ao Instituto e a comunidade acadêmica, o apoio necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- **Assistente em Administração e Coordenador acadêmico**

Iverson Costa Moya da Silva

- **Assistente em administração**

Taciane Souza de Jesus

- **Técnico em Assuntos Educacionais**

Jean Adriano Sena Pantoja

- **Assistente administrativo e Coordenadora da pós graduação**

Lorêna Caryna de Macêdo Favacho

9.2.2 Secretaria administrativa do Isco

À coordenação administrativa compete prestar ao Instituto o apoio administrativo necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa, extensão. A função do setor é dar apoio

administrativo ao Instituto, desenvolvendo atividades como: Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Laboratórios; Solicitações de Transporte, diárias, passagens e auxílio financeiro.

- **Administradora**
Leida Caldeira Aguiar
- **Assistente em Administração e Coordenadora Administrativa**
Josicleni Ribeiro Lobato

9.2.3. Secretaria técnica do Isco

À coordenação técnica compete prestar à Direção do Instituto o apoio técnico necessário ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão.

- **Farmacêutica e Coordenadora Técnica**
Daniele Ferreira da Silva
- **Farmacêutico Bioquímico/Preceptor**
Andresson Fernandes Pontes
- **Farmacêutico Bioquímico**
José Sousa de Almeida Júnior

9.2.3.1 Técnicos de laboratório

Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental:

- Adenilson de Sousa Barroso (Área – Química)

Laboratório de Microbiologia:

À definir

Laboratório de Farmacotécnica:

- Cássia Valéria Pinheiro Corrêa (Área – Análises Clínicas)

Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica:

- Alcilene Ferreira da Silva Viana (Área - Análises Clínicas)

Laboratório de Farmacologia:

- Jander Marcos Cirino Lopes (Área – Biodiagnóstico)

10. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa, tem o objetivo de contribuir para a formação continuada dos mesmos, desde o momento de sua inserção até a permanência deles no mercado de trabalho, e contribuir para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso.

Para isso, é importante compreender atividades que permitam: manter contato dos egressos junto à comunidade acadêmica; consolidar o vínculo com o egresso, por meio da criação e implementação de ações, tendo em vista o compromisso e a responsabilidade com a comunidade; construir indicadores para que sejam verificados se as atividades desenvolvidas pelo egresso estão em consonância com os objetivos propostos pelo curso, visando o planejamento e replanejamento de ações a serem desenvolvidas pelo curso, com vistas a sanar as fragilidades, manter e ampliar as potencialidades; estabelecer parcerias e divulgar oportunidades de emprego aos alunos formados colaborando para sua inserção no mercado de trabalho; identificar demandas para cursos de graduação, pós-graduação e extensão; Oportunizar aos egressos, sempre que possível, a sua participação em eventos e cursos promovidos pela Ufopa, contribuindo para a formação continuada; tornar o egresso uma referência para divulgação e valorização da Instituição.

O acompanhamento de egressos é previsto anualmente, por meio de formulário específico no google ou informação repassada pelo próprio egresso. Sempre que possível, convidamos os egressos a atuarem no âmbito dos espaços de formação dos cursos, compartilhando experiências. Até o momento, há egressos atuando na docência em universidades particulares da região, na assistência em serviços de saúde, em laboratórios e em cargos de gestão de secretarias municipais de saúde.

11 ÓRGÃOS COLEGIADOS

11.1 Conselho do Isco

O Conselho do Isco é de natureza colegiada, com representação das diferentes categorias, tendo entre suas funções, dar respaldo às diferentes decisões do Instituto. Os conselheiros eleitos terão um mandato de 2 anos, caso servidores, e 1 ano, se pertencente à categoria discente, sendo composto da seguinte forma:

- Diretor(a) do Instituto de Saúde Coletiva – Membro permanente.
- Vice-diretor(a) do Instituto de Saúde Coletiva- Membro permanente
- Coordenador do Curso de Farmácia – Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva - Membro permanente

- Coordenador do Curso de Pós-Graduação Residência Multiprofissional Estratégia em Saúde da Família - Membro permanente
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Membro permanente
- Representantes docentes, sendo três titulares e um suplente.
- Representantes técnicos administrativos, sendo dois titulares e um suplente.
- Representantes discentes, sendo um titular e um suplente.

11.2 Colegiado do Bacharelado em Saúde Coletiva

O Colegiado segue as atribuições estabelecidas a ele, conforme Art. 118 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado pela Resolução nº 55 da Reitoria, de 22 de julho de 2014. O Colegiado do BSC tem caráter representativo (coordenação do curso, docentes, técnicos e discentes) e é o responsável por planejar, aprovar e supervisionar todas as atividades que envolvem o Curso. Os membros são eleitos para um mandato de dois anos, caso servidores, e um ano se forem da categoria discente, e tem a seguinte composição:

- Coordenador do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva – Membro permanente
- Representantes docentes, sendo três titulares e um suplente.
- Representantes técnicos administrativos, sendo um titular e um suplente.
- Representantes discentes, sendo um titular e um suplente.

11.3 NDE do Bacharelado em Saúde Coletiva

O NDE do BSC tem em sua composição, docentes definidos pela direção do Instituto em consonância com a coordenação do Curso. Cabe ao NDE, elaborar, propor mudanças e adequações nos projetos pedagógicos do curso e sua implementação prática, bem como realizar reuniões regularmente para discutir, debater, construir e reconstruir as diferentes ações previstas no PPC do Curso. Os membros são designados pela direção do Instituto para um mandato de dois anos e o NDE deve ser composto por no mínimo 05 docentes com vinculação ao Curso.

11.4 Comissão de monitoria do Isco

A comissão de monitoria do Isco, tem a missão de coordenar e acompanhar todo o processo que vai desde a publicação dos editais pela Proen, até a avaliação de desempenho dos monitores em suas diversas modalidades de bolsas. A cada edital, a direção do Isco aponta os docentes que irão compor a comissão, respaldada através de portaria interna.

11.5 Comitê de mobilidade acadêmica externa do Isco

A comissão de Mobilidade Acadêmica Externa do Isco, tem a missão de coordenar e acompanhar todo o processo que vai desde a publicação dos editais pela Proen, até a avaliação de desempenho dos acadêmicos que realizaram a atividade. A cada edital, a direção do Isco aponta os docentes que irão compor a comissão, respaldada através de portaria interna.

11.6 Núcleo de estágio do Isco

O núcleo de estágio do Isco, tem sua composição voltada a atender tanto a demanda dos cursos de graduação, como dos cursos de pós-graduação vinculados ao Instituto. Cabe ao núcleo, coordenar todas as ações de planejamento, prática, articulação com entidades, entre outras ações voltadas ao estágio dos discentes. O núcleo é composto por no mínimo cinco docentes, designados através de portaria interna, com mandato de dois anos.

11.7 Bolsas de apoio administrativo

O Instituto de Saúde Coletiva oferta uma bolsa a discente da Ufopa para dar apoio administrativo na Coordenação Acadêmica. O bolsista faz atividades presenciais quatro horas por dia, regimentado através de contrato como estágio não obrigatório.

12 CORPO DOCENTE

Compõem o quadro docente do Bacharelado em saúde coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará os docentes relacionados no quadro abaixo, conforme titulação e regime de trabalho:

Nº	Docentes	Titulação	Regime de Trabalho	Lattes
01	Andrea dos Santos Cardoso	Mestre	40h Exercício provisório	https://lattes.cnpq.br/0769736063494130

02	Annelise Rosenthal Figueiredo	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4282006H1
03	Elaine Cristiny Evangelista dos Reis	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4207821D1
04	Flávia Garcez da Silva	Doutora	Dedicação Exclusiva (farmácia)	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4775026Z0
05	Gabriela Bianchi dos Santos	Doutora	Dedicação Exclusiva (farmácia)	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4236992
06	Heloísa Nascimento de Moura Meneses	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4765245J5
07	Hernane Guimarães dos Santos Junior	Mestre	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204892A5
08	Juliana Gagno Lima	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4425430P5
09	Marina Smidt Celere Meschede	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4459675H0
10	Rayanne Rocha Pereira	Doutora	Dedicação Exclusiva (farmácia e BSC)	http://lattes.cnpq.br/3964604515231067
11	Rui Massato Harayama	Mestre	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204051T4

12	Teógenes Luiz Silva da Costa	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4245117Z6
----	------------------------------	--------	---------------------	---

Obs.: A definição de alguns docentes para determinadas disciplinas, poderá ser realizada conforme colaboração de outros Institutos da Ufopa, podendo, portanto, gerar algumas variações. Determinadas disciplinas podem ser contempladas com concurso, o que poderá ocasionar redistribuição dos docentes pelos componentes curriculares do curso, conforme área de formação. A professora 01 está em exercício provisório no ISCO/UFOPA, sendo seu vínculo original, a UFRR. As professoras 04 e 05 contribuem com menor carga horária no BSC pois suas disciplinas originais são do curso de farmácia. Professora 10 divide sua CH em BSC e farmácia.

12.1 Docentes do BSC por disciplina

Componente Curricular (CH)	Período	Responsável
SUS e história da saúde no Brasil (60h)	1	Andrea dos Santos Cardoso **
Ciências sociais e humanas na saúde coletiva (60h)	1	Teógenes Luiz Silva da Costa
Introdução à saúde coletiva (60h)	1	Annelyse Rosenthal Figueiredo
Práticas integradoras de extensão I (60h)	1	Teógenes Luiz Silva da Costa
Estudo morfofuncional humano I (60h)	1	Marina Smidt Celere Meschede
Educação em saúde I (60h)	1	Elaine Cristiny Evangelista dos Reis
Modelos de Atenção à Saúde	2	Andrea dos Santos Cardoso
Antropologia em saúde	2	Rui Massato Harayama
Práticas integradoras de extensão II (60h)	2	Andrea dos Santos Cardoso
Metodologia científica I (60h)	2	Flávia Garcez da Silva
Sistemas e níveis de atenção à saúde (60h)	2	Juliana Gagno Lima
Estudo morfofuncional humano II (60h)	2	Marina Smidt Celere Meschede
Ética e bioética em saúde	3	Rui Massato Harayama
Bioestatística	3	Heloísa Nascimento de Moura Meneses
Práticas Integradoras de Extensão III (60h)	3	
Atenção Primária à Saúde (60h)	3	Juliana Gagno Lima
Educação em Comunicação em saúde (60h)	3	Annelyse Rosenthal Figueiredo
Ciclos de vida e programas de saúde (60h)	3	Marina Smidt Celere Meschede
Saúde ambiental (60h)	4	Marina Smidt Celere Meschede
Dinâmica dos agentes infecto-parasitários na saúde coletiva (60h)	4	
Epidemiologia I (60h)	4	Heloísa Nascimento de Moura Meneses
Direitos humanos e saúde coletiva (60h)	4	Rui Massato Harayama
Promoção da saúde (60h)	4	Annelyse Rosenthal Figueiredo
Políticas públicas de equidade em saúde (60h)	4	Teógenes Luiz Silva da Costa
Estágio de Atenção à saúde I (60h) ***	4	Marina Smidt Celere Meschede
Metodologia da pesquisa II (60h)	5	Rui Massato Harayama
Funções gestoras do SUS (60h)	5	Juliana Gagno Lima

Vigilância em saúde I (60h)	5	Hernane Guimarães dos Santos Júnior
Saúde das populações indígenas e quilombolas (60h)	5	Hernane Guimarães dos Santos Júnior
Epidemiologia II (60h)	5	Heloísa Nascimento de Moura Meneses
Estágio de gestão em saúde I (120h) ***	5	Juliana Gagno Lima/ Hernane Guimarães dos Santos Júnior
Vigilância em saúde II (60h)	6	Hernane Guimarães dos Santos Júnior
Educação em saúde II (60h)	6	Elaine Cristiny Evangelista dos Reis
Determinação social e ambiental em saúde na Amazônia (60h)	6	Annelyse Rosenthal Figueiredo
Racionalidades e saberes não biomédicos (60h)	6	Teógenes Luiz Silva da Costa
Estágio de educação em saúde I (80h) ***	6	Elaine Cristiny Evangelista dos Reis
Administração dos serviços de saúde (60h)	7	Andrea dos Santos Cardoso
Tópicos especiais em saúde coletiva I (60h)*	7	Heloísa Nascimento de Moura Meneses
Optativa I (60h)*	7	Flávia Garcez da Silva
Estágio de atenção à saúde II (60h) ***	7	Rui Massato Harayama
Estágio de educação em saúde II (80h) ***	7	Elaine Cristiny Evangelista dos Reis
Optativa II (60h)*	8	Gabriela Bianchi dos Santos
Tópicos especiais em saúde coletiva II (60h)*	8	Rayanne Rocha Pereira
Estágio de gestão em saúde II (120h)***	8	Juliana Gagno Lima/ Annelyse Rosenthal Figueiredo
Ferramentas de planejamento em saúde (60h)	8	Hernane Guimarães dos Santos Júnior

***Docente pode variar conforme a oferta do período.**

**** Docente em regime de exercício temporário no Isco/Ufopa**

***** Docentes responsáveis pelos Estágios, contudo, há necessidade de preceptoría para acompanhamento dos alunos subdivididos (Exemplo: 40 alunos = 08 grupos de 05 alunos.**

13 INFRAESTRUTURA

13.1 Instalações administrativas e sala dos professores

A sede do Instituto de Saúde Coletiva – Isco, está localizada no Bloco Modular Tapajós (BMT) na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro do Salé, estando subdivida da seguinte forma: Direção e Vice Direção - Sala 216 (A e B); Coordenação Acadêmica - Sala 212; Coordenação Administrativa – Sala 214; Secretaria Executiva, Coordenações Administrativa e de Cursos – Sala 227; Sala dos Professores – Sala 225; Sala da Residência multiprofissional – sala 226; Laboratório de educação em saúde (parcialmente equipado) – Sala 224; Laboratório de Situação de Saúde (parcialmente equipado) – Sala 222.

13.2 Salas de aula

As salas de aulas disponibilizadas ao Isco, estão localizadas na Unidade Tapajós. Cada sala possui em média uma área de 60 m², quadro branco e data show e/ou Televisão, boa iluminação e

climatização, com capacidade para 50 alunos. São 04 salas gerenciadas pelo Isco, sendo: Sala 103 B NSA/Tapajós, 104 B NSA/Tapajós, 109 L BSE/Tapajós, 110 L BSE/Tapajós e mais 04 cedidas por outros Institutos, sendo: Sala 101 B NSA/Tapajós, Sala 104 C NSA/Tapajós, Sala 207 L BSE/Tapajós e Sala 208 L BSE/Tapajós. Além disso, o curso tem disponíveis recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados para as atividades a serem desenvolvidas neste espaço.

13.3 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O Instituto de Saúde Coletiva possui uma sala própria para os professores da Unidade. A sala 225 encontra-se no segundo andar do prédio BMT1 da Unidade Tapajós. Tem capacidade para todos os docentes do BSC lotados no Isco, em uma sala que possui 13 mesas, das quais, 6 são destinadas aos docentes do BSC. Para cada um existe uma mesa, cadeira giratória e armário para guarda de materiais acadêmicos e pessoais com segurança. Sobre os equipamentos de tecnologia da informação, existe um computador de mesa completo com nobreak e internet cabeada individual disponível para todos. Na mesma sala, está disponível ainda uma mesa redonda para reuniões e atendimento ao aluno. Os outros 2 docentes do curso, que ocupam cargos de coordenação de curso, desenvolvem suas atividades na sala 227.

13.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso

A sala da Coordenação do Curso do BSC, localiza-se na sala 227 e divide o espaço com mais duas coordenações de curso (BIS e farmácia), coordenação da residência multiprofissional, coordenação do mestrado em ciências da saúde e doutorado bionorte. A Coordenação possui baias para cada coordenação de curso, mesa em L, 2 cadeiras giratórias e armário alto para guarda de materiais. Possui também computador de mesa com internet cabeada e via *Wi-fi*. O espaço permite atendimentos individuais.

13.5 Auditórios

A Universidade disponibiliza três auditórios para atendimento das demandas institucionais. Um localiza-se na Unidade Rondon e os outros dois estão localizados na Unidade Tapajós. Os auditórios são cedidos para atendimento das demandas das unidades acadêmicas através de agendamento prévio por meio da Coordenação de Cerimonial.

13.6 Biblioteca

A Ufopa possui um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), disponibilizado nas Unidades Rondon e Tapajós. O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar

condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão.

No tocante ao acervo das bibliotecas da Ufopa, houve um crescimento entre 2015 e 2018, de um acervo que contava com 30.754 exemplares passados para 58.467 exemplares, entre títulos e fascículos obtidos através de compra, doação e/ou permuta para atendimento às demandas informacionais da comunidade acadêmica e sociedade em geral. O Sibi em sua política de expansão e atualização de seu acervo acompanha o crescimento da instituição, visando atender às demandas por suporte bibliográfico e informacional aos cursos ofertados de graduação, pós-graduação e extensão e os novos cursos, demonstrando, assim, a biblioteca como um mecanismo em constante expansão.

As bibliotecas buscam disponibilizar em seu acervo a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados na Ufopa e em quantidade que atenda às exigências dos instrumentos de avaliação do MEC. Assim todas as bibliotecas do sistema buscam contemplar em seu acervo as referidas bibliografias, por isso, os próximos anos espera-se realizar a ampliação e diversificação da quantidade e de melhoria na qualidade do acervo adquirido pela universidade. O horário de funcionamento das Bibliotecas para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral é de segunda à sexta-feira, no horário de 8h às 20h.

13.7 Laboratórios de apoio ao curso pertencentes ao Isco

Os laboratórios destinados ao Isco encontram-se vinculados aos cursos de Farmácia e Bacharelado em Saúde Coletiva, e são de uso compartilhado com os demais cursos. Encontram-se localizados no Complexo de Laboratórios situados na Unidade Tapajós, sendo: Laboratório de Farmacologia, Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica, Laboratório de Farmacotécnica, Laboratório de Microbiologia e Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental. O Isco não dispõe de Laboratórios de Informática, porém, quando necessário, utiliza os laboratórios vinculados aos outros Institutos, através de agendamento prévio.

13.7.1 Dados dos Laboratórios

a) Laboratório de Farmacologia: O Laboratório de Farmacologia (LabFar) está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios com uma área total de 47,67m². Este laboratório atende ao ensino, pesquisa e extensão e está vinculado ao curso de Farmácia, sendo compartilhado com os demais cursos do Isco. Possui uma capacidade de até 20 alunos por turma. O LabFar possui os equipamentos básicos de segurança, como extintor, chuveiro lava-olhos e outros. Dentre os equipamentos possui uma Incubadora de CO₂, Câmara de Fluxo Laminar Vertical,

Refrigerador, Balança analítica, Phmetro, viscosímetro, estufas, banho maria, placa aquecedora, destilador de água, deionizador e vidrarias diversas.

Alojamento para Animais de Experimentação: Integrado a este laboratório, aloja animais provenientes do Biotério Central para as aulas práticas e pesquisa do Curso de Farmácia e outros cursos vinculados ao Isco. Possui uma área edificada de 30 m².

Coordenadora: Profa. Dra. Tânia Mara Pires Moraes.

Técnico de Laboratório (área – Bodiagnóstico): Jander Marcos Cirino Lopes.

b) Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica: O laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios. Vinculado ao Curso de Farmácia, seu uso é compartilhado com os demais cursos do Isco. O laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica realiza pesquisa na área de produtos naturais, atendendo alunos da graduação através de aulas práticas, iniciação científica e monitoria para TCC.

Este local de pesquisa pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas ao Curso do Isco, que corresponde a 80 vagas ofertadas. Está equipado com materiais de segurança. Os equipamentos estão distribuídos regularmente pelas bancadas, sendo uma tomada para cada equipamento.

Coordenador: Prof. Dr. Fagner Sousa de Aguiar.

Técnica de Laboratório (área - Análises Clínicas): Alcilene Ferreira da Silva Viana.

c) Laboratório de Farmacotécnica: O Laboratório de Farmacotécnica e Cosmetologia desenvolve atividades relacionadas ao ensino e pesquisa nas seguintes áreas: Delineamento de Formas Farmacêuticas; Desenvolvimento e Inovação de Produtos Farmacêuticos de Origem Vegetal e Sintética; Desenvolvimento de Sistemas de Liberação Sustentada de Fármacos Mucoadesivos. O laboratório atende a todos os alunos do Isco e está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios.

Coordenadora: Prof^a Dr^a Kariane Mendes Nunes.

Técnico de Laboratório (área – Análises Clínicas): Cássia Valéria Pinheiro Corrêa.

d) Laboratório de Microbiologia: O Laboratório de Microbiologia está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios. O seu uso é compartilhado entre os cursos vinculados ao Isco e ao curso de Biotecnologia. Este local destina-se à pesquisa e ao ensino e pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas ao Isco, ou seja, 80 vagas ofertadas das 100 autorizadas. Está equipado com materiais de segurança.

Coordenadora: Prof^a Dr^a. Silvia Katrine Rabelo da Silva.

O técnico de laboratório está vinculado ao Instituto de Biodiversidade e Engenharia Florestal.

e) Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental (LabBBEx): o LabBBEx é de uso compartilhado entre o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e Instituto de Ciências da Educação (Iced). Está localizado nas Unidades Rondon e Tapajós, sendo: Unidade Tapajós - uma sala de aproximadamente 28 m² e um mini-corredor de aproximadamente 02 m². Estas duas áreas servem para diversos experimentos entre eles: extração de óleos, preparo de extratos, padronização e controle de qualidade, experimentos de microbiologia, enzimático e etc. Unidade Rondon - uma estrutura dividida em dois módulos de aproximadamente 30 m² cada, que funciona a parte de experimentação com animais e experimentos com metais pesados.

O LabBBEx dá suporte às ações de pesquisa voltadas ao desenvolvimento de novas moléculas, extração de óleos (fixo e essencial), preparo e padronização de extratos, produção de tecnologia de novos materiais, serviços de controle de qualidade de produtos naturais para apoio no desenvolvimento de uma cadeia produtiva, além da formação de recursos humanos para a região. Entre as diferentes atividades realizadas estão: a) pesquisas voltadas para estudos com metabolitos primários e secundários de origem vegetal e animal – substâncias orgânicas resultantes das vias metabólicas celulares que do ponto de vista humano estão relacionados com medicamentos, aromas, corantes, sabores, larvicidas, inseticidas naturais, etc. b) Ensino - atividades de ensino da graduação e Pós-graduação tanto em atividades relacionadas ao ensino quanto pesquisa. c) Extensão - desenvolve trabalho de extensão com comunidades relacionadas ao projeto Arranjo Produtivo Local de fitoterápico de Santarém e capacitações e curso de animais peçonhentos.

Coordenadora: Prof^a Dr^a Rosa Helena Veras Mourão.

Técnico de Laboratório: (Área - Química): Adenilson de Sousa Barroso.

13.7.2 Normas de funcionamento dos laboratórios

Para acesso ao Laboratório de Fitoquímica e Farmacognosia, o servidor docente precisa agendar suas aulas junto à coordenação do laboratório, para evitar acumulação de turmas, pois o mesmo suporta até 20 alunos por turma. De acordo com a norma de funcionamento, é necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente, vidrarias ou materiais biológicos. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e possui largura adequada. Internamente, é dividido em 3 ambientes, sendo que uma é destinada ao professor responsável, outra de igual tamanho para a realização de experimentos e pesquisa e a área maior destinada ao ensino, somando uma área total de 48,45 m².

Para acesso ao Laboratório de Farmacotécnica deve haver agendamento a fim de evitar acumulação das turmas, pois o mesmo suporta até 20 alunos por turma. De acordo com a norma de funcionamento, é necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente ou vidrarias. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e possui largura adequada. Internamente, é dividido em 3 ambientes, sendo que uma é destinada ao professor responsável pelo local, outra de igual tamanho para a realização de experimentos e pesquisa e a área maior destinada ao ensino, somando uma área total de 44,3 m². Este local de pesquisa pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas aos Cursos do Isco, que corresponde a 80 vagas ofertadas. Está equipado com materiais de segurança. Os equipamentos estão distribuídos regularmente pelas bancadas, sendo uma tomada para cada equipamento.

O acesso ao Laboratório de Microbiologia se dá através de agendamento, visto que o mesmo suporta até 15 alunos por aula. É necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente, vidrarias ou materiais biológicos. Neste ambiente trabalha monitores, bolsistas e voluntários, juntamente com os alunos de pós-graduação. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e de largura adequada. Internamente, trata-se de uma sala de 30,8 m² com algumas bancadas em granito onde os estão localizados os equipamentos que auxiliam no campo da Microbiologia.

14. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da Ufopa é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela coordenação de segurança que está vinculada à Pró-Reitoria de Administração a quem compete garantir a segurança do patrimônio físico e dos usuários.

Na Unidade Tapajós há apenas uma forma de acesso. A entrada principal, na frente da Unidade, possui guarita 24 horas e dois portões: um para entrada de pedestres e um para acesso de veículos. Além disso, no intuito de contribuir para a segurança da instituição, foram instaladas na Unidade Tapajós câmeras em 92 pontos, as quais são monitoradas por um servidor designado para tal tarefa.

A segurança das instalações físicas e dos usuários é parte integrante dos serviços que atendem a Unidade Tapajós, que conta com quatro (04) postos de vigilância compostos por 16 vigilantes trabalhando em jornada de 12 x 36h, dois (02) postos de vigilância compostos por dois (02) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 7h às 15h diariamente, dois (02) postos de serviço de vigilância compostos por dois (02) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 15h às 23h diariamente, além do serviço de vídeo-monitoramento CF/TV 24h, com a utilização de 63 câmeras de alta resolução nessa Unidade. Possui também ronda eletrônica que se trata de um dispositivo que

monitora as atividades dos vigilantes, mantendo-os atentos durante toda a jornada de trabalho. A Unidade também possui Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI), aprovado junto ao Corpo de Bombeiros local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWCZ, M. Avaliação, Tomada de Decisões e Políticas: Subsídios Para um Repensar. Estudos em Avaliação Educacional, jul/dez, nº 10. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

_____. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008

_____. Lei nº 12.085, de 05 de Novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de novembro de 2009. Seção 1, p. 1.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução nº 27 de 08 de outubro de 2013 do Conselho Universitário (Consun).

_____. Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução nº 270/2019 do Conselho Universitário (Consun)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - estimativas 2014.

CARNEIRO, R. F; SILVA, N. C.; ALVES, T. A.; ALBUQUERQUE, D. O.; BRITO, D. C, OLIVEIRA, L. L. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. Sanare [Internet]. 2015

KELLER-FRANCO, Elize; KUNTZER, Tania Denise & COSTA, Luciano Senti Da. Inovação curricular na formação dos profissionais da saúde. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8, n.2, Agosto/2012.M.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MONTEIRO, S.; VARGAS, E. P.; CRUZ, M. M. Desenvolvimento e Uso de Tecnologias Educacionais no Contexto da Aids e da Saúde Reprodutiva: Reflexões e Perspectivas. In:

MONTEIRO, S.; VARGAS, E. (Orgs.). Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 252p.

NOGUEIRA, M.; MODENA, C.; SCHALL, V. Materiais educativos impressos sobre saúde sexual e reprodutiva utilizados na atenção básica em Belo Horizonte, MG: caracterização e algumas considerações. RECIIS. V. 3, 2009, p. 169-179.

NUNES ED. Saúde Coletiva: história recente, passado antigo. Saúde Soc., São Paulo, v. 3, n. 2, 1994 .

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde Coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? Revista Saúde Pública, São Paulo: USP, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

SOUZA, L. M. de.; MORAIS, R. L. G. L.; OLIVEIRA, J. da S. Direitos sexuais e reprodutivos: influências dos materiais educativos impressos no processo de educação em sexualidade. Saúde debate, Rio de Janeiro , v. 39, n. 106, p. 683-693, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1042015000300683&lng=en & nrm=iso>. Access on 21 mar. 2021.<http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042015106000301>.

UFOPA. PDI-2019-2023, disponível em <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/Documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf> , acesso em 02 de maio de 2023.

ANEXOS

Anexo A – Portaria de Criação do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 233, DE 23 DE JANEIRO DE 2018 (*).

Aprova a criação e a oferta do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva e respectivo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

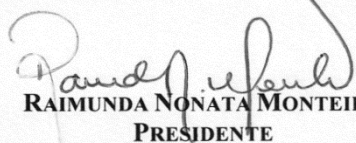
A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 28 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 31 de março de 2014, Seção 2, pag. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa e em conformidade com os autos do Processo nº 23204.006788/2017-23, proveniente do Instituto de Saúde Coletiva, e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) na 3ª Reunião Extraordinária realizada no dia 23.01.18, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica aprovada a criação e a oferta do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva e respectivo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, na forma do anexo único desta Resolução, com autorização de 40 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

(*) Republicada em virtude de ter saído com incorreções/omissões na versão original constante do Boletim de Serviço da Ufopa nº 96, de 16 de fevereiro de 2018, p. 9.


RAIMUNDA NONATA MONTEIRO
PRESIDENTE

Anexo B – Portaria de Reconhecimento do BSC

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 37, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2019

44	201616937	LETRAS - LETRAS CLÁSSICAS (GREGO E LATIM) (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
45	201616809	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
46	201616464	PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
47	201616891	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	65 (sessenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RUA APRÍGIO VELOSO, 882, BODOCONGO, CAMPINA GRANDE/PB RUA APRÍGIO VELOSO, 882, BODOCONGO, CAMPINA GRANDE/PB
48	201721877	BIBLIOTECOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA RETÓRIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
49	201616880	CIÊNCIA DA RELIGIÃO (Licenciatura)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA UFJF	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, UFJF, SÃO PEDRO, JUIZ DE FORA/MG
50	201617007	LETRAS PORTUGUÊS E FRANCÊS (Licenciatura)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2367, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ/MT

PORTARIA Nº 88, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de março de 2019; tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO
Renovação de Reconhecimento de Cursos

Nº de ordem	Registro MEC	Curso	Nº de vagas anuais	IES (CÓDIGO)	Mantenedora	Endereço de Funcionamento
1	200908078	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO SALVADOR DE ENSINO E CULTURA (2470)	ASSOBES SUPERIOR LTDA. ENSINO	Avenida Jorge Amado, 780, Unidade Imbuí, Boca do Rio - Salvador/BA
2	201501968	LETRAS - PORTUGUÊS E LINGUAGENS DE LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (586)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Avenida Brigadeiro Trompowsky, s/n, Cidade Universitária, Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ
3	201507631	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU (1092)	ASSOCIAÇÃO RANIERI DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	Rua Rodolfini Dias Domingues, 11, Quinta Ranieri, Jardim Ferraz - Bauru/SP
4	201603312	EDUCAÇÃO DO CAMPO (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (584)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Av. Bom Pastor, s/n, Centro - Goiás/GO
5	201604531	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (4504)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Rodovia Dourados - Itahum, km 12, Cidade Universitária - Dourados/MS
6	201607585	EDUCAÇÃO DO CAMPO - LINGUAGENS E CÓDIGOS (ARTES E MÚSICA) (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (3849)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro - Tocantinópolis/TO
7	201607899	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICENTRO AGES (1640)	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	Av. Universitária, 23, Parque das Palmeiras, Centro - Paripiranga/BA
8	201608893	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE VILHENA (11645)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA	Rua Cleber Mafra de Souza, 8735, Residencial Orleans - Vilhena/ES
9	201609150	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (4504)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Rodovia Dourados - Itahum, km 12, Cidade Universitária - Dourados/MS
10	201610616	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO NORDESTE - FATENE (2783)	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONALIZANTE S/S - SUDEP FATENE	Rua Matos Vasconcelos, 1626, Damas - Fortaleza/CE
11	201708528	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (21)	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	Av. Ipiranga, 6681, Partenon - Porto Alegre/RS
12	201708633	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (14724)	INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Av. Cívica, Centro - Assis Chateaubriand/PR
13	201708692	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL (13792)	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL "RS" LTDA - ME	Rua Anísio Serrão, 2325, - de 2170/2171 a 2518/2519, Centro - Cacoal/RO
14	201708708	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (585)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Rua João Pessoa, 2514, Campus Blumenau - Sede Administrativa, Velha - Blumenau/SC
15	201708760	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - ARACAJU (5362)	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO LTDA - ME	Av. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, UNIRB RACAJU, Jabotiana - Aracaju/SE
16	201708853	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA (1632)	UNIAO DE ENSINO UNOPAR LTDA	Rua Edwy Taques de Araújo, 1.100, Gleba Palhano, Jardim Burle Marx - Londrina/PR
17	201708945	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PIAGET (14715)	UNIPIAGET/BRASIL	Av. Senador Roberto Simonsen, 972, Jardim Impulsador - Suzano/SP
18	201708987	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (5)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Planalto Horizonte, S/N, Centro - Bom Jesus/PI
19	201709121	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UBAENSE OZANAM COELHO (1362)	SEGOZ - SOCIEDADE EDUCACIONAL GOVERNADOR OZANAM COELHO LTDA	Rua Dr. Adjalme da Silva Botelho, 20, Seminário - Ubatuba/MG
20	201709137	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SANTA CECÍLIA (652)	VALE EDUCAÇÃO SA	Praça Barão do Rio Branco, 59, Centro - Pindamonhangaba/SP
21	201709343	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	90 (noventa)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO (3165)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	Av. Doutor Florestan Fernandes, 131, Universidade - Uberaba/MG
22	201709446	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROCAMP WYDEN (2279)	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	Rua Doutor Salles de Oliveira, 1.661, Vila Industrial - Campinas/SP



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 37, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2019

139	201805843	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E TURISMO DE OLINDA (1328)	SOEC SOCIEDADE OLINDENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Av. Getúlio Vargas, 1360, Bairro Novo - Olinda/PE
140	201805882	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CNEC ITAJAI (1506)	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	Av. Adolfo Konder, 2000, São Vicente - Itajai/SC
141	201805898	PEDAGOGIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE (5036)	FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	Rua Bernardino José de Oliveira, 81, Badenfurt - Blumenau/SC
142	201806201	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA PAULISTA (5045)	UNIÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PIAGET - UNIPIAGET	Av. Santo Inácio, 1.089, Jardim Floresta - Lupércio/SP
143	201815280	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (1820)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	Av. Rio dos Matos, s/n, Germano - Piriipiri/PI
144	201815413	SAÚDE COLETIVA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	Av. Mendonça Furtado, 2946, Aldeia Santarém/PA
145	201815855	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE METROPOLITANA DE ANÁPOLIS (11544)	INSTITUTO METROPOLITANO DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA - ME	Av. Fernando Costa, 49, Vila Jaiara - Anápolis/GO
146	201816104	FILOSOFIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS (4257)	UNIÃO BRASIL CENTRAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	7ª Av., 531, Setor Leste Universitário - Goiânia/GO
147	201817173	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO (2756)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A	Quadra Quadra 5, S/N, Lotes 1 e 3, Parque Rio Branco - Valparaíso de Goiás/GO
148	201818087	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE SALVADOR (1055)	ABES - SOCIEDADE BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Rua dos Marçons, 364, Cidade da Luz, Pituba - Salvador/BA

ANEXO C – Portaria da Coordenação do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

22/12/2023, 11:25

sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=761039



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA**

**PORTARIA Nº 371 / 2023 - GABINETE (11.01.42)****Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO****Santarém-PA, 30 de outubro de 2023.**

A **REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 75-A, Seção 2 - Edição Extra, pág. 1, em 20 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Designar **MARINA SMIDT CELERE MESCHEDE**, Professora do Magistério Superior, para exercer o encargo administrativo de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva desta Universidade, ficando dispensada do referido encargo **JULIANA GAGNO LIMA**, Professora do Magistério Superior.

Art. 2º A designação e a dispensa de que tratam o art. 1º serão contadas a partir de 23 de outubro de 2023.

(Assinado digitalmente em 30/10/2023 10:25)

ALDENIZE RUELA XAVIER

REITOR

REITORIA (11.01)

Matricula: 1776162

Processo Associado: 23204.019197/2023-64

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **371**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **30/10/2023** e o código de verificação: **ec66d06c7b**

ANEXO D – Portaria de Constituição do NDE do BSC

03/01/2024, 09:02

sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=780582



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

**PORTARIA Nº 67 / 2023 - ISCO (11.01.45)****Nº do Protocolo: 23204.022845/2023-60****Santarém-PA, 28 de dezembro de 2023.**

O DIRETOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFOPA nº 1808/2023 - PROGEP de 21 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituírem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva(BSC) do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará, a contar de 18 de dezembro de 2023:

- I. Marina Smidt Celere Meschede, titular;
- II. Annelise Rosenthal Figueiredo, titular;
- III. Juliana Gagno Lima, titular;
- IV. Heloisa do Nascimento de Moura Meneses, titular;

Art. 2º Alocar (2) duas horas semanais para o desempenho das atividades, em consonância com o disposto no inciso I do Art. 31 da Resolução nº 184, de 10 de fevereiro de 2017 - Regimento do Plano acadêmico da Ufopa.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 08/2023-Isco, de 09 de março de 2023, que designa os membros do NDE do BSC do Instituto de Saúde Coletiva/Ufopa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

(Assinado digitalmente em 28/12/2023 18:00)
ALEXANDRE ESCHER BOGER
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: 2158933

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **67**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **28/12/2023** e o código de verificação: **aec2771e6e**

ANEXO E – Portaria de constituição do Colegiado do BSC

26/02/2024, 11:26

sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=791476


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA



PORTARIA Nº 5 / 2024 - ISCO (11.01.45)

Nº do Protocolo: 23204.001858/2024-86

Santarém-PA, 07 de fevereiro de 2024.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFOPA nº 430/2022 - GR de 28 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituírem o Colegiado do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC) do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará:

I. Coordenador do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva - Membro permanente:

a. Marina Smidt Celere Meschede.

II. Representantes dos Docentes:

a. Juliana Gagno Lima, titular.

b. Flávia Garcez da Silva, titular.

III. Representantes dos Técnicos Administrativos:

a. Daniele Ferreira da Silva, titular.

b. Jean Adriano Sena Pantoja, suplente.

IV. Representantes dos discentes:

a. Dilcilane de Jesus dos Santos, titular;

b. Matheus Felipe Oliveira dos Santos, suplente.

Art. 2º Alocar (2) duas horas semanais para o desempenho das atividades, em consonância com o disposto no inciso I do Art. 31 da Resolução nº 184, de 10 de fevereiro de 2017 - Regimento do Plano acadêmico da Ufopa.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 65/2023-Isco, de 28 de dezembro de 2023, que designa os membros do Colegiado Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva/Ufopa.

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=791476

12

26/02/2024, 11:26

sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=791476

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

(Assinado digitalmente em 15/02/2024 09:30)
WALDINEY PIRES MORAES
DIRETOR
ISCO (11.01.45)
Matrícula: 1834385

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **5**, ano: **2024**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **07/02/2024** e o código de verificação: **48db3aafb0**

ANEXO F – Ata de aprovação do PPC no NDE do BSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA



ATA Nº 90 / 2023 - ISCO (11.01.45)

Nº do Protocolo: 23204.019861/2023-75

Santarém-PA, 31 de outubro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

ATA ? REUNIÃO ORDINÁRIA DO NDE DO CURSO BACHARELADO EM SAÚDE
COLETIVA (BSC)

09/06/2023

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE TRÊS, ÀS CATORZE HORAS TEVE INÍCIO A REUNIÃO ORDINÁRIA DO NDE DO BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA, INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE (BSC) DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA (ISCO), realizada de forma presencial com Annelise Rosenthal Figueiredo, Juliana Gagno Lima, Flávia Garcez, Andrea Cardoso, com ausência justificada de Cristiano Morais. A reunião foi uma continuidade de oficina ampliada de docentes realizada em fevereiro de 2023, com a pauta de atualização do PPC dos cursos do BIS e BSC e da Audiência pública do ISCO para tratar sobre a extinção e reestruturação dos cursos do ISCO. Com pauta única, foi apresentada a **matriz curricular do curso de bacharelado em Saúde coletiva**, considerando a entrada direta do curso com 40 vagas anuais. Foram apresentadas as seguintes reestruturações da matriz original, conforme DCN 2017: Estágios iniciando no 4º semestre do curso, com no máximo dois estágios no mesmo período; eixos dos estágios: atenção à saúde (com redução de carga horária da matriz em curso para 60h por período); educação em saúde (com ampliação da carga horária da matriz em curso para 80h por período); gestão em saúde (com ampliação da carga horária da matriz em curso para 120h por período); disciplinas prioritárias de base para os estágios de cada eixo sendo ministradas no mesmo período; organização das disciplinas nos eixos da abstração: ciências humanas e sociais; política, planejamento e gestão; epidemiologia e eixo transversal; acréscimo da curricularização da extensão, no valor mínimo de 10%, contemplando as modalidades de extensão 1 (práticas integradoras de extensão) e modalidade 2 (atividades de extensão) e definição de disciplinas optativas. Houve também o esforço de unificar disciplinas e de desmembrar disciplinas, conforme necessidades identificadas no percurso acadêmico dos discentes. **Encaminhamentos:** A matriz (em anexo) foi aprovada por unanimidade, com as seguintes possibilidades de disciplinas optativas: *Toxicologia ocupacional e segurança no trabalho (60h), sob responsabilidade da Profª Flávia Garcez; Epidemiologia ambiental (60h) e Epidemiologia Molecular (60h), sob responsabilidade da profª Heloísa Meneses; Empreendedorismo e Inovação em saúde (60h), sob a responsabilidade da profª Gabriela Bianchi; Psicologia aplicada à saúde (60h), sob a responsabilidade da profª Andrea Cardoso.* Por fim, a coordenadora agradeceu a presença de todos, e sem mais manifestações ou considerações, eu, Juliana Gagno Lima, às 17horas e 30 minutos, lavrei a presente Ata que deverá ser assinada por mim e pelos demais participantes.

MEMBROS	REPRESENTANTE	MEMBRO	FREQUÊNCIA
Juliana Gagno Lima	Coordenadora do Curso de Bacharelado em saúde coletiva	Membro permanente	Presente
Annelise Rosenthal Figueiredo	Membro do NDE do BSC	Membro permanente	Presente
Flávia Garcez da Silva	Membro do NDE do BSC	Membro permanente	Presente

Cristiano Gonçalves Morais	Membro do NDE do BSC	Membro permanente	Ausência justificada
Andrea Cardoso	Membro do NDE do BSC	Membro permanente	Presente

Matriz Curricular do curso Bacharelado em Saúde Coletiva

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre
SUS e história da saúde no Brasil (60h)	Modelos de Atenção à Saúde (60h)	Bioestatística (60h)	Saúde Ambiental (60h)	Vigilância em saúde I (60h)	Vigilância em Saúde II (60h)	Administração dos serviços de saúde (60h)
Ciências sociais e humanas na saúde coletiva (60h)	Antropologia em Saúde (60h)	Ética e bioética em saúde (60h)	Direitos humanos e saúde coletiva (60h)	Saúde das populações indígenas e quilombolas (60h)	Determinação social e ambiental em saúde na Amazônia (60h)	Tópicos especiais em saúde coletiva I (60h)
Introdução à saúde coletiva (60h)	Sistemas e níveis de atenção à saúde (60h)	Atenção Primária à Saúde (60h)	Promoção da saúde (60h)	Metodologia científica II (60h)	Racionalidades e saberes não biomédicos (60h)	Optativa I (60h)
Práticas integradoras de extensão I (60h)	Práticas integradoras de extensão II (60h)	Práticas integradoras de extensão III (60h)	Políticas públicas de equidade em saúde (60h)	Funções Gestoras do SUS (60h)	Educação em saúde II (60h)	
Estudo morfo-funcional humano I (60h)	Estudo morfo-funcional humano II (60h)	Ciclos de vida e programas de saúde (60h)	Dinâmicas dos agentes infecto-parasitários na saúde coletiva (60h)	Epidemiologia II (60h)	-	Atividades de extensão (180h)
Educação em saúde I (60h)	Metodologia científica I (60h)	Educação e Comunicação em Saúde (60h)	Epidemiologia I (60h)	-	-	Estágio de Atenção à saúde II (60h)
-	-	-	Estágio de Atenção à Saúde I (60h)	Estágio de Gestão em Saúde I (120h)	Estágio de Educação em saúde I (80h)	Estágio de Educação em saúde II (80h)
-	-	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (40h)	Atividades complementares (60h)	-
Total: 360h	Total: 360h	Total: 400h	Total: 460h	Total: 460h	Total: 380h	Total: 500h
TOTAL: 3240h						

Legenda

Eixo Ciências Humanas e Sociais	480h
Eixo Política, planejamento e gestão	540h
Eixo Epidemiologia	600h
Eixo Transversal	560h
Estágios	520h
Atividades complementares	180h
Atividades de extensão	360h
TOTAL	3240h

(Assinado digitalmente em 01/11/2023 10:10)
 ANDREA DOS SANTOS CARDOSO
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ISCO (11.01.45)
 Matrícula: 1842511

(Assinado digitalmente em 01/11/2023 07:48)
 ANNELYSE ROSENTHAL FIGUEIREDO
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ISCO (11.01.45)
 Matrícula: 2209229

(Assinado digitalmente em 31/10/2023 10:51)
 FLAVIA GARCEZ DA SILVA
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ISCO (11.01.45)
 Matrícula: 1414049

(Assinado digitalmente em 31/10/2023 16:35)
 JULIANA GAGNO LIMA
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ISCO (11.01.45)
 Matrícula: 2781376

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **90**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **31/10/2023** e o código de verificação: **72ed773396**

ANEXO G – Ata de aprovação do PPC no Colegiado do BSC (Assembléia Geral)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
16/05/2023

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE TRÊS, ÀS DEZESSEIS HORAS, NO AUDITÓRIO DO BLOCO DE SALAS ESPECIAIS DO CAMPUS TAPAJÓS, TEVE INÍCIO A ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA (ISCO) PARA DISCUTIR A SUSPENSÃO DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE E A REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA E BACHARELADO EM FARMÁCIA. A reunião realizada de forma presencial contou com a participação de docentes, técnicos e discentes vinculados ao Instituto de Saúde Coletiva (lista de presença em anexo) tendo como organizadoras, as coordenadoras Annelise Rosenthal Figueiredo do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), Juliana Gagno Lima do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC) e Rayanne Rocha Pereira do Bacharelado em Farmácia e como mediador o diretor do ISCO, professor Waldiney Pires. A reunião começou com uma fala inicial do professor Waldiney explicando o motivo da assembleia. Em seguida a coordenadora do BIS iniciou sua apresentação falando sobre as dificuldades que o curso vem tendo em função da falta de docentes para ministrar os componentes curriculares previstos no plano pedagógico do curso, bem como para executar as atividades de gestão necessárias para o adequado funcionamento do curso. Segundo a coordenadora Annelise, atualmente o BIS oferece duas entradas anuais sendo uma no turno integral (20 vagas) e uma no turno noturno (40 vagas). Além do BIS, o Instituto oferece ainda mais dois cursos de graduação, a Farmácia e o BSC. A entrada no BSC é feita exclusivamente via progressão do BIS, enquanto a entrada na Farmácia é feita de forma mista, sendo 20 vagas por ingresso direto e 20 vagas reservadas para progressão via BIS. Os 20 alunos que ingressam de forma direta no curso de Farmácia cursam as disciplinas obrigatórias do BIS e ficam sob a total tutela deste por três semestres completos. O quadro de docentes do ISCO conta com 26 professores, dos quais 10 são diretamente responsáveis por todos os componentes obrigatórios do BIS e todos os componentes obrigatórios e optativos do BSC. No total, a carga horária de aulas a serem ministradas por semestre nos cursos de BIS e BSC é de 1855 horas nos semestres ímpares e 1.665 horas nos semestres pares. O atual quadro docente compartilhado entre BIS e BSC tem condições de ministrar 1.140



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
16/05/2023

horas de aulas por semestre na graduação. Além da graduação, estes mesmos docentes estão responsáveis por todos os componentes obrigatórios da Residência Multiprofissional em Saúde da Família, uma pós-graduação lato-sensu do ISCO que qualifica a atuação profissional de Farmacêuticos, Odontólogos e Enfermeiros de Santarém. Para além das disciplinas, os mesmos dez professores se dividem em cargos administrativos como coordenação e vice-coordenação de curso e pós-graduação, colegiados, núcleo docente estruturante e todas as demais comissões demandadas pela Instituição. A consequência desse panorama é que para ofertar todos os componentes necessários, os professores tem se sobrecarregado de forma insalubre. Os prejuízos são sentidos pelos professores que não tem conseguido cadastrar e atuar em projetos de pesquisa e extensão o que tem impactado a atuação profissional dos mesmos diante das exigências da CAPES e CNPq e ainda mais os alunos dos dois cursos que são privados de oportunidades de iniciação científica e bolsas de estudos. Esta sobrecarga tem gerado adoecimentos e frustração nos professores dos dois cursos que têm encontrado dificuldades em se inserir em pós-graduações stricto-sensu e em se dedicar aos componentes sob suas responsabilidades. Ademais, ambos os cursos tem sido prejudicados pois o quadro docente não tem conseguido ocupar os espaços sociais e sanitários demandados pela gestão pública e pela sociedade, o que prejudica fortemente a inserção dos futuros egressos de ambos os cursos. Os problemas mencionados foram apresentados como argumento para a suspensão da entrada de alunos no BIS nos próximos processos seletivos da UFOPA. Em seguida a coordenadora do BIS explanou sobre a importância do curso apresentando os seguintes contrapontos: O BIS é um curso que oferece uma formação rápida na área da saúde que dura de cinco a seis semestres dependendo do turno cursado; o curso tem atendido uma demanda de qualificação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), técnicos e outros profissionais de saúde do SUS; o curso oportuniza a continuidade da formação de trabalhadores; possui uma função social de inclusão de população de baixa renda; possibilita uma formação mais humanística junto aos BPs; e possui grade curricular flexível que oportuniza maior autonomia aos discentes. Diante dos argumentos apresentados pela



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
16/05/2023

coordenadora, a mesma indicou a necessidade de suspensão do curso de BIS na falta da contratação de mais docentes para compor o quadro do BIS e do BSC. Também explicou que nenhum discente matriculado no BIS ou ingressante da turma 2023 será prejudicado com a suspensão, garantindo a oferta dos componentes necessários para a conclusão do curso até que o último discente vinculado esteja formado. Foi informado que as possibilidades de mobilidade interna seriam verificadas para receber os discentes que quisessem migrar de curso. Posterior a esta fala, foi a vez da coordenadora do Bacharelado em Saúde Coletiva, Juliana, apresentar as mudanças no curso a partir da suspensão do BIS. A fala iniciou-se ressaltando a importância da lógica de formação do BIS para qualquer área da saúde, visto seus benefícios em proporcionar uma formação interdisciplinar, generalista, por permitir o contato dos alunos com a prática desde os primeiros períodos, pelas habilidades múltiplas desenvolvidas, por seu corpo docente interdisciplinar e um resultado direto no fortalecimento do SUS. Destacou-se os desafios do BSC em três perspectivas: gerais, relacionados aos discentes e aos servidores. Quanto aos aspectos gerais: Falta de inserção do egresso da saúde coletiva na residência multiprofissional e no mestrado do ISCO; dificuldade de inserção no mercado de trabalho local e nacional; necessidade de reafirmação do curso e discussão do papel do sanitarista junto aos campos de estágio; Desafios nacionais de qualificação e consolidação do curso e da profissão. Quanto aos aspectos relacionados aos discentes: Pequena progressão do BIS para o BSC; Turmas e matérias com poucos alunos, gerando evasão ou não formação de turmas; Dos alunos que progridem, mas parte deles não continuam cursando de fato ou conciliam com pós graduações; Poucos alunos formados; Estágios precisam ocorrer prioritariamente de dia, dificultando quem trabalha; No que se refere aos desafios de servidores, os mesmos docentes que são vinculados ao BIS são responsáveis por ministrar componentes obrigatórios e optativos do BSC, além de não termos preceptores para estágio, a não ser a parceria de alguns profissionais da própria rede, mas com limitações de CH de acompanhamento. Logo, da CH total do curso de 3.215, 23% (740h) são de estágios obrigatórios supervisionados, cujo os professores também são responsáveis sem preceptoria. AO mesmo tempo, a CH



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
16/05/2023

docente tanto de estágio como de disciplinas teóricas é “ocupada” com turmas pequenas; e há uma alta CH com funções administrativas e sem função gratificada para o coordenador de curso: tudo no ISCO se divide por 3 cursos, quando 2 cursos são os mesmos docentes para titularidades e suplências. Foi exposto o cálculo que 10 docentes são responsáveis por todo o curso, considerando-se 1 prof. em exercício temporário e 1 professora com $\frac{1}{2}$ CH destinada a BIS/BSC. Logo $9,5 \text{ docentes} \times 150\text{h} = 1425\text{h}$. Somente no BSC, a CH exclusiva é de 1540h. Somando-se 2490h de BIS Integral + 2490h de BIS noturno + 1540h de BSC, o total é de 6520h, ou seja, uma defasagem de 5000 horas de ensino. Em discussões desde 2018 e oficinas de discussão, o NDE do BSC amadureceu a opção por entrada direta a partir de 2024, considerando-se o corpo docente atual. A partir de avaliações das turmas egressas, estamos reformulando o currículo, para uma oferta com ainda mais qualidade a formação e a defesa do SUS. A própria articulação com a rede municipal, estadual e até nacional demanda tempo e dedicação para maior inserção do nosso instituto como um todo. Estamos em fase de reformulação curricular do PPC do BSC, estruturando as disciplinas nos 3 eixos da abrasco: Ciências sociais e humanas; planejamento e gestão; e epidemiologia; estágios nos 3 eixos da DCN Saúde Coletiva: gestão em saúde, atenção à saúde, educação em saúde; inserção de temas/componentes importantes como: Imunização; Ciclos de vida; Programas de saúde; Administração de serviços de saúde; Saúde mental/Psicologia da saúde; e estudos morfofuncionais humanos. A fala se encerrou com algumas discussões: Propor extinção do BIS foi nossa primeira opção? Não. Entrada direta para o BSC vai resolver todos os problemas? Não. A interdisciplinaridade e a defesa do SUS passam a ser questionadas com a extinção do BIS? Não. Algum aluno que está cursando o BIS atualmente será prejudicado? Não. Proposta de mudança é para PSS 2024. O que acontece com quem está no BIS e quer progredir para o BSC? Fará da mesma forma (progressão) ou mobilidade interna UFOPA. Manter o BSC pode ampliar a inserção profissional dos egressos? Sim. Manter 9,5 docentes para o BSC reduzirá a sobrecarga de trabalho docente? Sim. O que a extinção do BIS traz de pontos positivos para o BSC? Fortalecimento e qualificação do BSC (ensino, pesquisa, extensão e administração). Um



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
16/05/2023

ponto de destaque ao fim da fala foi que a lógica de formação do bacharelado interdisciplinar não se perderá com a extinção do BIS, uma vez que a defesa do SUS e a interdisciplinaridade estão nos valores do grupo de docentes e na base também do curso de saúde coletiva. Diante dos argumentos apresentados pela coordenadora, a mesma indicou a necessidade de entrada direta no ENEM para o curso de BSC com 40 vagas, vinculado à suspensão do BIS, na falta da contratação de mais docentes para compor o quadro do BIS e do BSC.

A coordenação de farmácia, professora Rayanne Pereira deu seguimento às apresentações, enfatizando a reformulação curricular do PPC da farmácia, com suspensão do percurso acadêmico pelo BIS e entrada direta pela Farmácia. A formação do farmacêutica deve ser humanista, crítica, reflexiva e generalista. Deve pautar componentes curriculares teórico e prático

com retirada de disciplinas do BIS da matriz curricular

do 1º ciclo de formação e maior necessidade de acréscimo de disciplinas específicas da farmácia, não contempladas na versão atual do PPC. Na nova matriz curricular de Farmácia priorizamos aquilo que as Diretrizes Curriculares do Curso (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017)

Nas intervenções estudantis, a representação do BIS manifestou-se contrária a suspensão do BIS; a representação do BSC manifestou-se contrária a suspensão do BIS e a favor da entrada direta para o BSC; e a representação da farmácia manifestou-se a favor da suspensão do BIS, devido a defesa de uma redução importante dos componentes do BIS no currículo de farmácia. Algumas falas estudantis da sequência, apontaram para um descontentamento com a suspensão do BIS, visto as características de formação abrangente que ele proporciona e manifestaram-se favoráveis a reivindicações pela contratação de mais docentes. Houve manifestação de docentes apontando que: a importância do BIS é inquestionável, contudo, é inviável para o corpo docente que se tem; adoecimento coletivo por sobrecarga de trabalho; dificuldades de fazer ensino,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
 ATA – ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
 16/05/2023

pesquisa, extensão e administração com qualidade; docentes sempre com muita CH para não prejudicar os alunos; e tentativas frustradas junto a reitoria de resolver essa questão pelo menos desde 2019. Procedeu-se a votação na reunião. Por contraste visual, a deliberação foi de suspensão do BIS a partir de 2024, até que haja contratação de novos docentes. Sem mais, Annelise Rosenthal Figueiredo e Juliana Gagno Lima, lavram esta ata, assinada eletronicamente pela direção do Instituto de Saúde Coletiva e pelas coordenações dos cursos de Farmácia, Saúde Coletiva e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde seguida da lista de presença.

	MEMBROS	REPRESENTANTE	FREQUÊNCIA
	Waldiney Pires Moraes	Diretor Do Instituto de Saúde Coletiva	Presente
1	Rayanne Rocha Pereira	Coordenadora do Curso de Farmácia	Presente
6	Annelise Rosenthal Figueiredo	Coordenadora do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	Presente
7	Juliana Gagno Lima	Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva	Presente



Emitido em 19/07/2023

ATA Nº 47/2023 - ISCO (11.01.45)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/07/2023 21:18)

ANNELYSE ROSENTHAL FIGUEIREDO
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matrícula: ###092#9

(Assinado digitalmente em 19/07/2023 16:37)

JULIANA GAGNO LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matrícula: ###813#6

(Assinado digitalmente em 20/07/2023 16:17)

RAYANNE ROCHA PEREIRA
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matrícula: ###042#2

(Assinado digitalmente em 25/07/2023 18:57)

WALDINEY PIRES MORAES
DIRETOR
ISCO (11.01.45)
Matrícula: ###343#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: 47, ano: 2023, tipo: ATA, data de emissão: 19/07/2023 e o código de verificação: 62a48cae3e

ANEXO H – Ata de aprovação do PPC no Conselho do ISCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

1 **ATA DA 4º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO INTEGRADA COM A**
 2 **REUNIÃO ADMINISTRATIVA DO ISCO – 08.08.2023 e 11.08.2023**
 3 Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove
 4 horas, iniciou-se a quarta reunião ordinária do Conselho,
 5 excepcionalmente integrada com a reunião administrativa do
 6 Instituto de Saúde Coletiva, presidida pelo diretor Waldiney
 7 Pires Moraes com prosseguimento no dia onze de agosto de dois
 8 mil e vinte e três, às oito horas e meia, com a participação dos
 9 seguintes integrantes: Rayanne Rocha Pereira, Juliana Gagno
 10 Lima, Annelise Rosenthal Figueiredo, Alciene Viana, Líbia
 11 Daniele Oliveira Jaty, Rosa Helena Veras Mourão e Leida Aguiar.
 12 O presidente desejou as boas-vindas aos participantes e deu
 13 início a explanação dos seguintes informes: **1. Informe (prof.**
 14 **Waldiney):** A visita do Presidente Lula à Ufopa foi de muita
 15 relevância, pois deu visibilidade à universidade, porém lamentou
 16 não terem convidado ninguém da comunidade acadêmica do Isco para
 17 o momento no Abaré. **2. Informe (prof. Waldiney):** Para realização
 18 dos trabalhos inerentes à implantação do Curso de Medicina na
 19 Ufopa criou-se um GT institucional do qual participam alguns
 20 servidores do Isco. O GT atualmente está trabalhando na
 21 elaboração do PPC para submissão ao MEC. Foi autorizado vinte
 22 códigos de vagas para compor o quadro docente do curso. **3.**
 23 **Informes (profa. Juliana):** Foram selecionados os alunos que
 24 receberão a bolsa Ceanama e em breve os alunos serão recebidos
 25 no Isco. **4. Informes (profa. Juliana):** A Jornada Acadêmica da
 26 Ufopa 2023 ocorrerá no período de 11 a 16 de setembro. **5.**
 27 **Informes (profa. Juliana):** A Coordenação Acadêmica do Isco
 28 elaborou o cronograma de matrícula em TCC e atividades
 29 complementares que deverá ser seguido pelos cursos de graduação
 30 do Isco. **6. Informes (profa. Juliana):** Foi aprovado o Mestrado
 31 Profsaúde, porém foram apontadas algumas pendências na proposta
 32 que deverão ser sanadas. **7. Informes (profa. Annelise):** Ocorrerá
 33 no período de três a cinco de outubro, na Ufopa, a 1º
 34 Conferência de Extensão do Pará com apresentação de
 35 trabalhos. **8. Informes (profa. Annelise):** Renovação do Curso
 36 BIS junto ao MEC: Mesmo estando em processo de suspensão o Curso
 37 passará por regular avaliação até que a última turma esteja
 38 formada. **9. Informes (coord. técnica Alciene):** Os servidores
 39 Andresson e Daniele pediram baixa da responsabilidade técnica da
 40 FarmaUfopa. **10. Informes (administradora Leida):** Será publicado
 41 até vinte e quatro de agosto o edital do processo de seleção do
 42 docente que substituirá a professora Luana. Ressalta que o Plano
 43 do PSS foi enviado à CAP/Progep no mês de junho. **11. Informes**
 44 **(administradora Leida):** Foi publicado o edital do processo de
 45 seleção de estagiários para Isco, cujo período de inscrição é de
 46 sete a treze de agosto. **12. Informes (administradora Leida):** Foi
 47 publicada a Portaria de Encerramento do exercício financeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

48 2023, cujo prazo para envio à Proad de processo com solicitação
49 de emissão/reforço/anulação de notas de empenho, que serão
50 utilizados até o final do exercício de 2023. Para garantir a
51 eficiência na utilização do recurso, o Isco terá um prazo interno
52 anterior ao prazo limite estabelecido pela Proad. Após os
53 informes passou-se para os pontos de pauta: **1. Proposta de**
54 **realização de Workshop ministrado pelo professor Richard nos**
55 **dias 13 e 14 de novembro** - A docente Rosa apresentou a proposta
56 de realização de um workshop ministrado pelo professor Richard
57 nos dias 13 e 14 de novembro, para o qual as despesas com diárias
58 e passagens serão custeadas pelo próprio palestrante. O Isco,
59 através da coordenação técnica e docente Rosa Mourão, ficará com
60 a responsabilidade de elaborar a programação e providenciar as
61 questões logísticas do evento. **Aprovado por unanimidade.** **2.**
62 **Relatório de Suspensão do BIS** - Foi feita a leitura integral do
63 documento enviado em vinte e seis de julho de dois mil e vinte
64 e três para a Proen através do processo nº 23204.013222/2023-
65 04. **Aprovou-se por unanimidade o relatório.** **3. Declaração Ad**
66 **Referendum emitida pela presidente em exercício, Rayanne Rocha,**
67 **aprovando a versão atualizada do Projeto Político Pedagógico do**
68 **Curso BSC que foi enviada à Proen em vinte e seis de julho desse**
69 **ano** - Foi feita a leitura integral do documento. **Aprovado por**
70 **unanimidade.** **4. Declaração Ad Referendum emitida pela presidente**
71 **em exercício, Rayanne Rocha, aprovando a versão atualizada do**
72 **Projeto Político Pedagógico do Curso de Farmácia que foi enviada**
73 **à Proen em vinte e seis de julho desse ano** - Foi feita a leitura
74 integral do documento. **Aprovado por unanimidade.** **5. Apoio para**
75 **realização do II Simpósio de Atenção Primária em Saúde em**
76 **municípios rurais remotos** - A docente Juliana contextualizou o
77 intuito do simpósio que ocorrerá nos dias 29 e 30 de agosto com
78 programação aberta ao público e no dia 31 terá visita restrita
79 ao Abaré. Para o evento a docente solicitou aos conselheiros
80 apoio na logística e contratação de serviços através do contrato
81 gerenciado pelo Cerimonial, bem como ajuda financeira. **Acordou-**
82 **se que os Taes administrativos do Isco irão dar o suporte**
83 **cabível. Quanto ao aporte orçamentário, os Cursos BIS e BSC irão**
84 **utilizar orçamento próprio disponível, e após liquidação total**
85 **do orçamento dos cursos, se houver necessidade de orçamento para**
86 **outras despesas, a direção do Isco irá pleitear junto à Proplan.**
87 **6. Atualização do Plano de Capacitação e Qualificação dos**
88 **servidores docentes do Isco.** Apresentou-se o documento
89 atualizado com as seguintes alterações em relação a versão
90 anterior. 6.1. Docentes com Interesse à Licença para
91 Capacitação: Luana Lorena da Silva Rodrigues, janeiro de 2024.
92 6.2. Docentes com interesse à Licença Qualificação: Teógenes
93 Luiz Silva da Costa, novembro de 2023; Kariane Mendes Nunes e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

94 Gabriela Bianchi dos Santos, ambas para janeiro de 2024. Após
95 apreciação do documento, **aprovou-se por unanimidade.**
96 **7. Atualização do Plano de Capacitação e Qualificação dos**
97 **servidores técnicos do Isco.** Apresentou-se o documento
98 atualizado com as seguintes alterações em relação a versão
99 anterior. 7.1. Técnicos com Interesse à Licença para
100 Capacitação: Andresson Fernandes Pontes, setembro de 2023;
101 Taciane Sousa de Jesus, outubro de 2023, Leida Caldeira Aguiar,
102 novembro de 2023 e Alciene Ferreira da Silva Viana, janeiro de
103 2024. Após apreciação do documento, **aprovou-se por unanimidade.**
104 **8. Licença Qualificação da docente Gabriela Bianchi para**
105 **participação de Estágio Pós-Doutorado, a partir de janeiro de**
106 **2024.** Aprovado por unanimidade. **9. Licença Qualificação da**
107 **docente Kariane Mendes Nunes para participação de Estágio Pós-**
108 **Doutorado, a partir de janeiro de 2024, com direito a substituto.**
109 **Aprovado por unanimidade.** **10. Edital de auxílio Pró-Ensino dos**
110 **cursos BIS, BSC, Farmácia e Residência Multiprofissional.** Foi
111 apresentada uma minuta do edital. Informou-se que o edital
112 aproveitaria o parecer referencial da procuradoria jurídica da
113 Ufopa que respaldou o edital Pró-Ensino de outro curso. A
114 professora Rosa sugeriu a inclusão de uma documentação que
115 apresentasse a proposta para utilização do recurso como por
116 exemplo o plano de aula do docente que irá pleitear o recurso.
117 Após essa sugestão, abriu-se votação para a aprovação do edital.
118 **Aprovado por unanimidade.** Sem mais, a reunião foi encerrada às
119 onze horas do dia onze de agosto de dois mil e vinte e três, e
120 eu Leida Aguiar, redigi esta ata que será cadastrada via SIPAC
121 e posteriormente assinada eletronicamente pelos presentes nesta
122 reunião.

	MEMBROS	REPRESENTANTE	FREQUÊNCIA
1	Waldiney Pires Moraes	Diretor	Presente
2	Rayanne Rocha Pereira	Coordenadora do Curso de Bacharelado em Farmácia	Presente
3	Juliana Gagno Lima	Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva	Presente
4	Annelyse Rosenthal Figueiredo	Coordenadora do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	Presente
5	Rosa Veras Mourão	Coordenadora do PPPG REDE BIONORTE	Presente



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

6	Alciene Ferreira Viana	Coordenadora Técnica do Isco	Presente
7	Leida Aguiar	Representante técnico	Presente
8	Líbia Daniele Oliveira Jatý	Representante discente	Presente
9	Luana Lorena Rodrigues	Representante docente	Ausência justificada (licença maternidade)
10	Andréa Cardoso	Coordenadora da Residência	Ausência justificada (férias)



Emitido em 21/09/2023

ATA Nº 69/2023 - ISCO (11.01.45)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 08:28)

ALCIENE FERREIRA DA SILVA VIANA
TECNICO DE LABORATORIO AREA
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###118#2

(Assinado digitalmente em 26/09/2023 09:52)

ANNELYSE ROSENTHAL FIGUEIREDO
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###092#9

(Assinado digitalmente em 25/09/2023 21:17)

JULIANA GAGNO LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###813#6

(Assinado digitalmente em 23/09/2023 16:38)

LEIDA CALDEIRA AGUIAR
ADMINISTRADOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###174#7

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 11:17)

RAYANNE ROCHA PEREIRA
COORDENADOR DE CURSO
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###042#2

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 17:06)

ROSA HELENA VERAS MOURAO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###171#6

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 13:55)

WALDINEY PIRES MORAES
DIRETOR
ISCO (11.01.45)
Matricula: ###343#5

(Assinado digitalmente em 22/09/2023 12:07)

LIBIA DANIELE OLIVEIRA JATY
DISCENTE
Matricula: 2022#####4

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: 69, ano: 2023, tipo: ATA, data de emissão: 21/09/2023 e o código de verificação: 4ba45d44c7

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 01/2017 PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA (BSC) DO ISCO/UFOPA

A Resolução Nº01/2017 do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Universidade Federal do Pará (Ufopa) tem como objetivo fixar os critérios e orientações necessárias para integralização das atividades complementares. Esta instrução encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 27 de 2013 da Ufopa e do Regimento Geral de Graduação da Ufopa.

Art. 1º. – As Atividades Complementares são realizadas pelos estudantes durante o bacharelado, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos. O cumprimento das Atividades Complementares deverá obedecer a seguinte distribuição de atividades:

- I - Atividades de Ensino;
- II - Atividades de Pesquisa.
- III - Atividades de Extensão
- IV - Eventos Técnico-Científicos
- V - Atividades Culturais

§ 1º As atividades complementares devem ser cumpridas no 1º, 2º e 3º semestre, tendo o discente que entregar a documentação necessária para comprovação da carga horária em cada semestre.

Art. 2º. - A carga horária total mínima de Atividades Complementares no Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva é de 40 horas no 1º semestre, 30 horas no 2º semestre e 30 horas no 3º semestre.

Art. 3º. - O aluno deverá realizar pelo menos duas atividades complementares de diferentes atividades.

DO ENSINO

Art. 4º. - São caracterizadas como atividades de ensino:

- I - Monitoria de ensino (máximo de 20h horas por semestre)
- II - Disciplinas de áreas afins do Bacharelado em Saúde Coletiva (disciplinas optativas de áreas afins e que possam acrescentar o conhecimento na área de saúde) (máximo de 20h horas por semestre);
- IV - Cursos e Minicursos na área em áreas afins do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (máximo de 20h horas por semestre);
- V – Cursos de língua estrangeira (máximo de 20 horas por semestre).

DA PESQUISA

Art. 5º. - São consideradas atividades de pesquisa:

I - Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário (máximo de 20h horas por semestre);

DA EXTENSÃO

Art. 6º. - São consideradas atividades de extensão:

I - Participação em projeto de extensão como bolsista ou voluntário (máximo de 20h horas por semestre).

DOS EVENTOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Art. 7º. - A participação em eventos técnico-científicos garante um aproveitamento de até 30 horas/semestre, obedecendo as seguintes características:

I - Evento local na atividade de organização (até 20 horas).

II - Evento local na condição de ouvinte (até 10 horas).

III - Evento local na condição de expositor (até 15 horas).

IV - Evento regional na condição de ouvinte (até 20 horas).

V - Evento regional na condição de expositor (até 25 horas).

VI - Evento nacional na condição de ouvinte (até 25 horas).

VII - Evento nacional na condição de expositor (até 30 horas).

VIII - Evento internacional na condição de ouvinte (até 30 horas).

IX - Evento internacional na condição de expositor (até 30 horas).

X - Publicações locais (até 15 horas).

XI - Publicações regionais (até 25 horas).

XII - Publicações nacionais (até 30 horas).

XIII - Publicações internacionais (35 horas).

XIV - Palestras ministradas (até 10 horas).

XV - Representação em entidades de classe e órgão colegiados (até 5 horas)

XVI - Aprovação de Trabalhos Completo em Congresso local (até 08 horas)

XVII - Aprovação de Trabalho Resumo em Congresso local (até 04 horas)

XVIII - Aprovação de Trabalhos Completo em Congresso regional (até 10 horas)

XIX - Aprovação de Trabalho Resumo em Congresso local (até 06 horas)

XX - Aprovação de trabalho completo em congresso nacional/internacional (15 e 20 horas respectivamente)

XXI - Aprovação de trabalho resumo em congresso nacional/internacional (até 10 h/aula)

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. - O registro das atividades complementares deverá ser requerido pelo discente, na Coordenação Acadêmica do ISCO. Posteriormente os documentos serão repassados pelo orientador de atividades complementares para avaliação.

Art. 9º. - A cada semestre será definido pelo Coordenador do Programa um Professor Orientador de Atividades Complementares com carga horária de até 30 horas semestrais, cujas atribuições são as seguintes:

I – Orientação do Regulamento de Atividades Complementares para os alunos

II – Divulgação ao longo de cada semestre letivo das atividades complementares a serem oferecidas aos discentes pela Instituição, bem como aquelas a serem oferecidas por outras instituições.

III – Validação das comprovações de atividades complementares dos discentes ao final do semestre.

Art. 10º. - Os casos omissos e supervenientes serão analisados e decididos pelo NDE do BSC.

Instrução Normativa Aprovada em Reunião do Núcleo Docente Estruturante do BSC

ANEXO J

RESOLUÇÃO Nº 02/2017 PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA (BSC) DO ISCO/UFOPA

A Regulamentação Nº 02/2015 do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) tem como objetivo fixar os critérios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do BSC. Esta instrução encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 27 de 2013 da Ufopa e do Regimento Geral de Graduação da Ufopa.

CAPÍTULO I DO CONCEITO, DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um trabalho elaborado pelo aluno, orientado por um docente e que apresenta as seguintes características:

- a) É um trabalho escrito, sistemático e completo, podendo ter três formas: Monografia elaborada e apresentada dentro de normas técnico-científicas da UFOPA; Artigo submetido para publicação em revista indexada; Artigo aceito para publicação em revista indexada;
- b) Aborda um tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- c) É um estudo pormenorizado e exaustivo;
- d) Seu resultado deve ser uma contribuição à ciência e sociedade.

Parágrafo 1: O TCC do ISCO, desenvolvido sob a forma de monografia, está definido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 2: Entrega de TCC na forma de artigo submetido a revista indexada tendo como anexo escopo e normas da revista. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: o artigo escrito, a apresentação e a arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 3: Entrega de TCC na forma de artigo aceito para publicação ou publicado em revista indexada. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: apresentação e arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 4: Quando o aluno que, em conjunto com seu orientador, optarem por desenvolver o TCC em forma de artigo, como disposto nos parágrafos 2 e 3, deverão ao realizar o depósito do TCC, entregar as cartas de submissão ou aceite do artigo.

I - O aluno deverá obrigatoriamente figurar como um dos autores. Cada artigo só poderá ser utilizado como TCC, de forma individual ou em dupla, uma única vez, sendo respeitada a ordem crescente de autoria.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tem como princípios e finalidades:

- I. Contribuir para o desenvolvimento da produção filosófica, científica, tecnológica, artística e/ou social.
- II. Ser parte das soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento da Instituição e da região de abrangência da UFOPA;
- III. Fomentar a iniciação à pesquisa;
- IV. Enriquecer e aprofundar a produção científica.

Art. 3º - Estão dentre os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:

- I. Oportunizar ao aluno a participação em atividades de iniciação à pesquisa;
- II. Estimular o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual ou coletiva;
- III. Aprimorar a capacidade de interpretação crítica;
- IV. Desenvolver a capacidade de aplicação dos conhecimentos filosóficos, científicos, tecnológicos, artísticos e sociais adquiridos durante o curso de forma integrada.
- V. Desenvolver a capacidade de identificar, analisar e implementar abordagens e soluções para problemas sociais, naturais e/ou tecnológicos;
- VI. Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;
- VII. Promover o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, propondo melhoria dos problemas identificados;
- VIII. Propiciar experiências ao corpo docente do Curso, através das orientações temáticas e do trato com a metodologia do trabalho científico.

CAPÍTULO II DA OBRIGATORIEDADE

Art. 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, independente da denominação utilizada, é componente curricular obrigatório e integra a matriz curricular do curso.

Parágrafo único: O TCC realizar-se-á em um dos campos do conhecimento do curso, com base em proposta do discente, com a concordância do seu orientador (Art. 158 da Resolução Nº177 de 20 de janeiro de 2017 da UFOPA).

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC o aluno deverá estar regularmente matriculado na atividade de TCC2 e ter sido aprovado na disciplina TCC1, quando houver.

Parágrafo único: Constitui-se em base de fundamentação e instrumentalização, para o bom desenvolvimento do TCC, outras disciplinas, tais como: Metodologia da Pesquisa, Bioestatística e Interação na Base Real.

Art. 6º - O TCC poderá ser desenvolvido de forma individual ou em dupla.

Parágrafo único: Os TCCs serão apresentados em momento específico dentro do calendário acadêmico do ISCO na semana seguinte após a data de realização das provas substitutivas.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º - A estrutura organizacional do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dos Cursos de Graduação do ISCO é composta de:

- I** – Comissão de TCC
- II** – Coordenador de Curso
- III** – Professor da disciplina TCC1
- IV** – Coordenador de TCC2
- V** – Professor Orientador e Co-orientador
- VI** – Coordenação Acadêmica
- VII** – Discente

SEÇÃO I DA COMISSÃO DE TCC

Art. 8º - Compete à Comissão de TCC:

I. Elaborar e atualizar o Regulamento para construção de TCC1 e TCC2 e submeter à aprovação do Conselho do ISCO.

Parágrafo Único: A comissão de TCC será formada pelos coordenadores dos cursos do ISCO, por 01 docente e 01 discente de cada curso do ISCO e por 01 técnico administrativo, a partir de Portaria concedida pela Direção do ISCO, com vigência de 02 anos.

SEÇÃO II DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 9º - Para a realização do TCC, a Coordenação de Curso terá as seguintes atribuições:

I. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento e o que estabelece o Projeto Pedagógico do respectivo

Curso.

II. Acompanhar o Professor da Disciplina de TCC1 e atividade de TCC2, visando o pleno desenvolvimento de todas as etapas de atividades.

III. Fornecer lista de professores com disponibilidade para orientação para o Professor da disciplina TCC1.

IV. Assinar declaração de participação aos Professores Orientadores e arguidores das Bancas Examinadoras do TCC2.

SEÇÃO III DO PROFESSOR DA DISCIPLINA TCC1

Art. 10º – Compete ao Professor da Disciplina de TCC1:

I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na disciplina de TCC1 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.

II. Disponibilizar para os alunos o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I).

III. Estabelecer cronograma com o período de entrega do projeto de TCC1 pelos alunos, bem como a apresentação em banca, informando à Coordenação do Curso para os encaminhamentos que se fizerem necessário;

IV. Encaminhar para a Coordenação do Curso, a lista de Professores Orientadores e seus respectivos alunos vinculados;

V. Lançar e consolidar no SIGAA a nota da disciplina de TCC1.

SEÇÃO IV DO COORDENADOR DE TCC2

Art. 11º – Compete ao Coordenador de TCC2:

I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na atividade de TCC2 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.

II. Disponibilizar aos Professores Orientadores, os documentos necessários para a realização do TCC2 ao longo do semestre (Anexos II ao VIII);

III. Estabelecer calendário de defesa de TCC com os orientadores, informando a Coordenação Acadêmica para publicação e demais encaminhamentos que se fizerem necessários;

IV. Disponibilizar aos Professores Orientadores, no dia da defesa de TCC, os documentos necessários para a realização da defesa (Anexos IX e X);

V. Imediatamente após a defesa de TCC, receber dos Professores Orientadores os documentos IX e X preenchidos, e entregar à Coordenação Acadêmica para arquivo.

VI. Entregar para Banca Examinadora, após as defesas, a Declaração de Participação (Anexo XI), assinada pelo (a) Coordenador (a) de Curso.

SEÇÃO V

DO PROFESSOR ORIENTADOR E CO-ORIENTADOR

Art. 12º - No desenvolvimento do TCC, o aluno conta obrigatoriamente com um Professor Orientador, preferencialmente do curso, mas obrigatoriamente pertencente ao quadro docente da UFOPA.

Art. 13º – Quando identificada a necessidade de co-orientador, cabe aprovação por parte do professor orientador.

Parágrafo Único: O professor Orientador deverá encaminhar o Aceite de co-orientação de TCC (Anexo III) assinado para o Coordenador de TCC 2.

Art. 14º – Compete ao Professor Orientador:

- I. Disponibilizar horário semanal de atendimento ao orientando;
- II. Definir com o aluno o cronograma de orientação;
- III. Orientar e acompanhar o aluno na construção e desenvolvimento do TCC1 e TCC2;
- IV. Orientar o número máximo de 05 orientações ou de acordo com sua disponibilidade, desde que seja justificado e formalizado via documento encaminhado ao Colegiado do curso;
- V. Avaliar o TCC, bem como sugerir adequações, quando for o caso;
- VI. Assinar o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I) e entregar ao aluno;
- VII. Encaminhar a composição das Bancas Examinadoras juntamente com o aceite de participação dos membros da banca (Anexo IV e V) para o Coordenador de TCC2.
- VIII. Entregar o Termo de Anuência para defesa de TCC (Anexo VI) para o discente;
- IX. Remeter uma cópia do projeto ou TCC para cada membro da Banca Examinadora, juntamente com Ficha de Avaliação;
- X. Imediatamente após a defesa de TCC, entregar ao Coordenador de TCC2, os documentos preenchidos, disponibilizados no item IV do artigo 11º.
- XI. Emitir parecer favorável ao depósito final do TCC após ajustes sugeridos pela banca de defesa de TCC (Anexo VII e VIII);
- XII. Lançar e consolidar no SIGAA a nota do TCC 2.

SEÇÃO VI

DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Art 15º - Em relação ao TCC, são atribuições da Coordenação Acadêmica:

- I. Receber dos alunos o Termo de Compromisso de Orientação de TCC (Anexo I) e realizar a

matrícula dos alunos na atividade de TCC2.

II. Encaminhar os Termos de Compromisso de Orientação de TCC assinados para o Coordenador de TCC2.

III. Providenciar todo o aparato logístico necessário para a realização das defesas dos TCCs.

IV. Receber do Coordenador de TCC2 os documentos após a defesa do TCC e arquivá-los.

V. Receber do Aluno, 15 dias após a defesa de TCC, a versão final atualizada em CD para envio à biblioteca.

SEÇÃO VII

DO DISCENTE

Art. 16º – São atribuições do discente:

I. Tomar conhecimento e cumprir o que estabelece este Regulamento;

II. Entregar o Termo de Compromisso de Orientação assinado pelo Professor Orientador à Coordenação Acadêmica no ato da matrícula da atividade de TCC2;

III. Cumprir o cronograma de orientação definido pelo Professor Orientador;

IV. Apresentar ao Professor Orientador, para análise e orientação, seu Projeto de TCC e TCC;

V. Executar o projeto proposto, aprovado pela banca de qualificação da disciplina TCC1 e discutir com o Professor Orientador, dentro do cronograma previsto;

VI. Entregar ao Professor da Disciplina de TCC1, o projeto de TCC, dentro das especificações contidas deste regulamento, em formato digital PDF e DOCX, até a data prevista no cronograma;

VII. Entregar ao Coordenador de TCC2 o Termo de Anuência para defesa do TCC (anexo VI) juntamente com a versão digital do TCC para a defesa.

VIII. Apresentar o projeto de TCC ou TCC para a Banca Examinadora, em data estipulada;

IX. Entregar, após aprovação de defesa de TCC, uma cópia digitalizada da versão final do trabalho corrigido em formato PDF e DOCX em CD, juntamente com o Termo de Depósito Final de TCC (anexo VII) e a certidão de aptidão à certificação (anexo VIII) à coordenação acadêmica, em até 15 dias após a defesa.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17º – A avaliação do TCC tem como referência o desempenho, a produção científica e elaboração final do TCC pelo aluno.

Art. 18º – O TCC, em regra é individual, podendo ser realizado em dupla, sendo que a nota final da avaliação é individual e tem como base as médias das notas da Banca Examinadora (Anexo X).

Art. 19º – O detalhamento e os procedimentos para obtenção da nota final serão estabelecidos neste regimento conforme anexo X.

Art. 20º – As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Parágrafo 1 – A banca examinadora do TCC1 será composta pelo professor da disciplina e um professor da área de conhecimento do tema do trabalho.

Parágrafo 2 – A titulação mínima dos membros de bancas examinadoras de TCC2 deve ser ESPECIALISTA.

Parágrafo 3 – Não é permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Parágrafo 4 – É permitido a participação de apenas 01 (um) membro externo à UFOPA nas Bancas Examinadoras de TCC2.

Art. 21º – As formas de apresentação e avaliação dos TCC são estabelecidas neste regulamento, cumprindo o disposto nas disciplinas de TCC1 e atividade de TCC2.

Parágrafo Único: Será concedido o tempo mínimo de 15 e máximo de 20 minutos para exposição oral do TCC e 30 minutos para arguição da banca examinadora.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º – Trabalhos de pesquisa que estiverem vinculados a bolsas de iniciação científica da própria instituição ou de instituições de fomento à pesquisa poderão ser considerados como TCC, quando não infringirem os artigos deste Regulamento.

Art. 23º – Em caso de trabalhos experimentais, que envolvam seres vivos ou qualquer tipo de risco ao ambiente, a outrem ou ao próprio aluno, é imprescindível aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 24º – À Universidade Federal do Oeste do Pará são reservados direitos co-autorais dos TCCs que resultarem em inovação tecnológica, que justifique a solicitação de patente, conforme legislação em vigor.

Art. 25º – Não haverá, a qualquer título ou pretexto, aproveitamento ou dispensa da disciplina de TCC1 e da atividade de TCC2, pelo seu caráter de componente único e obrigatório para a integralização do curso.

Art. 26º – As questões omissas no presente Regulamento e no Projeto Pedagógico do Curso serão dirimidas pela Comissão de TCC, em casos necessários poderão ser levadas ao Conselho do ISCO para encaminhamentos e resoluções.

Art. 27º – Os TCCs deverão preferencialmente estar vinculados aos grupos de Pesquisa da UFOPA.

Art. 28º - Uma das vias digitais do TCC ficará arquivada na pasta do aluno na Coordenação Acadêmica juntamente com a documentação de avaliação, e a outra via digital ficará arquivada na biblioteca, cabendo a Coordenação Acadêmica os encaminhamentos necessários.

**Regulamentação Aprovada em Reunião do Núcleo Docente Estruturante do BSC em
19/09/2017.**

ANEXO L – REGIMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DO ISCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENADORIA GERAL DE ESTÁGIOS**

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO ISCO

Dispõe sobre os estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios do Instituto de Saúde Coletiva.

Considerando a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regulamento do Ensino de Graduação, bem como a Instrução Normativa 006 de 10 de novembro de 2010 da Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará, a Coordenadoria de Estágio do Isco estabelece o regulamento que rege os estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios, ficando estabelecido:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação do Isco obedecerá aos seguintes princípios:

- I – a aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional;
- II – efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho, permitindo a percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica;
- III - a autonomia intelectual pela aproximação entre a vida estudantil e a vida profissional;
- IV – o desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira profissional;
- V – fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º Para os fins deste Regulamento considera-se Estágio Supervisionado um conjunto de atividades técnico-científicas realizadas em ambiente de trabalho com o objetivo de capacitar o discente para o trabalho profissional na sua área de formação.

Art. 2º O Estágio Supervisionado deve constituir-se de atividades de formação teórico-prática orientada e supervisionada, de modo a promover o desenvolvimento de habilidades e competências

básicas, gerais e específicas, bem como de atitudes formativas para o exercício profissional socialmente comprometido.

Art. 3º O Estágio Supervisionado caracteriza-se como atividade curricular específica, que se articula com os demais componentes curriculares, integrando a formação do discente, nos termos previstos no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E MODALIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Supervisionado no Isco pode ser obrigatório e não obrigatório.

§ 1º O Estágio Supervisionado obrigatório constitui-se em uma atividade curricular, com carga horária própria, cujo cumprimento é requisito para a integralização do Curso, conforme definido no respectivo Projeto Pedagógico.

§ 2º O Estágio Supervisionado não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, podendo ser acrescida à carga horária nas atividades complementares, desde que esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º Caberá aos Órgãos Colegiados das Subunidades competentes estabelecer os critérios de aproveitamento do Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório.

Art. 2º O Estágio Supervisionado obrigatório deve estar objetivamente descrito no Projeto Pedagógico do Curso, articulado com seus princípios e objetivos, em conformidade com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e legislação institucional.

Art. 3º Para a realização do Estágio Supervisionado obrigatório o discente deve estar devidamente matriculado nessa atividade curricular e atender aos requisitos previstos neste Regulamento e nas normas específicas do Curso.

Parágrafo único - O aluno poderá se matricular no estágio curricular obrigatório em semestres diferentes ou de maneira concentrada em apenas um semestre, conforme previsão nos PPCs de cada curso, desde que não prejudique suas atividades acadêmicas.

Art. 4º A jornada do estágio, respeitando a legislação em vigor, deve ser compatível com o horário escolar do estagiário e constará no termo de compromisso, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 5º O Estágio Supervisionado obrigatório contará com a participação docente de duas formas:

- I** – mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento individual do discente estagiário.
- II** – mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento simultâneo de um grupo de discentes estagiários.

Art. 6º A realização do Estágio Supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, pode acontecer em âmbito interno e/ou externo à Ufopa.

CAPÍTULO IV

DOS CONCEDENTES DE ESTÁGIO

Art. 1º Podem ser Concedentes de Estágio as Unidades da Ufopa, as Instituições e Entidades públicas e privadas, organizações não governamentais, profissionais liberais autônomos devidamente registrados em seus Conselhos de Classe na forma da Lei.

Parágrafo único - Os Concedentes de Estágio devem satisfazer as seguintes condições:

- I** – proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário compatíveis as previstas no termo de compromisso;
- II** – dispor de profissional da área para assumir a supervisão técnica do estágio, quando for o caso;
- III** – acatar os procedimentos didáticos de planejamento, supervisão e avaliação do estágio.

Art. 2º A Ufopa firmará convênio com as entidades externas concedentes de Estágio Supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, estabelecendo as condições de sua realização, ouvidas as Subunidades e Unidades interessadas e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen).

Parágrafo Único. Do instrumento legal referido no *caput* deste artigo deverá constar:

- I** – os cursos de graduação que podem ser contemplados com estágio;
- II** – a definição da carga horária a ser cumprida pelo estagiário;
- III** – a obrigatoriedade da entidade conveniada de designar Supervisor para a área de formação do estagiário, quando couber, respeitando-se especificidades da instituição ou profissional concedente;
- IV** – as condições para a realização da supervisão por parte da Ufopa;

V – o prazo de validade do convênio, que não pode ser inferior a um e nem superior a cinco anos;

VI – a obrigatoriedade de seguro em favor do estagiário.

Art. 3º Para a efetivação do Estágio, obrigatório ou não obrigatório, as partes envolvidas firmarão previamente um Termo de Compromisso.

§1º Para o Estágio externo à Ufopa, obrigatório ou não obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser firmado entre a Instituição de Ensino, o discente e a Concedente, com a designação do Docente Supervisor e do Supervisor da Concedente, quando couber.

§ 2º A realização do Estágio deverá obedecer ao Plano de Atividades do Estágio que acompanhará o Termo de Compromisso.

Art. 4º O estagiário deve ser incluído em apólice de seguro contra acidentes pessoais, antes de iniciar o Estágio, e informado o número da apólice no termo de compromisso.

§ 1º Caberá à Concedente do Estágio não obrigatório a responsabilidade pelo seguro.

§ 2º Para o Estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro será assumida pela Ufopa e, alternativamente, pela instituição concedente, ou em último caso pela contratação do próprio aluno se este estiver em acordo.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO (NE)

Art. 1º Composição do NE:

§ 1º O Núcleo de Estágio será constituído por:

I - Diretor do Instituto;

II - Um representante da Coordenadoria dos Programas do Isco;

III – Componentes da Comissão do Núcleo de Estágio.

§ 2º Os membros da Comissão do Núcleo de Estágio serão representantes dos Cursos do ISCO e deverão ser indicados pelo Diretor do Instituto.

§ 3º Compete ao NE:

I – Divulgar as oportunidades de estágio;

II – Orientar sobre o cadastro de estágio não obrigatório na Diretoria de Ensino/Proen;

III – Orientar o encaminhamento do discente para o estágio obrigatório através de documentação específica;

- IV** – Indicar à Diretoria de Ensino/Proen e manter atualizado a relação de instituições como campo de estágio;
- V** – Informar à Diretoria de Ensino/Proen professor orientador para estágio não obrigatório;
- VI** – Elaborar as normas de estágio que atendam as especificidades dos Programas do Instituto, respeitando o que dispõe a legislação em vigor e a instrução normativa Nº 006/2010 da Ufopa;
- VII** – Acompanhar o cumprimento dos convênios;
- VIII** – Celebrar termo de compromisso com o discente em estágio obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação do estudante e ao horário e calendário acadêmico;
- IX** – Proceder ao levantamento de interesse e necessidades dos cursos em relação a campos de estágio e informar à Diretoria de Ensino/Proen;
- X** – Participar, juntamente com a Diretoria de Ensino/Proen de avaliações dos estágios.

Art. 2º Compete ao Docente Responsável pela disciplina:

- I** - Avaliar a execução do Plano de Atividades do Estágio;
- II** - Avaliar o desempenho do discente estagiário em conformidade com o Plano de Atividades;
- III** - Encaminhar à Coordenação de Estágio os Relatórios de Atividades do estagiário semestral ou anualmente, conforme definido pelo Órgão Colegiado.

Art.3º Compete ao Docente Orientador de estágio:

- I** – Fazer o Plano de Atividades de Estágio
- II** – Acompanhar o discente in loco;
- III** – Elaborar parecer sobre estágio ao final do período.

Art. 4º O Supervisor designado pela Concedente, deverá:

- I** - Acompanhar e avaliar o estagiário de acordo com o Plano de Atividades;
- II** - Subsidiar o Docente Supervisor na avaliação do estagiário.

Art. 5º A avaliação do desempenho do estagiário deve considerar no mínimo os seguintes critérios:

- I** - Frequência às atividades do Estágio;
- II**- Cumprimento do Plano de Atividades;
- III** - Relatório semestral ou anual das atividades desenvolvidas no Estágio.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 1º O discente do Isco, candidato a estágio deve:

- I** - Estar regularmente matriculado na Ufopa;
- II** - Estar cadastrado no sistema de Cadastro da Diretoria de Ensino/Proen;
- III** - Possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes;
- IV** - Dedicar às atividades acadêmicas e do estágio;
- V** - Cumprir a programação de estágio estabelecida e ser avaliado sobre seu desempenho a qualquer tempo quando solicitado;
- VI** - Obedecer às normas internas da Unidade Concedente;
- VII** - Comunicar à Unidade Concedente e ou Instituição de Ensino, a conclusão, interrupção ou modificação do Termo de Compromisso, bem como fatores de interesses ao andamento do estágio;
- VIII** - Informar de imediato e por escrito à unidade concedente qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula da Instituição de Ensino, arcando com quaisquer ônus pela ausência dessa informação;
- IX** - Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso, a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- X** - Apresentar relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos pela Coordenadoria Geral de Estágio da Ufopa e pelo manual de estágio do NE do Isco, referente ao curso;
- XI** - Manter atualizado seu endereço eletrônico e demais dados cadastrais junto a Secretaria Acadêmica do seu curso, para efeito de acompanhamento do estágio.

Parágrafo Único - Constituem-se motivos para a o desligamento do estagiário do seu campo de estágio:

- a)** Pelo término do período estabelecido no Termo de Compromisso;
- b)** Conclusão ou abandono do curso, caracterizado pela não renovação ou trancamento de matrícula, ou, ainda, inassiduidade ao curso com frequência inferior a 75 %;
- c)** Pelo descumprimento de quaisquer obrigações constante no Termo de Compromisso, deste regulamento;
- d)** Efetivação no quadro de empregados da Unidade Concedente.
- e)** A pedido do estagiário.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 1º Os estágios desenvolvidos dentro de programas de mobilidade acadêmica, no país ou no exterior, deverão ser comprovados com a especificação das atividades realizadas para fins de aproveitamento de estudos.

Parágrafo Único – Caberá à Coordenação do Estágio pertinente proceder à avaliação do Estágio realizado.

Art. 2º Todos os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo NE.

O presente regulamento foi aprovado pelo Conselho do Isco em 18/12/2015

ANEXO M – ENTIDADES EM REGIME DE CONVÊNIO COM A UFOPA

CONVÊNIOS PARA ESTÁGIOS DE ALUNOS – INSTITUIÇÃO/EMPRESA						
Nº	INSTITUIÇÃO/ EMPRESA	PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		ENDEREÇO
001	AÇÃO SOCIAL SOCIEDADE BENEFICIENTE SANTO ANTÔNIO – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO (ALENQUER)	23204.008434/2019-85	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/08/2019	12/08/2024	Rua Doutor Pedro Vicente, nº 1146, Bairro: Centro. CEP: 68200-000. Alenquer – Pará.
002	AGENDA PÚBLICA – AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	23204.011545/2017-15	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	10/01/2018	10/01/2023	Sede: Rua Paes Leme, nº 215, conjunto 1501/1502. Bairro: Pinheiros. CEP: 05424-150. Estado de São Paulo – SP.
003	ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA	23204.010251/2015-04	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/01/2016	11/01/2021	Sede: LG Enseada do Lago Grande de Juruti, S/N, Porto Capiranga, CEP: 68170-000. Juruti-PA.
004	ALGIMI FLORESTAL INDÚSTRIA DE PISOS DE MADEIRAS LTDA	23204.008186/2019-72	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	23/07/2019	23/07/2024	Rodovia Santarém Curua Uma, S/N, KM 05, Bairro: Urumari. CEP: 68020-650. Santarém – Pará.
005	A. SOUSA DE ALMEIDA CURSOS – CENAT CURSOS E TREINAMENTOS	23204.009489/2019-11	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão mútua de estágio curricular obrigatório aos estudantes matriculados nas instituições.	26/08/2019	26/08/2024	Avenida Mendonça Furtado, nº 1399 – Terreo. Bairro: Santa Clara. CEP: 6805-258. Santarém – Pará.
006	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MENINO JESUS – AAMJ	23204.001788/2019-07	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/05/2019	24/05/2024	Avenida Dom Floriano, nº 838, Bairro de Lourdes, CEP: 68250-000. Óbidos – Pará.
007	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE	23204.003365/2019-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	29/04/2019	29/04/2024	Rua 24 de Outubro, nº 2668, CEP: 68040-010. Santarém-PA.
008	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL / UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA – CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM – CEULS/ULBRA	23204.000803/2019-91	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão mútua de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes matriculados nas instituições.	18/02/2019	18/02/2024	Av. Sérgio Luiz Hein, Nº 1787 bairro: Nova República CEP: 68025-000. Santarém – Pará
009	ASSOCIAÇÃO SANTARENA DE ESTUDOS E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DA AMAZÔNIA – SEARA	23204.006743/2015-97	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	26/11/2015	26/11/2020	Rua das Nações Unidas, nº 114 - B, bairro Santana, CEP 68010-320, Santarém-PA.
010	B. DE F. CANAVARRO & CIA LTDA // EKILIBRE AMAZÔNIA	23204.014953/2018-58	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/12/2018	04/12/2023	Rua Turiano Meira, nº 238. Bairro/Distrito: Alter do Chão. Santarém – Pará.

011	B. M. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	23204.002083/2018-94	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/03/2018	20/03/2023	Avenida Presidente Vargas, nº 4597 – ALTOS, Bairro: Caranazal. CEP: 68040-060. Santarém – Pará.
012	BETTER NATURE RESEARCH CENTER LTDA	23204.007598/2019-95	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	02/08/2019	02/08/2024	Avenida Francisco dos Reis Figueiredo, nº 107. Bairro: Condomínio das Goiabeiras. CEP: 37200-000. Lavras – Minas Gerais.
013	CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE - CETENE	23204.001457/2017-05	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente, na modalidade de estágio obrigatório.	11/04/2017	11/04/2022	Avenida Prof. Luiz Freire, 01, Cidade Universitária, CEP: 50740-545. Recife – PE.
014	COLÉGIO BATISTA DE SANTARÉM – SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO SÓSTENES PEREIRA DE BARROS	23204.009252/2019-21	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	28/08/2019	28/08/2024	Avenida Mendonça Furtado, nº 1779. Bairro: Santa Clara. CEP: 680005-100. Santarém – Pará.
015	COLÉGIO DOM AMANDO – SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ	23204.000863/2017-42	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	17/02/2017	17/02/2022	Praça Barão de Santarém, nº 01, bairro Prainha, CEP: 68005-530. Santarém-PA.
016	COMÉRCIO DE ARTEFATOS CERÂMICOS MACÊDO LTDA	23204.012600/2017-86	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/12/2017	04/12/2022	Rua Iara, s/n, esquina com Rua Caranan. Bairro: Floresta. CEP: 68043-420. Santarém – Pará.
017	CONSTRUTORA NORTE DO TAPAJÓS LTDA	23204.001367/2017-14	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/02/2017	17/02/2022	Rodovia Santarém Cuiabá, S/N, KM 05. Bairro: Matinha, CEP: 68030-090. Santarém – Pará.
018	CONSULTE PROJETOS AGRÍCOLAS LTDA – ME	23204.014452/2017-34	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/01/2018	24/01/2023	Travessa São Luis, nº 45, Bairro: Centro. CEP: 65970-000. Porto Franco – MA.
019	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JURUTI – COOFAJUR	23204.008435/2018-86	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	21/06/2018	21/06/2023	Rua Belém, nº 139, Bairro: Bom Pastor, CEP: 68170-000. Juruti – PA.
020	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE SANTARÉM /PA - COOPRUSAN	23204.001988/2018-40	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/03/2018	01/03/2023	Travessa Dalia, S/N, Esquina com Rua Magnólia. CEP: 68030-600. Bairro: Aeroporto Velho. Santarém – PA.
021	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	23204.004169/2018-32	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional, pela Defensoria Pública do Estado do Pará, a alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em relação aos cursos de Direito, Pedagogia e programas de ensino ministrados pela Instituição de Ensino.	22/02/2018	22/02/2023	Travessa Padre Prudêncio, nº 154. Bairro: Comércio. CEP: 66019-080. Belém – Pará.

022	DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA GUAMÁ TOCANTINS – DSEI/GUATOC	23204.015388/2018-50	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio Obrigatório na Concedente.	22/02/2019	22/02/2024	AV. Conselheiro Furtado, N° 1597 Bairro: Cremação CEP: 68040-100. Belém – Pará
023	DROGA PREMIUM LTDA	23204.007891/2018-30	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	13/08/2018	13/08/2023	Avenida Rui Barbosa, n° 2708, Sala A. Bairro: Centro. CEP: 68005-080. Santarém – PA.
024	EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA	23204.006543/2015-34	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	19/11/2015	19/11/2020	Lot Lote 13, Quadra 06, Setor B, Distrito Industrial de Icoaraci, CEP: 66815-618. Belém-PA.
025	ELETROMOTORES LTDA – EPP	23204.009284/2016-84	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	09/09/2016	09/09/2021	Avenida Curua Uma, KM 4, Bairro: Urumari, CEP: 68020-650. Santarém-PA.
025	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ / EMATER – PARÁ	23204.004307/2018-89	Este convênio tem por objeto a concessão de estágio obrigatório com o objetivo de proporcionar aos alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino oportunidade de realização de estágio curricular nas dependências da Concedente.	16/02/2018	24/04/2020	Rodovia BR 316/KM 12. CEP: 67200-970. Marituba. Pará.
026	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE FLORESTAS – EMBRAPA FLORESTAS	23204.009494/2016-72	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/08/2016	12/08/2021	Estrada da Ribeira, KM 11, Caixa Postal 319, CEP: 83411-000. Colombo – Paraná.
027	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL	23204.006597/2016-81	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.	22/09/2016	22/09/2021	Travessa Dr. Enéas Pinheiro, S/N. Belém – Pará.
028	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA – CENARGEN	23204.009238/2016-85	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.	10/01/2017	10/01/2022	Parque Estação Biológica – PqEB, W/5 Norte (Final), Asa Norte, CEP: 70770-917. Brasília – DF.
029	ENACTUS BRASIL – ASSOCIAÇÃO DE LIDERES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23204.010810/2016-59	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	03/02/2017	03/02/2022	Avenida Doroty Nano Martinasso, n° 150. Prédio CIESP Jundiá. Vila Bandeirantes. CEP: 13214-012. Jundiá – São Paulo.
030	ENERSOL ENERGIA ALTERNATIVA EIRELI	23204.006127/2018-31	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/05/2018	17/05/2023	Avenida São Sebastião, n° 1556 – Altos. Bairro: Aldeia. CEP: 68040-040. Santarém – Pará.
031	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ – ESALQ –	23204.007024/2015-93	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de	09/12/2015	09/12/2020	Sede: Avenida Padua Dias 11, n° 11, bairro São Dimas, CEP:

	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO		complementação educacional junto à Concedente de Estágio aos estudantes regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição de Ensino.			13418-900. Piracicaba-SP.
032	ESTADO DO PARÁ – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD (e órgãos da administração direta e entidades autarquias e fundacionais)	23204.014451/2017-90	Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar <u>estágio curricular</u> nos órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Pará, doravante denominados Órgãos/Entidades Concedentes.	17/12/2017	17/12/2021	Travessa do Chaco, nº 2350, bairro Marco, CEP: 66093-543. Belém-PA.
033	ESTALEIRO PAZ EIRELI – ME	23204.012916/2016-97	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/10/2016	06/10/2021	Rua Silverio Sirotheau Correa, nº 3894. Bairro: Aldeia, CEP: 68040-020. Santarém – Pará.
034	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA – UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE SANTARÉM	23204.007503/2019-33	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório entre a UFOPA e UNAMA, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	18/07/2019	18/07/2022	Rua Rosa Vermelha, nº 335, bairro Aeroporto Velho. CEP: 68010-200. Santarém-PA.
035	FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE	23204.005283/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Rua das Palmeiras, nº 90, Bairro: Botafogo. CEP: 22270-070. Rio de Janeiro – RJ.
036	FRIGOSAN – FRIGORÍFICO SANTARÉM LTDA	23204.011913/2018-76	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	01/10/2018	01/10/2023	Avenida Curua Uma, SN, KM 07. Bairro: Maica. Santarém – Pará.
037	FRIGORÍFICO O PEIXÃO – D. A. COIMBRA PESCADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO	23204.006438/2015-03	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	16/12/2015	16/12/2020	Avenida Maicá, nº 55, bairro Prainha, CEP: 68010-390. Santarém-PA.
038	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP	23204.002165/2015-10	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/03/2015	06/03/2020	Rua Augusto Correa SIN - Cidade Universitária José da Silveira Netto (Campus UFPA). Belém-PA.
039	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – FAPEU	23204.006369/2016-19	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/09/2016	05/09/2021	Rua Delfino Conti, s/n. Bairro: Trindade. Caixa Postal: 5153. CEP: 88040-970. Florianópolis – Santa Catarina.
040	FUNDAÇÃO ESPERANÇA (MATRIZ E FILIAIS): • INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR – IESPES; • CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESPERANÇA – CEPES; • CLÍNICA ESPERANÇA.	23204.002058/2018-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.	20/03/2018	20/03/2023	SEDE: Rua Coaracy Nunes, nº 3344, Bairro: Caranazal. CEP: 68040-100. Santarém – Pará.
041	GREEN HOUSE AMAZONIA LTDA EPP	23204.005673/2019-83	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição	24/05/2019	24/05/2024	Travessa Antônio Justa, nº 1181 – Sala “A”, Bairro:

			de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.			Caranazal. CEP: 68040-430. Santarém – Pará.
042	GST - EVOLUÇÃO	23204.009195/2019-81	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFOPA e GST – EVOLUÇÃO.	09/09/2019	09/09/2024	Avenida Rui Barbosa, nº 1272, Bairro Centro. Santarém-PA.
043	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PARÁ – DR. WALDEMAR PENNA / PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR	23204.013579/2016-55	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/03/2017	01/03/2020	Avenida Sergio Hem, nº 1100. Santarém-PA.
044	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO – COORDENAÇÃO REGIONAL EM SANTARÉM – CR3	23204.004007/2019-28	Concessão de estágio obrigatório, conforme disponibilidade de vagas, a estudantes dos cursos de graduação da UFOPA em Unidades de Conservação do ICMBio sob a responsabilidade da Coordenação Regional da 3ª Região em Santarém - CR3, incluindo a sede, segundo a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa MPOG n. 0412014 e as disposições do Manual do Programa de Estágio e anexos do ICMBio.	08/04/2019	08/04/2020	Avenida Tapajós, nº 2201, bairro Laguiño, CEP: 68.040-000. Santarém-PA.
045	INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON	23204.011691/2017-32	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/10/2017	20/10/2022	Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1698, Edifício Zion Busines, Sala 1101/1106, Bairro: Umarizal, CEP: 66055-200. Belém – Pará.
046	INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA – IPAM	23204.006638/2016-39	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio e participação em atividades de pesquisa e extensão rural na Concedente.	30/12/2016	30/12/2021	Avenida Almirante Barroso, nº 1133. Bairro do Marco. CEP: 66093-031. Belém – Pará.
047	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	23204.009355/2017-20	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/07/2017	24/07/2022	Rodovia BR-316, KM 07, S/N, Levilândia, CEP: 67030-000. Ananindeua – Pará.
048	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA	23204.003579/2019-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório entre a UFOPA e IFPA, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	19/08/2019	19/08/2024	Avenida João Paulo II, 514, Bairro: Castanheira. CEP: 66645-240. Belém – PA.
049	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA – CAMPUS DE SANTARÉM	23204.002115/2019-66	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório entre a UFOPA e IFPA, aos estudantes regularmente matriculados nas instituições.	28/02/2019	28/02/2024	Av. Castelo Branco, nº 621, bairro Interventoria. CEP: 68020-820. Santarém-PA.
050	INSTITUTO JURUTI SUSTENTÁVEL – IJUS	23204.006259/2018-56	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição	18/06/2018	18/06/2023	Rua Marechal Rondon, S/N, Bairro:

			de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.			Centro, CEP: 68170-000. Juruti – PA.
051	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM – SR(30)	23204.010274/2015-19	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Ufopa a oportunidade de realização de estágio na Concedente exclusivamente na modalidade não obrigatório (remunerado).	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Avenida Presidente Vargas, s/n, bairro Fátima, CEP: 68040-060. Santarém-PA.
052	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA	23204.004909/2015-31	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Avenida André Araújo, nº 2936, Petrópolis, CEP: 69083-000. Manaus-AM.
053	INSTITUTO PANAMERICANO DE GESTÃO – IPG	23204.015247/2018-74	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	07/01/2019	07/01/2024	Avenida Rui Barbosa, nº 2305, Bairro: Aldeia, CEP: 68040-030. Santarém – Pará.
054	JOSÉ MEIRELES PAIVA – PROFISSIONAL LIBERAL DE NÍVEL SUPERIOR (GEÓLOGO)	23204.002991/2019-92	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Travessa Tachi, nº 343, Bairro: Floresta. CEP: 68025-030. Santarém – Pará.
055	JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	23204.001936/2018-86	Propiciar a alunos de cursos de graduação da UFOPA, regularmente matriculados e com frequência efetiva, a realização do estágio na JUSTIÇA FEDERAL.	05/10/2018	05/10/2023	Rua Domingos Marreiros, nº 598, Bairro: Umarizal, CEP: 66055-210. Belém – Pará.
056	INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL FLORANATIVA – ISAF	23204.002696/2015-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/03/2016	28/03/2021	Sede: Travessa We 20, nº 51, bairro Coqueiro, Cidade Nova IV. Ananindeua-PA.
057	K & C IDIOMAS LTDA – ME	23204.008669/2016-24	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	27/07/2016	27/07/2021	Avenida Mendonça Furtado, nº 1051, Bairro: Santa Clara, CEP: 68005-100. Santarém-PA.
058	LN GUERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	23204.005205/2015-85	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/05/2016	30/05/2021	Rua São Sebastião, nº 369, bairro: Centro, CEP: 68798-970. Santa Barbara do Pará-PA.
059	MAGDA TAYANE ABRAAO DE BRITO – MT CONSULTORIA	23204.009324/2018-42	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/09/2018	11/09/2023	Avenida Belém, nº 56, Bairro: Comércio. CEP: 68180-090. Itaituba – Pará
060	MELO DE FARIAS IMÓVEIS LTDA - ME	23204.008940/2017-11	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	09/04/2018	09/04/2023	Rua Galdino Veloso, nº 1241. Bairro: Centro. CEP: 68030-290. Santarém – Pará.
061	M. I. N. DE BRITO – ME / INFORGIL ELÉTRICA E ELETRÔNICA INDUSTRIAL	23204.013581/2016-24	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/02/2017	07/02/2022	Passagem Antônio de Oliveira, nº 81B. Bairro: Comércio. Itaituba-PA.
062	MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A – MRN	23204.004303/2015-03	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	01/07/2015	01/07/2020	Rua Jari, s/n. Porto Trombetas-Oriximiná.
063	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MP/PA	23204.014042/2019-55	O presente Termo de Cooperação visa estabelecer as bases gerais de Cooperação Científica e Técnica	24/04/2020	23/04/2021	Sede: Rua João Diogo, nº 100. Bairro: Cidade Velha. CEP:

			entre o MP/PA e a Universidade, para seleção pública de estagiários.			66015-160. Belém – Pará.
064	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF / PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ	23204.010663/2019-60	Estabelecer vínculo entre a PR/PA e a UFOPA, credenciada ao MEC, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividade correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino.	25/09/2019	25/09/2022	Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1476. Umarizal. Belém – PA.
065	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	23204.007053/2019-89	Estabelecer vínculo entre a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino.	27/06/2019	07/07/2022	Avenida Governador José Malcher, nº 652, bairro Nazaré. CEP: 66040-281. Belém – PA.
066	M.S.A. SERVIÇOS E COMÉRCIO – ME / ERNELISON ANGLY DA SILVA SANTOS	23204.006244/2019-23	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/06/2019	06/06/2024	Travessa Uirapuru, nº 169. Bairro: Floresta. CEP: 68025-730. Santarém – Pará.
067	N. M. M. FIGUEIRA CONSULTORIA E PROJETOS – ME	23204.002887/2016-55	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados no curso de graduação em Ciências Econômicas da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	08/11/2016	08/11/2021	Travessa Quinze de Agosto, nº 911, Sala A. Bairro: Centro. CEP: 68005-300. Santarém – Pará.
068	PASTORAL DO MENOR - OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE SANTARÉM	23204.007943/2019-91	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/08/2019	05/08/2024	Rua Afonso Pena, nº 48, Sala A, CEP 68005-390. Santarém-PA.
069	PIRES E ALVES COMÉRCIO LTDA	23204.004570/2018-69	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	05/04/2018	05/04/2023	Avenida Tapajós, nº 1015 – BOX 01. Bairro: Centro. CEP: 68005-000. Santarém – Pará.
070	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA	23204.004086/2017-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	25/04/2017	25/04/2022	Palácio das Seringueiras, nº 45, Vila Americana, CEP: 68143-000. Belterra. Estado do Pará.
071	PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.	23204.006032/2018-74	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio OBRIGATÓRIO na Concedente.	16/01/2019	16/01/2024	Avenida Marechal Rondon, S/N, Bairro: Bom Pastor, CEP: 68170-000. Juruti – Pará.
072	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS	23204.008723/2016-31	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/06/2017	30/06/2022	Rua Deputado Raimundo Chaves, nº 338. Bairro: Centro. CEP: 68250-000.

						Cidade de Óbidos. Estado do Pará.
073	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	23204.015155/2018-36	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/06/2019	28/06/2024	Rua Barão do Rio Branco, nº 2336. Bairro: Centro. CEP: 68270-000. Oriximiná – Pará.
074	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM	23204.005726/2017-02	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	04/05/2017	04/05/2022	Avenida Anysio Chaves, nº 853. Bairro do Aeroporto Velho. CEP: 68030-290. Santarém – Pará.
075	PROFISSIONAL LIBERAL DE NÍVEL SUPERIOR – SRA. EMANUELLE UCHÔA VIEL – GEÓLOGA	23204.015013/2019-19	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	12/12/2019	12/12/2024	Avenida Santos Dumont, nº 83, Casa “C”, Bairro: Interventoria. CEP: 68010-450. Santarém – PA.
076	RAINHA DA SUCATA STM / THIAGO R. ALVES EIRELIS	23204.004279/2019-28	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	28/05/2019	28/05/2024	Avenida Cuiabá, nº 1365 – B. Bairro: Salé. CEP: 68040-400. Santarém – Pará.
077	R. BRANCO ENGENHARIA LTDA	23204.010027/2017-76	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	17/10/2017	17/10/2022	Avenida São Sebastião, nº 1556-A, Bairro: Aldeia. CEP: 68040-040. Santarém – Pará.
078	RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM-PA	23204.005441/2015-00	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	21/08/2015	21/08/2020	Avenida Tapajós, nº 277, bairro Centro, CEP: 68005-000. Santarém-PA.
079	RONDOBEL SERVIÇOS FLORESTAIS EIRELI	23204.008407/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	24/07/2019	24/07/2024	Gleba Nova Olinda, S/N, Vila Sempre Verde, Zona Rural. CEP: 68115-000. Santarém – Pará.
080	SANTOS & ARAÚJO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	23204.013920/2018-13	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/01/2019	07/01/2024	Travessa Quinze de Agosto, nº 20, Edifício Marques Pinto, 2º andar, Sala 212. Bairro: Centro. CEP: 68005-305. Santarém – Pará.
081	SAP BRASIL LTDA.	23204.010236/2019-81	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/09/2019	30/09/2024	Avenida das Nações Unidas, nº 14171, Marble Tower, Bairro: Vila Gertrudes. CEP: 04794-000. São Paulo – SP.
082	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO PARÁ – SESCOOP/PA	23204.001478/2017-12	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	20/02/2017	20/02/2022	Sede: Avenida João Paulo II, nº 515, Bairro: Marco. CEP: 66095-491. Belém – Pará.
083	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – COEP, REDE DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO DO ESTADO DO PARÁ – UNIDADE	23204.003220/2018-47	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	27/07/2018	27/07/2023	Rodovia Augusto Montenegro, s/n. KM 10, Bairro: Icoraci, CEP: 66630-505, na cidade de Belém – Pará.

	SANTARÉM (EETEPA-SANTARÉM)					
084	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/AR/PA – PARÁ	23204.013105/2019-56	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação em Licenciatura em Pedagogia da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio obrigatório na Concedente.	13/01/2020	13/01/2025	Avenida Assis de Vasconcelos, nº 359. Bairro: Centro. CEP: 66010-010. Belém – Pará.
085	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA	23204.000344/2015-12	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	22/05/2015	22/05/2020	Rod. Transamazônica, s/n, Parque de Exposição “Hélio Mota Gueiros”, bairro Mesquitas, CEP: 68182-180. Itaituba-PA.
086	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM - STTR/STM	23204.015305/2019-43	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	15/01/2020	15/01/2025	Avenida Cuiabá, s/n, bairro Matinha, CEP: 68040-400. Santarém-PA.
087	SINDICATO RURAL DE SANTARÉM – SIRSAN	23204.001659/2015-87	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	19/05/2015	19/05/2020	Avenida Antônio Simões, s/n, bairro da Prainha, CEP: 68010-380. Santarém-PA.
088	SMIG SERVIÇOS DE MINERAÇÃO E GEOLOGIA - ME	23204.005935/2015-86	Proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação em Geologia (IEG), Bacharelado em Biologia e Gestão Ambiental (ICTA) e Engenharia Florestal (IBEF) da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	02/09/2015	02/09/2020	Avenida dos Holandeses, nº 35, Loja 02, Cons. Hilton, Loteamento Olho d'Água, CEP: 65065-180. São Luís-MA.
089	SOCIEDADE COOPERATIVA DOS AQUICULTORES DO TAPAJÓS - COOPATA	23204.001849/2017-66	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	25/04/2017	25/04/2022	Avenida Mendonça Furtado, nº 172, Bairro: Santa Clara, CEP: 68040-050. Santarém – Pará.
090	SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE / UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE	23204.013056/2017-90	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	21/02/2018	21/02/2023	Sede: Avenida Guilherme Ferreira, nº 217, Bairro: Centro. CEP: 38010-200. Uberaba – MG.
091	SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SAPOPEMA	23204.012842/2016-99	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	07/02/2017	07/02/2022	Avenida Rui Barbosa, nº 23, Bairro: Centro. CEP: 68005-080. Santarém-PA.
092	STM TRANSPORTES EIRELI - EPP	23204.014400/2017-68	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	15/05/2018	15/05/2023	Travessa Barjonas de Miranda, nº 443 – Sala B. Bairro: Aldeia. CEP: 68040-520. Santarém – Pará.
093	TAPAJÓS SOLUÇÕES AMBIENTAIS	23204.009059/2015-67	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	06/01/2016	06/01/2021	Rua Siqueira Campos, nº 65, Bairro Centro. CEP: 68005-020. Santarém-PA.
094	TERRAPLENA LTDA	23204.004712/2019-25	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	23/05/2019	23/05/2024	Estrada de Maracacuera, s/n, Setor “B”, Quadra 06, Lote 1,2,3 e 11. Bairro: Maracacuera – Distrito Industrial

						de Icoaraci. Belém – Pará.
095	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJ/PA	23204.008557/2019-16	O presente convênio tem por objetivo proporcionar aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da IE, estágio não remunerado, de caráter obrigatório.	18/07/2019	18/07/2021	Sede: Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, CEP: 66613-710. Belém-PA.
096	U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A	23204.003422/2019-64	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	30/04/2019	30/04/2024	Margem Direita do Rio Amazonas, S/N, Extremo Oeste do Pará. Zona Rural. CEP: 68170-000. Juruti – Pará.
097	UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ LTDA – UNEC	23204.009601/2016-62	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	29/07/2016	29/07/2021	Rua Barão de Melgaço, nº 2000, sala 05. CEP: 78020-800. Cuiabá-MT.
098	UNIRIOS RODOFLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA	23204.006743/2019-11	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	08/07/2019	08/07/2024	Travessa Aragararina, nº 177. Bairro: Prainha. CEP: 68005-200. Santarém – Pará.
099	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA	23204.015236/2019-78	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	11/02/2020	11/02/2025	Rua do UNA, nº 156, bairro do Telégrafo. Belém-PA.
100	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA – FMVZ/UNESP	23204.008492/2017-47	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	18/05/2017	18/05/2022	Rua Prof. Dr. Walter Maurício Correa, S/N – UNESP Campus de Botucatu/SP, na Cidade de Botucatu – São Paulo.
101	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD	23204.006352/2018-67	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições envolvidas.	24/07/2018	24/07/2023	Rua João Rosa Goes, nº 1761, Quadra 20, Bairro: Vila Progresso, CEP: 79825-070. Dourados – Mato Grosso do Sul.
102	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	23204.008052/2019-51	Estabelecer mútua cooperação entre a UFG e a UFOPA visando, reciprocamente, o oferecimento de estágio curricular obrigatório a estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de graduação por elas ofertados.	12/07/2019	12/07/2024	Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia. CEP: 74690-900. Goiânia-GO
103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM / FUA	23204.009547/2019-06	Viabilizar oportunidade de estágio curricular supervisionado obrigatório aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em um dos cursos da UFAM, para realização de estágio na UFOPA, e aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência em um dos cursos da UFOPA, para realização de estágio na UFAM, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso.	19/09/2019	19/09/2024	Avenida Rodrigo Otávio, nº 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho. Setor Norte. Centro Administrativo. Bairro: Coroado. Manaus – AM.
104	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC	23204.003803/2019-43	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio	20/03/2019	20/03/2024	Avenida da Universidade, nº 2853 – Prédio da Reitoria.

			curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.			Bairro: Benfica. CEP: 60020-181. Fortaleza – Ceará.
105	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA	23204.002043/2015-23	Propiciar ao estudante experiência acadêmico-profissional, em campo de trabalho determinado, visando: i) aprimoramento técnico-científico em sua formação e; ii) maior proximidade do aluno, com as condições reais de trabalho por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade de cada curso.	04/11/2016	04/11/2021	Av. Presidente Tancredo Neves, nº 2501, Bairro: Terra Firme, CEP: 66077-830. Belém- PA.
106	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV	23204.006598/2016-25	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFOPA.	08/09/2016	08/09/2021	Universidade Federal de Viçosa. Campus Universitário, S/N. CEP: 36570-000. Cidade de Viçosa – Minas Gerais.
107	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	23204.001152/2015-23	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFOPA.	24/03/2015	24/03/2020	Rua Augusto Corrêa, nº 01 - Campus Universitário do Guamá. Belém-PA.
108	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	23204.007772/2019-08	Regular as condições de realização de estágios obrigatórios entre as IES envolvidas, podendo estas instituições atuarem como instituições de ensino ou como unidade concedentes de estágio, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio dos alunos de ensino médio ou de graduação.	02/07/2019	02/07/2024	Prédio da Reitoria, 2º andar. Sala 01. Campus Prof. João David Ferreira Lima. CEP: 88040-900. Trindade. Florianópolis – Santa Catarina.
109	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT	23204.000967/2015-95	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFOPA e UFT.	17/03/2015	17/03/2020	Cidade de Palmas - Estado Tocantins.
110	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM	23204.006566/2017-19	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação das Instituições.	01/06/2017	01/06/2022	Rodovia MGT 367, KM 583, nº 5000. Bairro: Alto da Jacuba. CEP: 39100-000. Diamantina – MG.
111	UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP / ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – ASSUPERO	23204.012850/2016-35	Estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão MÚTUA de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório aos estudantes regularmente matriculados nas instituições supracitadas.	23/02/2017	23/02/2022	Unidade Santarém - Avenida Mendonça Furtado, nº 3122, Bairro de Fátima, CEP: 68040-050. Santarém – PA.
112	ZERO IMPACT BRAZIL LTDA	23204.013905/2019-77	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.	11/12/2019	11/12/2024	Avenida Maracanã, nº 664, Bairro: Maracanã. CEP: 68035-010. Santarém – Pará.
113	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ – PGE/PA	23204.001521/2020-45	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação de Direito da Instituição de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente, na modalidade de estágio obrigatório.	11/02/2020	11/02/2025	Rua do Una, nº 156, Bairro: Telégrafo, CEP: 66.050-540. Belém-PA
114	CAMPO BELO SERVIÇOS DE URBANISMO LTDA	23204.001427/2020-96	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Instituição	21/02/2020	21/02/2025	Estrada. do Quinquagésimo Terceiro Bis, nº 0, Bairro: Bom

			de Ensino a oportunidade de realização de estágio na Concedente.			Jardim. CEP: 68181-470, Itaituba-Pará.
--	--	--	--	--	--	---

CONVÊNIOS PARA ESTÁGIOS DE ALUNOS – AGENTE DE INTEGRAÇÃO						
Nº	INSTITUIÇÃO/ EMPRESA	PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		ENDEREÇO
001	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – AGIEL	23204.005447/2016-50	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	03/08/2016	03/08/2021	Sede: PC Padre José Pereira Coelho, nº 132 – Sala: 406. Bairro: Centro. CEP: 35660-015. Pará de Minas – Minas Gerais.
002	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA – CIEE	23073.038887/2010-14	Este convênio estabelece a cooperação recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a CF vigente, através da operacionalização de programas de estágio de estudantes.	06/05/2011	Indeterminada	Sede Administrativa: Rua Tabapuã, nº 540, bairro Itaim Bibi, CEP: 04533-001. São Paulo-SP.
003	CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DO ESTUDANTE – CETEFE	23204.005730/2015-09	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	23/09/2015	23/09/2020	Avenida Iguazu, nº 2345, bairro Água Verde, CEP: 80240-030. Curitiba-PR.
004	ESTAGIÁRIOS.COM WEB SERVICES LTDA	23204.006544/2015-89	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem	28/03/2016	28/03/2021	Avenida Paulista, nº 1636, cj. 706, bairro Bela Vista, CEP: 01310-200. São Paulo-SP.

			qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.			
005	FUNDAÇÃO ULBRA – INSTITUTO FULBRA ESTÁGIOS – FULBRA	23204.001990/2014- 16	Colocar a disposição da Instituição de Ensino vagas disponíveis em pessoas jurídicas de direito público ou privado, doravante denominadas Concedentes, para realização de estágios de complementação de aprendizagem, a fim de que sejam preenchidas por alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino e que venham frequentando, efetivamente, cursos de nível superior e técnico oferecidos pela mesma, em seus diversos cursos na sede e nos campi, nos termos do artigo 1º da Lei n. 11.788/2008.	19/03/2014	Indeterminada	Avenida Farroupilha, nº 8001, Prédio 06, Sala 01, bairro São José. Canoas-RS.
006	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – IEGE	23204.005829/2015- 01	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	23/09/2015	23/09/2020	Rua AntônioChemin, nº 117, bairro São Gabriel. Colombo-PR.
007	INSTITUTO EUVALDO LODI – NÚCLEO REGIONAL PARÁ – IEL/PA	23204.010303/2015- 34	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	08/07/2016	08/07/2021	Sede: Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 1º Andar, Bloco A. CEP: 66035-190. Belém – Pará.
008	SUPER ESTÁGIOS LTDA	23204.010587/2019- 92	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem	11/12/2019	11/12/2024	Praça do Flamengo, nº 66, Bloco B, Sala 617, Bairro: Flamengo. CEP: 22210-903. Rio de Janeiro – RJ.

			qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.			
009	UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ	23204.010590/2019-14	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei n. 11.788/2008.	15/01/2020	15/01/2025	Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 175 – Sala 1504. Edifício Patio Corporate. Bairro: Triângulo. CEP: 63941-162. Juazeiro do Norte – Ceará.
010	USINA DE TALENTOS – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA – ME	23204.010566/2019-77	Desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação recíproca entre as partes visando especificar as condições mútuas de operacionalização e implementação de atividades de estágio, junto a entes públicos e privados e profissionais liberais de nível superior devidamente registrados, denominados CONCEDENTES, de interesse pedagógico e curricular que venham complementar o processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer ônus à instituição de ensino e ao estudante, abrangendo todos os cursos, unidades e discentes, nos termos da Lei nº 1788/2008.	21/11/2019	21/11/2024	Rua Prof. Duilio Ramos, nº 195, bairro Centro, CEP: 13084-012. Campinas-SP.

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS POR INTERMÉDIO DA SEAD – ESTADO DO PARÁ

Nº	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	PROCESSO	OBJETO / ABRANGÊNCIA
	ESTADO DO PARÁ – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD (e órgãos da administração direta, autarquias e fundações)	23204.010230/2013-19	Proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na Instituição de Ensino a oportunidade de realizar estágio curricular nos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ENTIDADES AUTÁRQUICAS E FUNDACIONAIS DO ESTADO DO PARÁ, doravante denominados Órgãos/Entidades Concedentes.
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
SECRETARIAS		FUNDAÇÕES	AUTARQUIAS
Secretaria Especial de Estado de Proteção e Desenvolvimento Social – SEEPDS Secretaria de Estado de Administração - SEAD Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP Secretaria de Estado de Saúde pública - SESPA Secretaria de Estado de Educação - SEDUC Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEGUP Secretaria de Estado de Cultura - SECULT Secretaria de Estado de Transportes -SETRAN Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM		Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas "Gaspar Vianna" – FHCGV Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará; - FASEPA Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves” – FCPTN Fundação Carlos Gomes – FCG Fundação Curro Velho – FCV	Universidade do Estado do Pará – UEPA Loteria do Estado do Pará – LOTERPA Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará - ARCON Centro de Perícias Científicas Renato Chaves - CPC

<p>Secretaria de Estado de Integração Regional,Desenvolvimento Regional e Metropolitano - SEIDURB</p> <p>Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEINFRA</p> <p>Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças -SEPOF</p> <p>Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL</p> <p>Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH</p> <p>Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI</p> <p>Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda – SETER</p> <p>Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA</p> <p>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção – SEDIP</p> <p>Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS</p> <p>Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAQ</p> <p>Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM</p> <p>Secretaria de Turismo -SETUR</p>	<p>Cultura Rede de Comunicação; - Cultura- Funtelpa</p> <p>Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa - FAPESPA</p>	<p>Superintendência do Sistema Penitenciário - SUSIPE</p> <p>Escola de Governo do Estado do Pará - EGPA</p> <p>Imprensa Oficial do Estado – IOE</p> <p>Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ</p>
---	--	---